

VOLUME | 3

**Os comunistas e a formação  
da esquerda de Alagoínhas  
(1945-1956)**

EDE RICARDO DE ASSIS SOARES



Com arroubos do heroísmo de quem pretendeu integrar as fileiras de um partido que pretendia mudar o Brasil e o mundo, o PCB e os comunistas de Alagoinhas nos dão a ver muito mais daquilo que do particular de uma cidade média pode ser o universal do que foi a atuação de homens e mulheres que se juntaram a uma causa em inúmeras cidades do Brasil profundo. Numa conjuntura em que se acumulavam derrotas, quando havia cada vez mais defecções nas fileiras do PCB, podemos perceber os desafios enfrentados pelos comunistas alagoinhenses que precisavam lidar com questões cotidianas. Das memórias das greves dos ferroviários, que projetaram lideranças como a de Vitória Pita, até os processos de fracionamento que produziam baixas e orquestrações de ex-militantes que pretendiam acabar com o PCB, a história contada por Ede Soares é um mergulho em um Brasil e em um Partido Comunista ainda por ser conhecido.

Por tudo o que aqui se diz, e certamente por muito mais que o leitor poderá encontrar nas ricas páginas ornadas por boa escrita e sustentadas em vasta documentação, *Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1945-1956)* é um livro que merece ser lido. Obra de um historiador que logo alcançou a maturidade e que dedicou mais de uma década de sua vida a estudar o Partido Comunista, o livro de Ede Ricardo de Assis Soares chega, senão para quebrar o silêncio, para anunciar que as homenagens àquilo que de importante se encontra no passado precisam se robustecer. O PCB, a esquerda, os historiadores e o todo esse imenso Brasil agradecem.

**Carlos Zacarias de Sena Júnior**

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

# **Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1945-1956)**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

Vice-reitor

*Penildon Silva Filho*



**E D U F B A**

## EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Susane Santos Barros*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Maria do Carmo Soares de Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*



Prefeitura de Alagoins

Este livro é uma publicação mediante convênio entre a Prefeitura de Alagoins/Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo/Edufba/Fapex.

EDE RICARDO DE ASSIS SOARES

# Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1945-1956)

**NEM “VULTOS” NEM “FEITOS”**

UM CONSTRUTO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS  
ATRAVÉS DE DIVERSAS TRAJETÓRIAS

VOLUME | 3

José Jorge Andrade Damasceno  
Coordenador da Coleção

Salvador  
EDUFBA  
2023

2024, Ede Ricardo de Assis Soares.  
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.  
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Cristovão Mascarenhas  
COORDENAÇÃO GRÁFICA Edson Nascimento Sales  
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO Gabriela Nascimento  
CAPA E PROJETO GRÁFICO Gabriela Nascimento  
EDITORAÇÃO Tiago Pedra  
REVISÃO Equipe Edufba  
NORMALIZAÇÃO Sandra Batista  
FOTOGRAFIA DE CAPA Ed Carlos Alves de Santana

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

---

S676 Soares, Ede Ricardo de Assis.

Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1945-  
1956) / Ede Ricardo de Assis Soares. – Salvador : EDUFBA, 2024.  
7 v. : il. (Nem “vultos” nem “feitos”, v. 3)

ISBN: 978-65 -5630-573-8

1. Comunismo – Alagoinhas (BA) – História – 1945 - 1956.  
2. Partido Comunista do Brasil – Alagoinhas (BA) – História – 1945 –  
1956. 3. Título.

CDU: 711.4(813.8)

---

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora filiada à:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, *Campus* de Ondina  
Salvador - Bahia • CEP: 40170-115 • Tel.: +55 (71) 3283-6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)  
[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

## *Lista de Abreviaturas e Siglas*

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

APJR – Arquivo Pessoal Joanito Rocha

APWC – Arquivo Pessoal Walter Campos

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CD – Comitê Distrital (do Partido Comunista)

CE – Comitê Estadual (do Partido Comunista)

CEDEM/UNESP – Centro de Documentação e Memória,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

CENDOMA/FIGAM – Centro de Documentação e Memória  
de Alagoinhas, Fundação Iraci Gama de Cultura

CM – Comitê Municipal (do Partido Comunista)

CR – Comitê Regional (do Partido Comunista)

FPD – Frente Popular Democrática

IC – Internacional Comunista

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico do Brasil

LDA – Liga Desportiva de Alagoinhas

LAR – Liga de Ação Revolucionária

PCB – Partido Comunista do Brasil

PPS – Partido Popular Sindicalista

PRP – Partido de Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

## *Sumário*

Prefácio ...	9
Apresentação ...	13
Introdução ...	17
<b>Capítulo 1 - Formação e militância (1945-1948) ...</b>	<b>27</b>
Indícios da formação do PCB em Alagoinhas ...	31
O Centro Operário Beneficente e as greves ferroviárias ...	33
O PCB na Bahia na década de 1930 ...	35
Vestígios comunistas numa cidade ferroviária ...	36
Jonas Batista de Oliveira: um “vulto” comunista ...	39
Rastros comunistas na literatura de Maria Feijó ...	45
Ascensão e luta política a partir da adesão irrestrita à União Nacional ...	55
Anticomunismo e repressão ao “extinto” Partido Comunista ...	69
Efeitos da ilegalidade: marginalização e deserções ...	74
<b>Capítulo 2 - Resistência e recuo (1948-1950) ...</b>	<b>81</b>
Pecebistas e pessedistas: uni-vos! ...	87
A força de Lauro de Freitas dentro do PSD ...	91
Resistência comunista entre os trabalhadores ...	97
Conflitos entre os comunistas e o ex-comunista Almiro de Carvalho Conceição ...	107
Baixas no Partido Comunista de Alagoinhas: os casos de Arabela e Vitório Pita ...	116

Capítulo 3 - <b>Sobrevida e legado (1951-1956)</b> ...	123
Reminiscências do PCB na política alagoinhense ...	128
O “Ato nº1”: a cassação do mandato do ex-pecebista Hidelbrando Dias ...	132
As eleições de 1954 em Alagoinhas: currais eleitorais, fraudes e denúncias ...	138
“Aguilhoadas” e atentados: os conflitos entre a FPD e o prefeito ...	141
A FPD chega ao comando da câmara ...	149
O Repto de honra e a desarticulação da FPD ...	151
Considerações finais ...	155
Referências ...	159

## *Prefácio*

Em 2022, a passagem do centenário de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) – ou Partido Comunista Brasileiro a partir de 1961 – não foi da forma como se desejava. Depositário do legado fundacional de boa parte do que se convencionou chamar de “esquerda brasileira”, o PCB era merecedor de muito mais espaço. Não se fala aqui de comemorações, que deve ter havido, com justiça, da parte dos que seguem construindo o partido ou ao menos reivindicado o seu legado. Do que se fala é da importância de se debater sobre o que foi o PCB, sobre sua trajetória, seus erros e acertos e tudo o que representou na política brasileira e no firmamento das bases de uma cultura e uma tradição de esquerda, que mesmo transfigurada pelas décadas, não pode negar suas origens. Fosse como o desejado, poderíamos nos perguntar qual o futuro e qual o passado da esquerda e da luta socialista no Brasil? Infelizmente, não foi o que aconteceu.

Em 2022, os brasileiros de boa-fé, aqueles que não foram capturados pela extrema direita e pelo fascismo, estavam empenhados em impedir que o país continuasse trilhando o caminho do abismo. Assim, não foi só o PCB que não teve as merecidas homenagens – sim, organizar seminários na academia e eventos políticos, sem que seja a propósito de emular os sujeitos/objetos de nossas investigações, é também uma forma de homenagear o que de importante aconteceu no passado. Também o centenário da Semana de Arte Moderna e o centenário do marcante episódio dos 18 do Forte de Copacabana não foram objetos de colóquios, seminários ou eventos grandiosos. Ainda pior foi não assistirmos a uma reflexão aprofundada sobre o bicentenário da Independência do Brasil, enquanto em alternativa nos foi oferecido um espetáculo grotesco de golpistas travestidos de verde e amarelo a exaltar o seu líder, enquanto em alguma parte o coração do primeiro monarca repousava a espera de sombrias e funestas reverências.

Foram, portanto, adiadas as homenagens e comemorações onde elas cabiam, até que tomássemos de volta o país das mãos dos fascistas, para que fôssemos novamente capazes de lutar pelo essencial, algo que inclui o direito ao passado.

Adiadas as homenagens, a partir de 2023, e quiçá, nos anos seguintes, elas não devem faltar aos eventos que ajudaram a erigir um país e a este personagem político fundamental da história republicana brasileira que é o PCB. Seja na forma de edições e reedições de livros e eventos diversos, o Partido Comunista vai, aos poucos, ocupando a pauta que lhe é devida por um país fraturado, durante um tempo incapaz de espreitar o futuro. E ocupando esse espaço vemos surgir um livro como este que o leitor tem em mãos. De Ede Ricardo de Assis Soares, *Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1945-1956)* constitui, entre nós, baianos, mas também para a historiografia brasileira, algo digno de se comemorar, posto que somos colocados diante de nossa história, para nem sempre nos jactarmos, quase nunca nos martirizarmos, mas para tirarmos conclusões e boas lições do que sucedeu no nosso estado e numa cidade importante como Alagoinhas em meados do século passado.

Tive a sorte de ser partícipe da empreitada original que agora redundou na oportuna edição deste livro. Como orientador do jovem mestrando e depois doutorando Ede Ricardo Soares, pude acompanhar seu percurso investigativo, ver a evolução das suas reflexões, a qualidade das suas hipóteses e o desenvolvimento de sua maturidade intelectual que hoje se revela plenamente, ao ponto de me permitir dizer que Ede está pronto para integrar os quadros mais qualificados da educação do estado da Bahia ou de qualquer outro ente da federação. Nesse sentido, sou conhecedor e aprendiz dos ensinamentos que Ede Soares traz em seu livro sobre os comunistas e a esquerda em Alagoinhas.

O PCB é, sem sobre de dúvida, junto com o Partido dos Trabalhadores (PT), a agremiação política mais estudada do país. Não obstante, engana-se quem acha que tudo que havia por ser dito já foi escrito nas milhares de páginas de livros e artigos que já foram dedicados ao partido. Ao contrário do que se pensa, sobre o PCB a cada ocasião a historiografia avança mais, colocando-se novos problemas, por vezes novas abordagens e até mesmo, neste sujeito conhecido, novos objetos. Ainda que vez por outra possam

ser percebidos retrocessos na abordagem dedicada ao PCB, o saldo acumulado do que foi produzido pela politologia, pela sociologia e, principalmente, pela historiografia das últimas quatro décadas, é de saltar os olhos. Ao lado do escrutínio indispensável de investigadores que se dedicaram a deslindar a macro-história do partido, algo bastante comum nos estudos dos anos 1980 desenvolvidos sobretudo pelos cientistas políticos, o que se tem cada vez mais são pesquisadores buscando os sujeitos reais da luta de classes, o militante comum das cidades e do campo, as mulheres, os negros, e as muitas lutas travadas nos milhares de municípios onde existiram muitos PCBs.

É no ensejo de dizer da especificidade do PCB numa cidade de porte médio como Alagoinhas, celebrizada pela memória como “cidade vermelha” em função das greves de ferroviários e das inúmeras contendas políticas que repercutiram no estado, o estudo de Ede Ricardo Soares foca nos comunistas e na esquerda dessa importante cidade baiana. Encontrando personagens e eventos marcantes de um município a 100 km da capital, Ede Soares oferece aos seus leitores uma história que vale a pena ser conhecida por quem estiver disposto a submergir por essas páginas escritas com paixão.

Com arroubos do heroísmo de quem pretendeu integrar as fileiras de um partido que pretendia mudar o Brasil e o mundo, o PCB e os comunistas de Alagoinhas nos dão a ver muito mais daquilo que do particular de uma cidade média pode ser o universal do que foi a atuação de homens e mulheres que se juntaram a uma causa em inúmeras cidades do Brasil profundo. Numa conjuntura em que se acumulavam derrotas, quando havia cada vez mais defecções nas fileiras do PCB, podemos perceber os desafios enfrentados pelos comunistas alagoanhenses que precisavam lidar com questões cotidianas. Das memórias das greves dos ferroviários, que projetaram lideranças como a de Vitório Pita, até os processos de fracionamento que produziam baixas e orquestrações de ex-militantes que pretendiam acabar com o PCB, a história contada por Ede Soares é um mergulho em um Brasil e em um Partido Comunista ainda por ser conhecido.

Por tudo o que aqui se diz, e certamente por muito mais que o leitor poderá encontrar nas ricas páginas ornadas por boa escrita e sustentadas

em vasta documentação, *Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1945-1956)* é um livro que merece ser lido. Obra de um historiador que logo alcançou a maturidade e que dedicou mais de uma década de sua vida a estudar o Partido Comunista, o livro de Ede Ricardo de Assis Soares chega, senão para quebrar o silêncio, para anunciar que as homenagens àquilo que de importante se encontra no passado precisam se robustecer. O PCB, a esquerda, os historiadores e o todo esse imenso Brasil agradecem.

**Carlos Zacarias de Sena Júnior**

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

## *Apresentação*

Ainda grassava a pandemia da covid-19, mortal para muitos terráqueos e ameaçadora para outros tantos, mundo a fora, quando a professora Iraci Gama Santa Luzia, então vice-prefeita e secretária de Cultura Esporte e Lazer (Secel), reúne um grupo de pessoas interessadas e/ou envolvidas em alguma medida na tarefa de estudar e/ou pesquisar a cidade de Alagoinhas, sobretudo, no que tange à sua história e à sua memória, no sentido de produzir um trabalho que pudesse refletir aquelas inquietações, com o fito de reunir em uma obra, que, segundo ela, seria organizada por um dos participantes do grupo por ela criado.

Era setembro de 2020, quando a professora Iraci apresentou aquela proposta aos seus convidados, reunidos em torno de si no chamado “espaço colaborar”, na sede daquela secretaria, instalada no prédio da Biblioteca Municipal Maria Feijó, onde funcionara, até o início dos anos 1990, a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas. Ali, a professora apresentou, em linhas gerais, qual seria a tarefa do grupo, traçando as principais diretrizes daquilo que idealizara, que consistia na “produção de uma obra que” contasse “a história de Alagoinhas, a bem conhecida FFPAs”, com o fito de a tornar acessível a diversos grupos sociais: estudantes, professores, pesquisadores e que pudesse ser tornada pública em formato de livros, cartilhas, quadrinhos e quaisquer outros suportes que permitissem a difusão do conhecimento histórico da cidade para um número maior de pessoas, em diversas faixas de idade e/ou formação escolar.

Ainda conforme a professora, sua proposta era a publicação de uma obra organizada em formato de coletânea de textos. Este autor – apontando a existência de trabalhos de pesquisa já concluídos, levados a cabo por professores/pesquisadores formados pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* II, Alagoinhas e principalmente tendo a História

dessa cidade como objeto de suas reflexões – sugeriu a ampliação para uma coleção, contemplando um maior número de aspectos abordados, propondo que os aludidos trabalhos fossem publicados juntamente com a “coletânea”, acrescidos de duas obras autorais inéditas, sem caráter acadêmico. A ampliação do escopo inicialmente proposto foi do agrado da professora e dos demais participantes do grupo, ficando então acordado que se faria as tratativas necessárias para a viabilização do arrojado projeto.

Assim, naquela mesma reunião de finais de setembro de 2020, este autor foi convocado a assumir a tarefa de organizar e coordenar a coleção de obras autorais e coletivas que tem por objetivo precípua focalizar “a História e a Cultura de Alagoinhas”, com o fito de tornar conhecidas por estudantes, professores e demais interessados, os elementos constitutivos desta que é a cidade onde se vive o “mourejar” de cada um dos seus habitantes, sobretudo, a partir do seu processo de elevação à condição de Freguesia (1816) passando pelas demais etapas do seu desenvolvimento urbano e socioeconômico, até os tempos hodiernos.

Para tanto, está em vias de publicação pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) a coleção composta de sete volumes, com um título que servirá para abrigar esses volumes, “Nem ‘vultos’ nem ‘feitos’: um construto de Histórias e Memórias, através de diversas trajetórias”, sob o qual estarão inseridas as partes, permitindo o bom entendimento do todo. Portanto, alguns professores e pesquisadores, com diversos perfis acadêmicos, foram convidados para construir, junto com este coordenador, os volumes e os textos que formarão o arrojado proposto. Desse modo, os sete volumes que constituem a obra estão dispostos da seguinte forma:

Volume 1: *Alagoinhas entre histórias e memórias: aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma cidade em constante movimento* (em elaboração). Trata-se de uma coletânea organizada por José Jorge Andrade Damasceno, a quem caberá a tarefa de escrever um dos capítulos e o texto introdutório – tanto da coleção como um todo, quanto do volume em apreço. Os autores convidados para compô-la foram os seguintes: as professoras Maria José Oliveira Santos, Keite Maria Santos do Nascimento Lima, Jocelia Novaes Gonçalves, Marilécia Oliveira Santos – em coau-

toria com o professor Thiago Machado Lima –, Marleide Lima de Brito Souza, Geiza Brunelle Almeida Santos, Tatiane Figueiredo Araújo; os professores Raimundo Nonato Pereira Moreira, Wagner Souza Pimentel; e o pesquisador extra-acadêmico Antônio Carlos Freitas Dórea.

Os volumes 2, 3, 4 e 5 são frutos de pesquisas acadêmicas, realizadas no âmbito das universidades públicas, e, apresentados e avaliados na forma de dissertações de mestrado, a saber:

O volume 2: *Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas-Bahia*, cuja autora é a professora Elisângela Alves Almeida;

O volume 3: *Os comunistas e a formação da esquerda de Alagoinhas (1956-1956)*, de autoria do professor Ede Ricardo de Assis Soares;

O volume 4: *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)*, que tem como autora a professora Keite Maria do Nascimento Lima;

O volume 5: *Comunidades quilombolas: o reconhecimento e a autoidentificação frente ao processo de globalização e a massificação cultural*. Esse quinto volume foi pensado para atender à exigência do Conselho de Cultura e, ao mesmo tempo, conseguiu-se encontrar um trabalho que, além de atender àquela exigência, se pudesse prestar uma homenagem póstuma ao pesquisador Gilvan Barbosa da Silva, mestre em Crítica Cultural pela UNEB, campus II, Alagoinhas, reconhecendo o seu trabalho de pesquisa dedicado ao tema do “negro”, da “negritude”, envolvendo a comunidade do Catuzinho. Aliás, saliente-se, de passagem, que o referido pesquisador foi uma das mais de 600 mil vítimas ceifadas pela covid-19 no Brasil, desde 2020. Assim, acredita-se contemplar o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Cultura e reconhecer o trabalho de longos anos de Gilvan Barbosa da Silva, que contribui satisfatoriamente com o propósito desta coleção, que pretende abordar as muitas “faces da História” da cidade de Alagoinhas, onde a referida pesquisa foi desenvolvida.

O volume 6: *Rumos e trajetórias de uma imprensa local? A “artilharia do pensamento” como fonte para pesquisa histórica* (em elaboração), que tem como autor o professor Roberto Magno Santos; e

O volume 7: *A Alagoinhas quando “menina moça”: algumas histórias e diversas memórias da cidade, pelos escritos de Maria Feijó – 1930-1950* (em elaboração), cuja autoria é do professor José Jorge Andrade Damasceno.

O volume que o leitor tem diante de si é resultado da conjunção de preocupações manifestas por diversas gerações de alagoinhenses, no sentido de fazer conhecer a história de sua cidade em suas diferentes facetas, uma vez que poucos daqueles que vivem na referida urbe, conhecem a sua origem, o seu desenvolvimento, bem como as implicações destes e outros aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que conformam o fazer histórico. Nesse sentido, após algumas tratativas no âmbito da secretaria de Cultura Esporte e Turismo, foi possível empreender a produção de um conjunto de tratados que viesse a promover a redução da enorme lacuna de obras historiográficas que ensejem trazer conhecimento da história de Alagoinhas ao público em geral, a despeito da existência de um curso de licenciatura em História e de um programa de pós-graduação nessa área.

Alagoinhas, novembro de 2023

**Professor José Jorge Andrade Damasceno**

Coordenador da Coleção

## Introdução

Nesta obra analisamos a militância comunista em Alagoinhas, Bahia, e sua relação com o processo de formação da esquerda local a partir da legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB), em junho de 1945. Período em que a trajetória do partido esteve ligada às mudanças ocorridas na linha deste, principalmente por conta dos efeitos dos *Manifestos de agosto de 1948 e 1950*, até o ano de 1956, que, em âmbito local, ficou marcado pelo abalo da hegemonia política, originada da ação de uma esquerda diretamente influenciada pelas atividades do Partido Comunista.

O interesse em investigar a atuação dos comunistas, durante as décadas de 1940 e 1950, se deu com o projeto de Iniciação Científica *O PCB de Alagoinhas e o golpe civil-militar de 1964*, durante minha graduação no curso de História, no *campus II*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). À época, chamou-me a atenção a celeridade com a qual as forças públicas de segurança neutralizaram aquele núcleo comunista, mesmo com seu número reduzido de membros quando foi desfechado o golpe que rasgou a Constituição de 1946. Consequentemente, levantamos a hipótese de que as respostas para essa questão não estavam na década de 1960, mas na trajetória dos comunistas na cidade em décadas anteriores. Desse modo, iniciamos as investigações sobre a militância do PCB de Alagoinhas, no espaço de tempo localizado entre os anos de 1930 e 1950, com o projeto *O PCB de Alagoinhas: gênese, militância e clandestinidade*, aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que resultou na dissertação defendida no ano de 2013.

Apesar de não terem sido encontradas fontes suficientes que confirmem a relação entre a militância comunista em Alagoinhas na década de 1930 e os interesses do Comitê Regional do PCB da Bahia (CR-BA), a relação entre ambos pode ser percebida pelo fato de que os comunistas

mantinham um considerável nível de centralização de decisões entre a direção estadual e suas bases. Desse modo, é possível que a inserção dos comunistas, por entre as organizações operárias locais, esteja relacionada à aplicação das orientações da direção estadual, especialmente entre os ferroviários.

Os indícios da atuação do PCB de Alagoinhas, durante o período localizado entre o início do Estado Novo, em 1937, até a legalização do partido, em 1945, foram examinados e serão apresentados na primeira parte deste trabalho. Em seguida, foram examinadas as ações dos membros do PCB de Alagoinhas durante a legalidade e, ao final, analisamos os efeitos iniciais da clandestinidade em que foi acometido o partido, com a cassação de seu registro eleitoral em 1947.

Antes das apresentações preliminares, é preciso fazer algumas considerações. O trabalho historiográfico se dá com a teoria e com as fontes. Nesse processo, um sem número de ilações surgiram e com elas a formulação de algumas hipóteses. À medida que o texto era tecido, ficava cada vez mais claro nesse trabalho que as temáticas estudadas se referiam à luta de classes no Brasil. O PCB surge em Alagoinhas e acaba por auxiliar direta e indiretamente na luta operária local: de forma direta com a sua militância cotidiana; e de forma indireta, auxiliando na organização das esquerdas locais. Até 1937, a cidade estava dividida entre situacionistas e oposicionistas, ambos de direita. Ao operariado, a única opção era apelar ao poder público através do Centro Operário Beneficente. Os métodos e táticas dos comunistas influenciaram atores sociais que estavam ao seu redor, seja na ferrovia, nos curtumes ou nos trapiches de fumo, no labor diário ou na busca por melhores condições materiais através de negociações ou com a deflagração de greves.

Em suma, neste trabalho, consideramos esquerda a ação política a partir dos interesses da classe trabalhadora. No contexto dos anos 1940 e 1950, a luta sindical, por justiça social e a militância em prol da revolução socialista, representam aspectos onde estão incluídas diversas vertentes para a política de esquerda na cidade. Nesse ínterim, podemos elencar diversas possibilidades, mas estas são suficientes para esclarecermos tal questão.

No que se refere à organização do texto, o primeiro capítulo, “Formação e militância”, analisa indícios de atividade comunista na cidade e o movi-

mento operário local, passando pelo período em que o Partido Comunista esteve na legalidade até os momentos seguintes à cassação de seu registro eleitoral e das mudanças em sua linha política.

Na primeira seção do capítulo um, intitulada “Indícios da formação do PCB em Alagoinhas”, analisamos como os comunistas, atuantes em Alagoinhas, militaram durante o Estado Novo, visto que a fundação dos núcleos comunistas na cidade e no distrito de Aramari, em 1945, certamente resultou de uma organização ocorrida durante a ditadura varguista. Para a consecução dessa tarefa, cruzamos o depoimento cedido pelo ex-militante comunista Eliseu Mendes da Silva, Seu Lilio, com fontes de outra natureza e mapeamos os nomes de alguns membros do PCB, citados pelo ex-militante em jornais da época, como o *Jornal de Alagoinhas*, que pertencia a José Lúcio dos Santos (Coronel Santinho do Riacho da Guia), e em *O Momento*, periódico baiano que pertencia ao Partido Comunista. Ao mesmo tempo, o já citado *Jornal de Alagoinhas* tornou possível dissertar sobre o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Suas informações foram cruzadas com monografias e dissertações inéditas, o que permitiu que confirmássemos algumas suspeitas sobre a relação entre a entidade de classe, os ferroviários e os comunistas. Em paralelo, obtivemos informações sobre a militância do Partido Comunista e o contexto político alagoinhense a partir do relatório que está depositado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), enviado à Internacional Comunista (IC), no ano de 1937, por Honório de Freitas Guimarães, o “Martins”, que falava sobre a organização do PCB no Brasil, e na Bahia, onde destacou a qualidade dos militantes ferroviários. Fontes que foram a base da primeira subseção, “Vestígios comunistas numa cidade ferroviária”.

A segunda seção, “Jonas Batista de Oliveira: um ‘vulto’ comunista”, parte da obra memorialística do memorialista Salomão Barros, intitulada: *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*, publicada no ano de 1979, a partir do que refletimos sobre a trajetória do secretário eleitoral e de massas do PCB de Alagoinhas, Jonas Batista de Oliveira. As informações acionadas por Salomão de Barros foram relacionadas à documentação da Liga Desportiva de Alagoinhas (LDA) – entidade organizadora do esporte na cidade – com o intuito de investigar a atuação do comunista no âmbito

esportivo. A atuação de Jonas Batista de Oliveira frente à imprensa local teve como principal fonte o jornal *Sete Dias*, que lhe pertencia.

A terceira seção, intitulada: “Rastros comunistas na literatura de Maria Feijó”, parte de fragmentos da obra literária *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*, publicada em 1978, pela escritora alagoinhense Maria Feijó de Souza. Essa obra revela aspectos importantes da cultura política do núcleo comunista de Aramari – então distrito de Alagoinhas, que hoje é uma cidade emancipada – por conta de sua relação com a personagem central da obra, a professora primária Maria Luísa Peixoto. Essas informações foram relacionadas a outras fontes primárias, principalmente as notícias do matutino soteropolitano *O Momento* e a bibliografia que analisa as relações entre história, literatura e memória, a partir do que identificamos como as ideias comunistas e como o comunismo era representado e entendido na região.

Na quarta seção desse capítulo, “Ascensão e luta política a partir da adesão irrestrita à União Nacional”, analisamos a militância comunista em Alagoinhas durante os anos em que o PCB atuou legalmente até a cassação de seu registro eleitoral em 1947. Contexto em que o partido experimentou um crescimento numérico inédito em sua história, lançando candidatos próprios nos pleitos realizados ao passo que defendia a formação da Assembleia Constituinte. O material empírico utilizado foram as edições do jornal *O Momento* publicadas entre os anos de 1945 e 1946, que noticiam as ações dos militantes comunistas em Alagoinhas e Aramari – visto que o matutino soteropolitano cobriu os acontecimentos políticos ocorridos no distrito de Aramari e na sede, destacando os membros da direção presentes, os métodos de arregimentação e a relação com os comunistas locais.

A quinta seção, “Anticomunismo e repressão ao ‘extinto’ Partido Comunista”, gira em torno da repressão policial a uma reunião do Partido Comunista, em julho de 1948, e sua repercussão na cidade momentos após a cassação de seu registro legal. A partir da documentação levantada na Câmara Municipal de Alagoinhas, examinei como agia a Polícia Militar – sob o comando do Tenente Coronel Philadelfo Pereira das

Neves, que tinha fortes ligações com o jogo político local – ao reprimir reuniões do PCB.<sup>1</sup>

Em seguida, na subseção “Efeitos da ilegalidade: marginalização e deserções” são levantadas questões sobre o desligamento de membros do Partido Comunista publicado no jornal local *O Nordeste*, a partir de 1948. Considerando-se a clandestinidade em que se encontrava o PCB desde 1947, contexto no qual ser comunista significava estar ligado a uma nação estrangeira e instigar a luta de classes, busquei compreender quais foram as consequências da ilegalidade para os membros do núcleo comunista de Alagoinhas.

No segundo capítulo deste trabalho, “Resistência e recuo (1948-1950)”, são examinadas as ações dos comunistas de Alagoinhas a partir da ilegalidade eleitoral e das inflexões na linha política oficial do PCB, iniciadas com o *Manifesto de Janeiro de 1948*, até o início da década de 1950, ano em que foi publicado o *Manifesto de Agosto de 1950*. Naquele contexto, o núcleo comunista de Alagoinhas procurou manter-se ativo politicamente, buscando alianças com setores da burguesia, apesar da marginalização política que o envolveu com a cassação do registro partidário.

Na primeira seção desse capítulo, “Pecebistas e pessedistas: uni-vos!”, analiso o apoio oferecido pelos militantes do PCB ao candidato à prefeitura de Alagoinhas, em 1950, pelo Partido Social Democrático (PSD), Pedro da Costa Dórea, e ao seu “padrinho” político e amigo Lauro Farani Pedreira de Freitas. As principais fontes utilizadas foram as matérias de *O Nordeste* sobre os comunistas, publicadas entre 1948 e os anos iniciais da década de 1950. Levei em consideração a postura política desse jornal na análise do teor de suas matérias, mesmo porque *O Nordeste* anunciou abertamente que apoiou a campanha do candidato da União Democrática Nacional (UDN), Juracy Magalhães, para o governo do Estado. Ao mesmo tempo, busquei o diálogo com a bibliografia sobre o PCB para a compreensão da postura adotada pelos comunistas na cidade, até porque as

---

1 Este tópico foi ampliado e publicado sob o título “O PCB sob o ataque das forças públicas do estado da Bahia em 1948”, na obra: *Bahia: política e sociedade (1930-1940)*, organizada por Ricardo Sizilio.

vias eleitorais passaram a ser desconsideradas oficialmente pela direção pecebista com a clandestinidade.

Na segunda seção, “A força de Lauro de Freitas no PSD”, analisamos a influência do superintendente da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB) entre os pessedistas locais, visando entender a negociação proposta pelo núcleo comunista local.

Na seção seguinte, “Resistência comunista entre os trabalhadores”, são investigados os modos que os membros do PCB de Alagoinhas empregaram para se manterem influentes entre os trabalhadores frente a clandestinidade.

A seguir, analisamos sobre o embate entre o PCB de Alagoinhas e o ex-dirigente comunista Almiro de Carvalho Conceição. Na seção seguinte, que tem por título “Conflitos entre os comunistas e o ex-comunista Almiro de Carvalho Conceição”, tomei por base informações contidas em livros de atas da Câmara Municipal de Alagoinhas e nos jornais *O Nordeste* e *Sete Dias*. Documentação que informa acerca das ações do então vereador Almiro de Carvalho Conceição em sua tentativa de conquistar as bases pecebistas na cidade. Contexto em que o ex-comunista procurou ganhar a confiança da classe trabalhadora fundando o Círculo Operário de Alagoinhas e apropriando-se da Liga Alagoinhense de Dominó, além de combater os comunistas através da Câmara Municipal.

Na última seção desse capítulo, intitulada “Baixas no Partido Comunista de Alagoinhas: os casos de Arabela e Vitório Pita”, é analisada a saída de Maria Francisca Pereira, Arabela, do Partido Comunista e sua suposta adesão ao “autonomismo”. Em seguida, analiso os efeitos da transferência do secretário político do CM, Vitório Pita. As principais fontes utilizadas foram matérias de *O Nordeste*, referentes à Arabela e a sua “Pensão Pernambucana”. Sobre Vitório Pita, foram fundamentais as informações contidas na carta que Almiro Conceição enviou ao então deputado Dantas Júnior em nome do Círculo Operário de Alagoinhas, na qual o ex-militante pecebista apresenta um panorama da atuação dos comunistas na direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas.

No terceiro capítulo deste trabalho, “Sobrevida e legado (1951-1956)”, examino de que modo o PCB e a cultura política por ele criada permaneceram ativos na cidade de Alagoinhas, apesar da condição de ilegalidade

em que o partido havia sido submetido e das alterações em sua linha política oficial, que, sem alterar a estratégia visando a revolução burguesa no Brasil, passou a defender a sua precipitação a todo custo. O material empírico levantado sobre esse período indica que o Partido Comunista foi o pioneiro, em Alagoinhas, na formulação e aplicação de um modo de fazer política voltada para os trabalhadores e para as camadas populares. A tática de “União Nacional”, adotada até a cassação do registro, em 1947, não foi alterada pelo núcleo comunista local, com os manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950; ela continuou sendo a orientação do núcleo do PCB em Alagoinhas, além de ter sido a principal influência para outros atores sociais que emergiram naquele contexto, que se definiam enquanto representantes da classe trabalhadora.

Para além da veracidade desse posicionamento, tal fenômeno era inédito na história política da cidade. Até então, a Câmara Municipal de Alagoinhas tinha sido um espaço a serviço dos interesses da elite local. A inserção dos interesses dos trabalhadores enquanto classe e de seus representantes oficiais se constituiu, inicialmente, num incômodo para os representantes das camadas abastadas da cidade, mas, com o passar do tempo, se tornou motivo de conflitos que, inclusive, resultou no confronto físico entre os grupos que representavam a elite e os que representavam os trabalhadores pela hegemonia política na cidade. Era a primeira vez que as elites locais sentiam o poder escapar de suas mãos e sua reação foi optar pelo confronto ideológico e físico, que resultou, entre outras coisas, na morte do filho do prefeito. Situação que levou à prisão preventiva e julgamento de três membros da bancada operária acusada do crime, desarticulando-a, mas provocando a ascensão de novos atores sociais, representantes do que poderíamos chamar de pequena-burguesia urbana, que, inclusive, ascenderam à chefia da prefeitura e à assembleia estadual, como foi o caso de José Azi e Murilo Cavalcante.

Para examinar essas questões, o capítulo foi dividido em cinco seções. A primeira, “Reminiscências do PCB na política alagoinhense”, analisa as candidaturas dos membros do partido no pleito de 1954, Otoniel Lira Gomes e Manuel Quinto Ramos – candidaturas que correram num contexto em que o PCB se encontrava imerso numa discussão interna por conta da morte de Getúlio Vargas, e que desembocou na *Declaração de*

*Março de 1956*. Esse documento marcou uma virada na tática pecebista e foi fundamental para a reinserção efetiva dos comunistas no cenário político nacional, até o seu estancamento com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. As fontes acionadas para essa seção foram as edições de *O Nordeste*, sobre o pleito de 1954, e a breve autobiografia de Otoniel Lira Gomes, intitulada *Entre nós dois*, lançada no ano de 1950.

A segunda seção, O “Ato nº 1: a cassação do mandato do ex-pecebista Hidelbrando Dias”, analisa como os membros da Câmara Municipal se organizaram para cassar o mandato do vereador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ex-membro do PCB, Hidelbrando Dias. A sua atuação em defesa dos trabalhadores e das camadas populares rendeu a animosidade de seus pares no legislativo municipal e do prefeito Pedro da Costa Dórea. As propostas e projetos visando melhorias para a classe trabalhadora foram alvo da negação de seus adversários políticos, salvo o vereador e então aliado Eurico Costa. Hidelbrando Dias passou a criticar a posição intransigente de seus adversários políticos, e estes se aproveitaram das críticas para cassar o mandato do prefeito acusando-o de “falta de decoro parlamentar”. As principais fontes desse tópico foram atas, ofícios, correspondências, o projeto de cassação proposto pelo vereador udenista, Horácio Dantas e o processo de cassação enviado ao poder judiciário, que teve o aval do juiz João da Costa Batista.

A terceira seção, “As eleições de 1954 em Alagoinhas: currais eleitorais, fraudes e denúncias”, analisa como se deu aquele pleito, apresentando as principais lideranças e forças políticas e sua relação com os candidatos ao governo do estado da Bahia, Pedro Calmon (UDN) e Antonio Balbino (PTB). Em Alagoinhas, chama atenção as denúncias de fraudes quanto à eleição de Antonio Martins de Carvalho Júnior (UDN) para a prefeitura municipal e a eleição de seis membros oriundos, em sua maioria, da classe trabalhadora, ou seja, metade do total de cadeiras da câmara. As fontes utilizadas nesse tópico foram matérias de *O Nordeste*, que noticiou detalhadamente os eventos relacionados àquele pleito. Vale ressaltar que as informações desse jornal foram analisadas considerando o definido posicionamento político do jornal frente ao pleito que, em Alagoinhas, defendia a candidatura de Vítor Nascimento, adversário de Carvalho Júnior, e, a nível estadual, defendia a candidatura de Pedro Calmon.

A quarta seção, ‘Aguilhoadas e atentados: os conflitos entre a FPD e o prefeito’, é a penúltima do trabalho e examina a constituição da Frente Popular Democrática (FPD) e o modo que seu líder, João Nou, empregou a sua coluna em *O Nordeste*, que se chamava “Aguilhoadas”, e o próprio jornal como uma arma política, ao mesmo tempo em que analisa as ações dos adversários da frente, entre os anos de 1955 e 1956. Nesse contexto, a oposição da FPD passou a ser combatida através da força, com ataques à edição de *O Nordeste*, emprego da polícia e até mesmo de um atentado à vida do vereador Hostílio Dias. As principais fontes desse tópico foram edições do referido jornal, principalmente a coluna de João Nou, e a algumas atas da câmara. Importa lembrar que o emprego de *O Nordeste* se justifica pelas informações oferecidas e por estar ligado diretamente ao conflito em curso na cidade.

A quinta seção, “A FPD chega ao poder na câmara”, analisa os acontecimentos desenrolados no ano de 1956, ano em que, pela primeira vez, os representantes das elites perdem, efetivamente, a hegemonia da câmara para os membros da FPD. Situação que se resultou em conflito aberto. Examino a “Fórmula João Ramos”, nome dado à tática aplicada pela FPD que, além de homenagear o seu autor intelectual e membro da frente, lhe rendeu aquela vitória política. Em paralelo, foi apresentado e analisado cada episódio do conflito entre os grupos situacionista e opositor, além do resultado do confronto, a morte de Darcy Carvalho, filho do prefeito e então secretário de governo. As fontes empregadas nesse capítulo foram, novamente, edições de *O Nordeste* e atas da câmara. Vale ressaltar que em todo este trabalho foi muito frequente o diálogo com trabalhos recentes de pesquisa sobre a história local. Mas, nesse capítulo, a dissertação *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas/Bahia, 1948-1964*, de Moisés Morais, foi o trabalho historiográfico sobre Alagoinhas que mais foi acionado, devido à sua qualidade e ao seu pioneirismo, principalmente quanto ao período abordado. O terceiro capítulo finaliza com a seção “O Repto de honra e a desarticulação da FPD”.

Em suma, este trabalho busca relacionar a militância comunista ao surgimento de um segmento político voltado para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas populares. Tentamos compreender

como a militância comunista, orientada pela linha de União Nacional, e as buscas pela revolução burguesa no Brasil, contribuíram para a formação das esquerdas na cidade de Alagoinhas.

# Capítulo 1 - **Formação e militância (1945-1948)**<sup>1</sup>

Terça-feira, primeiro de maio de 1945, Alagoinhas. À noite, depois de um dia de atividades cívicas e de manifestações antifascistas no centro da cidade, o militante comunista Vítório da Rocha Pita assume a presidência do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, tradicional instituição proletária fundada na década de 1930 e responsável pelo “[...] longo programa de festividades para a comemoração do 1º de Maio naquele importante centro operário da Bahia”. (O MOMENTO, 7 maio 1945, p. 4)

Segundo o jornal *O Momento*, matutino soteropolitano dirigido pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), as atividades foram iniciadas com uma passeata cívica, que teve a participação da Escola Pedagógica de Alagoinhas, da Escola Ferroviária Leste Brasileiro, do Colégio São Pedro, do Colégio 11 de Junho, das Escolas Reunidas, e de vários outros colégios particulares. Com o fim da passeata, teve início um comício na Praça

---

1 Este tópico foi publicado com alterações, sob o título “Os ferroviários e a formação do PCB em Alagoinhas”, na obra organizada por Eliana Evangelista Batista, chamada *Alagoinhas: histórias e historiografia*, em 2015.

da Bandeira, onde estava localizado o prédio da intendência municipal. (O MOMENTO, 7 maio 1945, p. 4)

O primeiro orador no “comício popular, ao qual concorreram mais de duas mil pessoas”, segundo a matéria, de tom ufanista, foi o intendente municipal Carlos Cunha. *O Momento* ressaltou que o líder do executivo municipal destacou “[...] o significado do 1º de maio” e as “conquistas já realizadas pelo proletariado do Brasil”. Após o intendente, assumiu a palavra a professora Maria Feijó que, “em nome da mulher de Alagoinhas”, pronunciou “[...] um importante discurso, ressaltando a posição assumida pelo proletariado, em todo mundo, para a liquidação do fascismo, o inimigo número 1 de todos os povos livres”. O matutino soteropolitano destacou a referência que a professora fez à posição das mulheres na luta pela “democracia, pela liberdade e pela justiça social”, citando-a em seguida: “Não é novidade para nenhum de nós o quanto tem feito a mulher brasileira, além de nossas fronteiras, empenhada também na luta pela salvação do mundo e pela liberdade dos povos”. Ainda de acordo com o jornal, Maria Feijó enfatizou a posição das mulheres “[...] para a proclamação do trabalho igual e compensador para todos, a fim de que os povos, sem distinção, tenham independência e o mundo, paz”. As palavras de Maria Feijó representavam, sem dúvida, o sentimento alívio da maioria das pessoas, visto que ameaça fascista acabara de ser derrotada na Segunda Guerra Mundial. (O MOMENTO, 7 maio 1945, p. 4)

Em seguida, o orador foi o militante comunista Almiro de Carvalho Conceição que destacou “[...] a posição decidida do proletariado na luta contra o fascismo e a decisão dos trabalhadores brasileiros de lutarem por uma saída democrática para a crise política que atravessa nossa pátria”. Sucedeu-o o membro da direção estadual do PCB, João Severiano Torres que, segundo *O Momento*, foi especialmente convidado para o evento. O líder pecebista falou sobre a importância do primeiro de maio para o operariado, ocasião em que a classe trabalhadora virava “[uma] só família e que seu dever era preservar sua unidade” nos planos estadual, nacional e mundial. Por isso, cabia a essa classe continuar lutando contra o fascismo e a opressão “[...] ao lado das forças progressistas, ao lado da burguesia, para reconstruir um mundo de ordem, de liberdade, e de melhores condições de vida para todo o povo e para todos os povos”.

(O MOMENTO, 7 maio 1945, p. 4) A consolidação da democracia e a independência econômica do Brasil eram os objetivos a ser alcançados com a aliança entre a burguesia e a classe trabalhadora, ponto que foi ressaltado na matéria do matutino baiano, e justificado com as palavras de João Severiano Torres: “Por isso, [...] contra a desordem e contra os golpes, que só vem em auxílio do fascismo, da reação e de todos os inimigos do proletariado”. Neste trecho, percebe-se que o líder comunista aproveitou para adicionar elementos da tática pecebista de manutenção da luta antifascista apesar da derrota dos fascismos na Segunda Guerra Mundial. Foram ouvidas ainda as palavras de outros membros de relevo da sociedade alagoanhense. (O MOMENTO, 7 maio 1945, p. 4)

Chama atenção a constante referência que os oradores do “comício popular” fizeram à linha defendida pelo PCB, apesar de entendermos que o contexto de pós-guerra foi permeado por discursos em favor da união e da fraternidade entre nações e pessoas. Em que pese o interesse do matutino comunista em ressaltar os trechos dos discursos que enfocavam a luta contra o fascismo e a aliança de classes para a consolidação da democracia brasileira, percebe-se que aquelas orientações, de fato, norteavam os objetivos dos comunistas locais. Até porque, se eles estavam dividindo aquele palco com o intendente e o promotor público municipal em uma atividade cívica de ampla visibilidade na cidade, significa que a linha de União Nacional gerava frutos políticos ao Partido Comunista.

Não seria exagero afirmar que parte fundamental dos êxitos dos comunistas advinha da aplicação das diretrizes da União Nacional. Tática que, segundo Anita Prestes (2010, p. 61), “[...] aglutinava amplos setores da opinião pública brasileira, mas, [...] era entendida de forma diferente”. Ou seja, apesar de que os diversos setores políticos que se colocavam como defensores da democracia e eram adeptos da luta antifascista tinham suas próprias concepções de União Nacional, o PCB aproximava os comunistas das forças políticas do país. Apesar dessa confusão, aquela linha política rendia capital político aos comunistas que, aproveitando-se do contexto ao seu favor, ocuparam postos de liderança no município.

Para Carlos Zacarias de Sena Júnior (2009), a tática de União Nacional surgiu como uma forma ampliada da política de “Frente Popular” e tinha o objetivo de inserir o PCB de um modo mais efetivo entre as massas.

Com esse intento, o Comitê Regional da Bahia (CR-BA) lançou e divulgou nacionalmente, em 1937, o documento intitulado “Ganhemos as municipalidades para a democracia” que, inspirado na política de Frente Popular aplicada pelo Partido Comunista Francês, defendia “[...] a necessidade de se lutar pela *democracia* dentro das municipalidades, buscando influenciar a política local dos municípios pelas transformações democráticas nos marcos da legalidade burguesa”. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 54) De acordo com o autor, o documento demarcou o direcionamento dos comunistas à democracia, que os gabaritou como:

[...] força política para consecução das tarefas que supunham lhes tinham sido colocadas pela história e, para isto, inflexionavam sua linha de combate e de classe-contra-classe em função de um trabalho mais persistente e cotidiano junto às massas, da cidade e do campo. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 54)

O fato é que a tática de União Nacional funcionou como desejava o CR-BA. A partir da política de Frente Popular, paulatinamente os comunistas conquistaram espaço político durante o Estado Novo. E com o declínio da ditadura varguista, no ano de 1945, o PCB conseguiu estabelecer-se entre os trabalhadores e as camadas populares das capitais e dos interiores dos estados da federação, como ocorreu em Alagoinhas.

O ideário de União Nacional aproximou os comunistas de membros da elite política municipal e, ao mesmo tempo, proporcionou-lhes as condições necessárias para estabilizar a sua força política entre os trabalhadores e as camadas populares. Força que, naquele primeiro de maio, levou o Comitê Municipal (CM) ao controle do Centro Operário Beneficente, através da posse de seu secretário político, Vitório da Rocha Pita. Após a posse na presidência daquele órgão operário, o dirigente comunista e orador oficial da entidade fez questão de referir-se à política de União Nacional. Segundo *O Momento*, de 7 de maio de 1945, “[...] o discurso do presidente do Centro Operário foi uma exposição da orientação que segue o proletariado de Alagoinhas, ante os decisivos acontecimentos internacionais e nacionais”. O matutino ressaltou as palavras de Vitório Pita na defesa da linha de União Nacional. Segundo o periódico,

o ferroviário afirmou que cabia ao proletariado aliar-se com as “forças democráticas e progressistas” para a solução pacífica dos problemas políticos e econômicos do país. Ainda usaram da palavra a professora Helena Vieira e o líder comunista convidado para os eventos daquele dia, João Severiano Torres, além de outros oradores. (O MOMENTO, 7 maio 1945)

As repetidas exaltações à linha política de União Nacional pelos comunistas indicam como aquela ideia ainda era relevante para o Partido, a despeito de sua lógica estar perdendo sentido com a derrota do fascismo. A despeito de *O Momento* ter o objetivo de evidenciar este aspecto, buscando mostrar um alinhamento entre os diversos agrupamentos políticos em torno de uma política defendida pelo PCB, o fato é que as oposições propunham suas ideias também a partir da palavra de ordem de “União Nacional”. No entanto, para além da interpretação dada a esta ideia, os comunistas de Alagoinhas buscavam consolidar-se politicamente, aproveitando-se do contexto favorável, colhendo os frutos de sua atuação antifascista e democrática desempenhada anos antes. Importa lembrar que os trabalhadores depositavam sua confiança naquela entidade, visto que ela estava conseguindo sustentar o título de “vanguarda do proletariado”.

## **Indícios da formação do PCB em Alagoinhas**

Apesar da impossibilidade de datar a formação das primeiras células comunistas em Alagoinhas, é possível afirmar que alguns quadros que viriam a constituir o Comitê Municipal, após o fim da Segunda Guerra, já militavam no movimento operário local.

Sobre a formação do Partido Comunista em Alagoinhas, vale ressaltar as ilações de Serge Bernstein referentes à criação de partidos políticos. Reportando-se a teóricos norte-americanos, ele procura definir quais as contribuições da teoria política deveriam ser internalizadas pelos historiadores políticos. Em primeiro lugar, o autor entende que os partidos só são criados quando a sociedade adota determinados aspectos da modernidade, como: urbanização, transportes, comunicação etc. No entanto, Remond (2003, p. 68) afirma que, além desses aspectos, os partidos sur-

gem como uma resposta possível para determinados problemas postos pela sociedade em questão, frutos de crises sociais ou econômicas. Em outras palavras, os partidos surgem como mediadores de uma parcela da opinião pública junto ao Estado.

As considerações do autor fazem sentido quando lembramos que a cidade de Alagoinhas nas décadas de 1930 e 1940 já possuía uma relativa população e uma cultura urbana que, inclusive, se entrelaça com o advento da ferrovia na cidade. Sobre esse ponto, vale lembrar que, naquele contexto, o município ultrapassava 70 anos desde a implantação da Estação de Alagoinhas, em 1863. Se considerarmos que a ferrovia também contribuía para a comunicação intermunicipal, podemos afirmar que a cidade completava todos os requisitos necessários para a criação de núcleos locais de partidos nacionais, como era o caso do PCB.

Entretanto, esses fatores não eram suficientes para garantir a criação de partidos políticos, faltavam anseios da opinião pública que os núcleos locais deveriam propor soluções. Sobre esse ponto, podemos nos reportar aos trabalhadores ferroviários, que desde o século XIX lutavam por melhores condições de sobrevivência material.

Sob essa ótica, podemos conjecturar acerca dos núcleos pecebistas da cidade, o Comitê Municipal de Alagoinhas e o Comitê Distrital de Aramari, no distrito de Aramari, uma vila operária por excelência. Cada núcleo se responsabilizaria por responder os anseios da parcela de trabalhadores que lhe cabia.

Não é simples acaso que membros do partido tenham se esforçado para encabeçar o Centro Operário Beneficente, como é o caso de Maurício Pontes dos Santos, que foi empossado na Comissão de Contas da entidade, em 1938, ou Vitório Pita, em 1945, e Jonas Batista de Oliveira, até 1949. Vale lembrar que o partido era ilegal, desse modo, não poderia ser um mediador político oficial junto ao poder público. (JORNAL DE ALAGOINHAS, 7 nov. 938, p. 4)

O Centro Operário defendia os interesses dos trabalhadores locais e, no final da década de 1930, gozava a condição de único representante da classe trabalhadora, visto que, até aquele momento, o operariado alagoinhense continuava privado de uma participação efetiva dentro do poder legislativo e executivo por conta da ditadura varguista. Consequentemente,

era de se esperar que os comunistas procurassem se aproximar do Centro Operário. Dirigi-lo era muito importante taticamente e significava, em termos práticos, se ligar organicamente à classe trabalhadora, até porque a entidade havia sido o quartel general da greve ferroviária de 1932 e espaço de negociação entre a categoria e o Estado, o que lhe caracterizava, de fato, como um centro de comando do operariado local.

Segundo o alfaiate e ex-militante comunista, Eliseu Mendes da Silva, Seu Lilio, Antonio Basílio de Souza, eleito sócio benemérito do Centro Operário em 1938, também era militante do PCB. Essa afirmação faz sentido se levarmos em conta que esse operário assumiu a direção da Escola Noturna 13 de Maio, acompanhado do militante Maurício Pontes dos Santos, além de outros possíveis membros do partido que haviam tomado posse da direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas em 1938, como é o caso de José Casaes e João Theobaldo dos Santos, primeiro e segundo secretários da instituição.

### *O Centro Operário Beneficente e as greves ferroviárias*

O Centro Operário Beneficente de Alagoinhas foi fundado em 7 de setembro de 1931 e teve sua utilidade pública reconhecida pelo Decreto Estadual nº 8.007, de primeiro de março de 1932. Segundo o jornal *Sete Dias*, a entidade era uma “Sociedade de amparo e defesa da classe operária alagoinhense”. Informação veiculada na matéria sobre a rearticulação do Centro Operário, no ano de 1949, quando a entidade passava por processo de reativação encabeçado pelos pecebistas Vitório da Rocha Pita e Jonas Batista de Oliveira. (SETE DIAS, 1949, p. 6) Apesar da proposta associativista, o Centro Operário realizou ações reivindicativas, articulando os interesses dos trabalhadores alagoinhenses junto aos seus patrões e ao Estado, a exemplo da posição de mediador que a entidade assumiu quando dirigiu a greve ferroviária de 1932. (GONZAGA, 2009, p. 10)

Chama atenção que, em 1932, o Centro Operário foi reconhecido como sendo de utilidade pública e acabou se tornando o quartel-general da greve ferroviária daquele ano. O movimento, que foi motivado pela insatisfação dos trabalhadores, frente as ações da *Chemins de Fer* – companhia francesa responsável pela administração de grande parte das

estradas de ferro da Bahia desde 1910 – tinha na entidade seu núcleo de articulação. Sobre essa questão, é importante salientar que a direção do Centro Operário contava com a presença de Antônio Basílio Souza que, posteriormente, foi eleito sócio benemérito da entidade.

No início da década de 1930, a *Chemins de Fer* intensificou a exploração sobre os ferroviários para reduzir os efeitos da crise capitalista de 1929 e da seca que se abatia sobre a região naquele ano. Para além da superexploração da mão de obra, como resultado desse posicionamento, ocorreram demissões, cortes de salários e redução de carga horária da categoria, que, por conseguinte, deflagrou a greve.

O movimento grevista foi iniciado em Alagoinhas no dia 14 de outubro e, posteriormente, teve a adesão dos ferroviários de outras localidades da Bahia, como foi o caso dos operários de Calçada, em Salvador. O comando de greve se instalou no Centro Operário e, de lá, dirigiu aquele movimento até o fim, apesar da pressão da companhia francesa e da repressão policial.

Ao final, coube a Juracy Magalhães ir à cidade de Alagoinhas mediar a negociação entre patrões e empregados. O então interventor da Bahia prometeu aos ferroviários solucionar os problemas postos em troca do restabelecimento imediato do transporte ferroviário. Dessa forma, no dia 15 de outubro, os ferroviários findaram a greve e retornaram ao trabalho.

Apesar de tudo, as ações do Centro Operário não garantiam a existência de uma célula do PCB na cidade, mesmo sendo possível que simpatizantes ou membros do partido tenham feito parte da direção da entidade, como foi o caso de Antonio Basílio de Souza.

É provável que a organização e a mobilização dos trabalhadores ferroviários tenham chamado atenção dos comunistas na década de 1930, visto que a categoria tinha uma experiência de conflito que se iniciou no final do século XIX e perpassou toda a Primeira República. (MATOS, 2009)

Não há dúvidas que a politização dos ferroviários evidente no movimento grevista de 1932 seja resultado de sua conscientização enquanto classe. Graças ao impasse entre os interesses do capital estrangeiro e a sobrevivência material, foi possível a articulação de uma identidade entre os ferroviários que os unia frente a negação promovida por seus patrões. Considerando a situação de inevitável conflito entre patrões e ferroviários

rios, tudo indica que estes últimos tenham criado o Centro Operário para pavimentar o caminho na busca por melhores condições materiais junto ao poder público. Em síntese, a entidade foi criada para facilitar o diálogo e minorar a marginalização política que o Estado insistia em submeter a classe trabalhadora e as camadas populares.

### *O PCB na Bahia na década de 1930*

Na Bahia, durante a década de 1930, o PCB passava por um processo de formação. Naquela década, num relatório enviado à Internacional Comunista, a direção partidária destacou o poder de organização e mobilização que os *Cheminots* – “ferroviários”, em francês – dispunham. Além disso, os comunistas monopolizaram a direção do Centro Operário após o fim do Estado Novo. É possível, inclusive, que eles tenham controlado a entidade desde a sua criação.

O fato é que o Partido Comunista estava agindo na clandestinidade desde os levantes de 1935 e, com a instauração do Estado Novo, os comunistas foram eleitos os principais inimigos do aparelho repressivo varguista. Com o avanço das investigações policiais, os organismos diretivos do PCB acabaram desestruturados por conta da captura de seus quadros mais experientes, restando aos militantes que compunham o Secretariado Nacional (SN) migrarem, inicialmente para Recife e, posteriormente, para a cidade de Salvador, com a tarefa de reorganizar o partido.

Foi nesse contexto conturbado que surgiram os primeiros contornos da linha política de União Nacional. Segundo Carlos Zacarias de Sena Júnior (2009, p. 69-70), a direção pecebista lançou alguns documentos com o objetivo de fazer avançar os passos da revolução burguesa no Brasil. A “Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro” denota os interesses daquele núcleo comunista. Segundo o documento, cabia aos militantes do partido se inserir nos sindicatos, independentemente da sua tendência política, assim como nas organizações populares, ainda que “[...] (fossem) dirigidas e controladas pela gente mais reacionária! Cada jovem comunista dentro de seu clube, de sua organização esportiva”. Desse modo, os comunistas acreditavam que estariam se ligando às massas, o que lhes possibilitaria a chance de “[...] estudar

com ela os seus problemas da nacionalidade e democracia”, fazendo “[...] surgir e brotar em toda a parte, em todas as organizações a ideia de UNIDADE a ideia de FORÇA, que só existe quando há coesão”.

Na “Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro”, o SN indicou que os caminhos a serem tomados pelos militantes naquele contexto estavam ligados à penetração de seus quadros em toda organização que oferecesse aos seus membros a condição de mobilizar-se e, com isso, ampliar a visibilidade do partido frente à sociedade. Orientação que terá as suas consequências para o núcleo comunista de Alagoinhas, como veremos.

### *Vestígios comunistas numa cidade ferroviária*

Cidade localizada a 108 km de Salvador, Alagoinhas era, entre as décadas de 1930 e 1940, um dos maiores núcleos operários da Bahia. Sua posição geográfica havia sido fundamental para a instalação de três estações ferroviárias, que estavam em plena atividade naqueles anos e ligavam a capital da Bahia à região do Rio São Francisco e ao estado de Sergipe, às quais se somam as estações dos distritos alagoinhenses, como é o caso de Aramari, Sauípe e Narandiba.

Apesar de a classe trabalhadora alagoinhense ser formada por diversas categorias, como trabalhadores rurais, fumageiros e operários da indústria de curtimento de couro e peles, era a categoria dos ferroviários da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB) que se destacava. Os operários da ferrovia possuíam uma considerável experiência política por conta de sua organização e busca por melhores condições de trabalho, principalmente através de greves, a exemplo do que ocorreu em 1932, como vimos.

Não podemos afirmar que essa mobilização teve a participação de membros do PCB. No entanto, no relatório sobre a situação da organização do Partido Comunista no Brasil, enviado à Internacional Comunista pelo dirigente comunista Honório de Freitas Guimarães, datado de 22 de junho de 1937, estava indicado que a célula dos ferroviários era considerada pelo partido como uma das melhores em atividade na Bahia. (RELATÓRIO DE MARTINS, 1937) Tomando por base o conteúdo desse informe, é possí-

vel conjecturar que o comunismo pode ter chegado à cidade através das linhas de trem, até mesmo porque as greves ferroviárias do início da década de 1930 demonstraram um sinal da capacidade de organização dos ferroviários, que era resultado da formação de sua consciência de classe, o que pode ter atraído a atenção dos comunistas ou, de outro modo, aproximado as propostas do partido aos interesses da categoria.

No documento enviado, Honório de Freitas Guimarães afirmava que o PCB contava com 250 membros na Bahia, sendo que o Comitê Regional dirigia cinco Comitês Locais, que não foram citados, e que havia se aproximado do Comitê Regional de Sergipe. O líder comunista demonstra no informe que o PCB estava interessado na cidade de Cachoeira por conta do relatório do recém-formado Comitê Local, que havia colhido “[...] informações das células das fábricas de cigarro (alemães) e o trabalho entre os pequenos produtores”, além da declaração pública do abandono de 56 membros do partido na cidade. O líder comunista traz, ainda, informações sobre divergências entre os membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) na cidade de Alagoinhas, que levou “mais de 100 membros” a abandonarem o integralismo junto com um chefe municipal. Apesar de “Martins” – codinome de Honório de Freitas Guimarães – não revelar, tudo indica que essas informações tenham sido enviadas pelos militantes comunistas de Alagoinhas, como afirmou quando se referiu aos militantes de Cachoeira – que pode ser uma pista para futuras investigações. (RELATÓRIO DE MARTINS, 1937)

Outro indício da chegada do comunismo na cidade de Alagoinhas tem relação com Antonio Maciel Bonfim. Possuidor de laços afetivos na cidade, onde lecionou e atuou no jornal local *Correio de Alagoinhas*, “Miranda”, que se tornou o secretário geral do PCB, em 1934, quando adotou este codinome, foi preso em Alagoinhas em 1930 sob acusação de fazer propaganda comunista junto ao operariado baiano. Bonfim, que anos antes era um insuspeito cidadão alagoinhense, naquele momento estava nas páginas do *A Tarde* e do *Diário de Notícias*, sendo acusado de ser um “adepto das ideias de Lênin”, o que levou o jornal *Correio de Alagoinhas* a colocar-se de público em sua defesa frente as notícias dos jornais soteropolitanos. (MOREIRA, 2010)

Apesar de não se tratar de uma ação do PCB, o episódio protagonizado por Antônio Maciel Bonfim, torna possível que as primeiras mobilizações comunistas em Alagoinhas tenham sido promovidas por aquele que ocuparia o cargo máximo do PCB no Brasil em 1934, até porque o militante era conhecedor da cidade e da classe trabalhadora local, onde havia sido professor e colaborador do *Correio de Alagoinhas*, na década de 1920. (BARROS, 1979)

Importa lembrar que as vinculações de Miranda ao comunismo portavam forte teor anticomunista. Tudo indica que ele era um seguidor de Prestes e membro da Liga de Ação Revolucionária (LAR), entidade fundada pelo líder da coluna invicta para pôr em prática as suas ideias que, naquele momento, se aproximavam do comunismo. Esse fato retira a possibilidade de toda aquela movimentação ter alguma relação com o PCB. No entanto, a prisão de Miranda sugere que aquela oportunidade pode ter sido um dos primeiros contatos dos trabalhadores locais com o comunismo. Indício que faz sentido se levarmos em consideração que o operariado local, principalmente os ferroviários, possuía uma trajetória de mobilização e de greve desde o final do século XIX. Essa questão será mais analisada adiante.

Conforme foi dito anteriormente, os limites impostos pelas fontes não nos possibilitaram recompor os primeiros vestígios do comunismo e do Partido Comunista em Alagoinhas. Por outro lado, alguns indícios nos levam a considerar que o poder de mobilização dos ferroviários pode ter sido um fator determinante para a criação de um núcleo comunista na cidade, até porque, como vimos, os líderes do PCB reconheciam a força política da categoria. Ponto que foi ressaltado no documento do partido enviado à Internacional Comunista. Em paralelo, é preciso considerar que a busca por uma inserção nas municipalidades por parte do SN do PCB, a partir das orientações da circular publicado em março de 1937, obteve resultados positivos na cidade durante o Estado Novo, permitindo que os comunistas fossem introduzidos em espaços centrais da cultura local.

As informações que veremos a seguir foram extraídas de fontes memorialísticas e literárias e abordam a atuação comunista em Alagoinhas nos anos que antecederam a fundação oficial do Comitê Municipal. Somadas às informações até aqui examinadas, elas formam

um panorama da militância comunista no município durante os anos que antecederam a fundação do Comitê Municipal do PCB em Alagoinhas, no ano de 1945.

## **Jonas Batista de Oliveira: um “vulto” comunista**

As notas esparsas da obra memorialística *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*, publicada no ano de 1979, por Salomão de Barros, revelam que os comunistas deram significativa contribuição à organização da cultura local, como no esporte, música, literatura, educação e movimento operário. Apesar de o autor omitir qualquer relação entre os “vultos” do passado alagoinhense com o Partido Comunista – provavelmente por não ter o interesse de relacionar os feitos dos militantes às orientações do partido –, suas lembranças revelam aspectos da relação dos militantes com a cultura local. (BARROS, 1979, p. 261)

A obra de Salomão de Barros tem por objetivo valorizar algumas personalidades e suas contribuições para a cidade, o que explica o título da obra. Gente influente na política, no esporte, na música, no jornalismo e em diversas outras áreas foram por ele escolhidas e passaram por uma seleção memorialística permeada de esquecimentos. Como a memória é seletiva e os acontecimentos do presente influenciam diretamente em suas interpretações, era de se esperar que o autor não fizesse nenhuma referência à tradição de luta política dos trabalhadores ferroviários, por exemplo, ou aos operários dos curtumes e seu sindicato, visto que a obra foi publicada durante a ditadura militar. (POLLACK, 1989) As pessoas que aparecem no livro são, em sua maioria, membros das elites locais, ao lado de alguns poucos “vultos” oriundos das camadas populares.

Não por acaso, no capítulo intitulado “Agremiações políticas”, o memorialista deixa evidente sua simpatia pela Ação Integralista Brasileira (AIB). No início do texto, Barros (1979, p. 261) faz uma breve genealogia da política brasileira, afirmando que “Vem de muito longe a criação de organizações político-partidárias, ao instituírem-se os Partidos obedientes a princípios democráticos, entre povos cultos”. Em seguida, faz uma breve referência aos partidos “Republicano” e “Conservador”, que “mantive-

ram-se como orientadores de suas populações cívicas, por longo período de tempo”. Em seguida, o autor escreve sobre a posterior criação da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD), e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), colocando no mesmo bojo o Partido de Representação Popular (PRP), agremiação que aglutinava membros e simpatizantes da AIB, sendo incisivo em defender que, junto aos partidos citados, também contribuíram como “orientadores cívicos” e:

[...] várias outras pequenas organizações partidárias, dentre elas o ‘Partido de Representação Popular’ – PRP. Todos eles tendo como finalidade primordial em suas campanhas, a formação e a educação moral e cívica, salientando-se o último destes, por conter bases espiritualistas e sólidas raízes nos ensinamentos transmitidos por grandes pensadores, filósofos e sociólogos brasileiros – ação essa provinda da antiga ‘Ação Integralista Brasileira’ – AIB (fundada e mantida sob a chefia de Plínio Salgado que transmitiu aos entusiastas ‘Camisas Verdes’ de ambos os sexos e todas as idades – com fulgor doutrinário dos dirigentes dos Núcleos Estaduais, Municipais e Distritais espalhados por todo o país – a crença em Deus, o amor à Pátria e o respeito à família). (BARROS, 1979, p. 261)

A defesa da AIB evidencia a simpatia que o autor alagoanhense nutria pelo integralismo. Sentimento que, assim como o reconhecimento das contribuições dos comunistas, provavelmente estava influenciado pelo momento da escrita e publicação da obra, o ano de 1979, em que a ditadura brasileira iniciava a abertura política.

De toda sorte, certamente que Salomão de Barros conhecia a relação de seu homenageado com o Partido Comunista. É possível, inclusive, que os pecebistas citados tenham sido seus adversários políticos durante os anos em que o autor foi militante do integralismo alagoanhense. Desse modo, a omissão deliberada da relação entre os militantes e o Partido Comunista pode ter sido provocada pela intenção de desvincular aqueles “vultos” do passado do comunismo, obtendo, com isso, a liberdade de ressaltar as suas ações, sem que isso viesse a significar o elogio do papel do Partido Comunista.

Entre os comunistas citados, chama a atenção o destaque dado a Jonas Batista de Oliveira. O militante é citado por Salomão de Barros quando o assunto é o esporte local principalmente o futebol. No capítulo “O esporte na cidade”, o autor afirma que “O movimento desportivo em ALAGOINHAS vem de épocas remotas”. (BARROS, 1979, p. 169) No relato memorialístico, Salomão de Barros (1979, p. 169) estimou que “[...] há mais de meio século os alagoinhenses praticam o esporte bretão, mesmo como diversão popular, além de boa prática física”. Ressaltando o papel do esporte, o autor diz que “quando disputado entre representantes de diferentes localidades, se tem tornado motivo de conagração de povos, além de recomendar Cidades junto às suas co-irmãs”. Para Salomão de Barros, o futebol criava e fortalecia vínculos entre os povos das cidades envolvidas. Considerando-se a relação que os quadros da política local tiveram na fundação e direção de clubes de futebol, bem como na fundação de instituições gestoras do esporte amador na cidade, compreenderemos que a refrega em torno do esporte bretão ultrapassava a simples prática desportiva, pois adentrava os meandros do jogo político local. Vale lembrar que os comunistas pareciam compreender essa relação já em 1937, quando iniciaram a luta pela consolidação da democracia brasileira, entendendo que cabia a “cada jovem comunista” buscar espaço em clubes de futebol e associações desportivas”. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 69-70)

O militante Jonas Batista de Oliveira fez parte do grupo que fundou a Associação Desportiva de Alagoinhas (ADA), em 1941. Instituição que representou a primeira tentativa de criação de uma entidade que centralizasse a organização dos desportos municipais. Salomão de Barros (1979, p. 169) cita os realizadores do feito que compuseram a direção da instituição: “Josias Mendes de Souza, Presidente; A. Victorino Junior, Secretário; e ainda os desportistas Sub-Te. José de Souza Leite e Jonas Batista de Oliveira”.

Salomão de Barros adjetivou Jonas Batista de Oliveira de “desportista” por conta do seu reconhecimento às ações por ele empreendidas em prol do futebol alagoinhense, seja na direção dos clubes esportivos ou mesmo na idealização e fundação de instituições organizadoras do esporte na cidade, a exemplo da Associação Desportiva de Alagoinhas (ADA)

que posteriormente foi substituída pela Liga Desportiva de Alagoínhas (LDA), tornando-se a única instituição responsável pela organização do esporte local.

A ADA serviu como experiência organizativa para os desportistas locais que, em 13 de agosto de 1944, fundaram a LDA. Fundação que ocorreu na sede do Centro Operário Beneficente de Alagoínhas e teve a participação de desportistas locais, com destaque para Seu Lílio e Jonas Batista de Oliveira que, acompanhado de Josias Mendes de Souza, foi um dos únicos presentes, que também compuseram o grupo que fundou a ADA, anos antes. Esse fato revela o engajamento dos militantes comunistas no âmbito desportivo, provavelmente, por conta das orientações da linha do PCB naquele período.

Durante a sessão de fundação da LDA, Edgard de Brito, que havia sido especialmente convidado para aquele evento, compôs a mesa na condição de presidente do conclave para dar início aos trabalhos. Sua primeira decisão foi a convocação de Jonas Batista de Oliveira – que, ao lado de José de Souza Leite, representava o Agulha Sport Clube – para secretariá-lo. Ação que evidencia o papel de relevo que o comunista gozava na cidade, talvez por conta de sua relação com os jornais *Correio de Alagoínhas*, na década de 1920, e *Sete Dias*, por ele fundado em 1939. (BARROS, 1979, p. 261) Em seguida, foram convidados a fazer parte da mesa o prefeito Carlos de Souza Cunha e Josias Mendes de Souza. (LIVRO DE ATAS, Ata da Assembleia, 1944, p. 131)

Edgard Brito realizou o discurso de abertura que foi assim transcrito pelo secretário Jonas Batista de Oliveira: “[...] disse da finalidade [daquela] reunião numa oração brilhantíssima”, em apoio ao esporte, para que “[...] o Brasil representado em sua juventude [pudesse] positivar ante os outros povos a sua pujança e grandeza”, palavras que, segundo a ata, foram aplaudidas pela assistência. Em seguida, discursou o prefeito Carlos de Souza Cunha que, nas palavras do secretário comunista, era um “esforçado governador da cidade” que apoiou aquela iniciativa e “[...] numa alta demonstração de brasilidade, concitou aos esportistas da cidade a levantarem bem alto a bandeira de redenção da raça edificando solidamente esta escola de civismo e preparo físico de um povo”. (LIVRO DE ATAS, Ata da Assembleia, 1944, p. 131)

A passagem mencionada anteriormente talvez indique a influência da proposta da União Nacional na escrita de Jonas Batista de Oliveira. Vê-se que o comunista ressaltou no discurso de Edgard Brito a importância de o Brasil impor-se, ficando evidente que o militante fez questão de elogiar a gestão do líder máximo do executivo municipal, ressaltando, em seguida, seu civismo por chamar a atenção dos esportistas locais para a necessidade de união para o soerguimento daquela instituição, que seria responsável por ensinar o civismo e a busca pela saúde física.

Ao final da ata, consta a votação do estatuto, do nome da instituição (que foi aprovado por unanimidade), das cores (vermelho, preto e branco foram aprovadas), bem como do escudo e do uniforme. Em seguida, foi eleita por aclamação a direção da entidade, que teve Josias Mendes da Silva como seu primeiro presidente. Agradecendo a todos pelo voto de confiança, o alfaiate Josias Mendes de Souza prometeu “[...] fazer de tudo num ambiente de sadia colaboração para o engrandecimento do renome esportivo de Alagoinhas”. Em seguida, o presidente fez questão de ressaltar sua intenção de manter a LDA livre do “germe daninho de política mesquinha”. (LIVRO DE ATAS, Ata da Assembleia, 1944, p. 131) Frase que revela a relação da entidade esportiva com o jogo político local. Nessa passagem, Josias Mendes de Souza refere-se a incidentes ocorridos durante a sua gestão à frente da ADA, que o alfaiate prometia não deixar incidir sobre a LDA, revelando a relação umbilical entre as duas instituições.

A relação de Jonas Batista de Oliveira com o futebol foi destacada na obra de Salomão de Barros, que chamou a atenção quanto às contribuições do dirigente comunista para a organização dos clubes esportivos locais fundados entre 1930 e 1960, como “o ‘Agulha Sport Clube’, o ‘Cruz de Ferro Futebol Clube’ e o ‘Palmeiras’”, que, segundo o memorialista, eram constituídos principalmente “de alfaiates, ferroviários e comerciários”. (BARROS, 1979, p. 170)

Segundo o autor, o comunista dirigiu clubes de futebol que tiveram “papel saliente”, como o “Grêmio Esportivo”, “Gato Preto”, “Botafogo”, “Rio Branco”, “Palestra”, “Comercial”, “Associação Atlética” e “Juventude Bassan”. Ao lado do nome de Jonas Batista de Oliveira, figuram “José de Souza Leite, Francisco Fernandes Freire, Silvino Maciel de Oliveira, Almiro de Carvalho Conceição e José Calazans Filho, além de outros”.

(BARROS, 1979, p. 170) No final do capítulo, Salomão de Barros citou os nomes dos “amigos do esporte” de Alagoinhas “por sua dedicação ímpar, seu devotamento e amor aos desportos”.

A atuação no âmbito musical foi evocada pelas memórias do ex-integralista. O autor colocou Jonas de Oliveira no *hall* dos “fervorosos ‘Cecilianistas’”, por conta de sua relação, ao lado de outros “vultos” locais, com a filarmônica União Ceciliana, na qual exercera a função de diretor. (BARROS, 1979, p. 261) Além disso, o autor referiu-se rapidamente às incursões literárias de Jonas Batista de Oliveira, acompanhado de Antônio Maciel Bonfim e outros escritores locais nas páginas dos jornais publicados na cidade, como *Correio de Alagoinhas* e *O Popular*.

Por fim, Jonas Batista de Oliveira foi mais uma vez mencionado por sua atuação enquanto suplente de secretário do Tiro de Guerra de Alagoinhas, e foi assim descrito na seção reservada a homenagear “aqueles que deram muito de sua dedicação e sua capacidade intelectual” para os “órgãos jornalísticos” locais:

[...] Artífice nas Oficinas Gráficas do *Correio de Alagoinhas* e uma pena delineadora do progresso de sua terra. Dedicando-se ao jornalismo, fundou e manteve em diferentes fases o jornal *A União, Opinião Livre e Sete Dias*, tendo colaborado redacionalmente com o *Correio de Alagoinhas*. Foi um desportista dedicado, achando-se sempre à frente dos clubes locais, mantendo-os com idealismo e sacrifício. Na política, foi um colaborador ao lado de altos próceres. Um dedicado Chefe de Família. Um amigo leal. Faleceu em Alagoinhas a 21/03/1965. (BARROS, 1979, p. 261, grifo nosso)

No trecho acima, vê-se que Salomão de Barros condensa tudo o que dissera na obra sobre Jonas Batista de Oliveira, deixando transparecer uma afetividade com o comunista, apesar da simpatia do autor pelo integralismo e o seu homenageado ter sido um dos mais atuantes dirigentes do Partido Comunista em Alagoinhas.

Por outro lado, importa lembrar que os clubes de futebol foram instrumentos através dos quais o PCB procurou incentivar a participação

política dos trabalhadores e das camadas populares. Pode-se perceber essa relação nas palavras do então dirigente comunista, Almiro de Carvalho Conceição que, no ano de 1946, após presidir uma reunião que deu posse à nova diretoria do clube de dominó “Vencedor”, aproveitou para conclamar o operariado local a utilizar-se das “sociedades esportivas e dos órgãos de classe, para procurarem assim um melhor método para a solução de seus problemas”. (O MOMENTO, 18 fev. 1946, p. 4) As palavras do comunista justificavam-se pelo processo de reorganização que atravessava o Esporte Clube Cruz de Ferro – clube de futebol de origem ferroviária e que permanecia tendo em seu elenco jogadores do “Leste Brasileiro” – através do qual os operários reivindicavam àquela entidade a posse do terreno localizado na parte de trás das oficinas da Estação São Francisco, “[...] para a construção do seu campo próprio e para o desenvolvimento do esporte na cidade”. (O MOMENTO, 18 fev. 1946, p. 4)

Desse modo, entende-se porque o comprometimento de Jonas de Oliveira com o esporte na cidade mereceu homenagens pelas memórias de Salomão de Barros, que reconhecendo suas ações, colocou-lhe entre os “vultos” da cidade de Alagoinhas. No entanto, pode-se afirmar que a atuação do dirigente comunista no âmbito desportivo relaciona-se com as orientações da linha política de União Nacional. Por outro lado, destaca-se que desde o ano de 1937 o CR baiano chamava a atenção quanto à necessidade de os comunistas inserirem-se nas municipalidades, em que os clubes de futebol foram considerados espaços para a militância comunista que não poderiam ser desprezados, como vimos anteriormente.

Entretanto, o âmbito desportivo não foi o único que interessou ao PCB em Alagoinhas durante o Estado Novo. A educação e a música também compuseram os cenários onde os comunistas atuaram através dos escritos literários de Maria Feijó de Souza sobre os comunistas locais, como veremos a seguir.

## **Rastros comunistas na literatura de Maria Feijó**

Publicado em 1978, o livro da escritora alagoinhense Maria Feijó de Souza, intitulado *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*, é um entrelace de literatura e memória. Apesar de Maria Feijó afirmar que a

obra não é uma autobiografia, não podemos desconsiderar que a personagem principal, Maria Luísa Peixoto, é o ponto de interseção entre a liberdade de criação literária e a memória de Maria Feijó. (BATISTA, 2012). Para imprimir sentido à sua obra, a escritora recorreu às lembranças sobre o seu passado de professora primária, formada na Escola Normal de Alagoinhas, representando, na obra, personagens e espaços de sociabilidade de quando ainda era aluna mestra, no início de sua vida adulta, quando se formou em magistério e prestou concurso público, passando a lecionar em cidades da Bahia.

Não é objetivo do presente trabalho discutir a relação entre realidade e representações literárias na obra de Maria Feijó de Souza. Importa assinalar, no entanto, que são importantes os seus escritos por conta do esforço empreendido pela escritora em construir um cenário de Alagoinhas fiel às suas memórias. Consequentemente, os espaços e personagens com os quais Maria Luísa Peixoto teve contato foram construídos a partir das lembranças da escritora evocadas durante o processo de construção da obra, nos anos de 1970, década em que a obra foi lançada.

Na obra, aspectos centrais daquela localidade foram abordados, como a população local e determinados aspectos físicos das ruas de Aramari. Nessas descrições Maria Feijó de Souza não hesitou em dar o título de “Vila operária” àquele povoado, em referência ao destacado contingente de trabalhadores da oficina ferroviária da VFFLB, dentre os quais figuravam militantes do Partido Comunista.

Importa assinalar que a narradora da obra é uma personagem chamada Marta. Desse modo, Maria Feijó seria somente a escritora. Talvez essa opção tenha sido uma tentativa de dissociar a sua trajetória como professora da história vivida pela personagem principal Maria Luísa Peixoto.

A relação entre Maria Luísa Peixoto e os comunistas de Aramari tem início com sua transferência da cidade de Senhor do Bonfim para aquele distrito de Alagoinhas durante a Segunda Guerra Mundial. Sem saber como chegar a Aramari, a professora informa-se quanto à existência do “Operário”, um trem “saído todos os dias de Alagoinhas, às 6 da manhã e retornando às 16, na ida e volta dos operários para as oficinas da Leste Brasileiro (na ocasião, as maiores do Estado)”. (SOUZA, 1979, p. 423)

Apesar do nome, esse trem não era de uso exclusivo dos operários, pois era composto de locomotiva e segunda classe, além de um espaço “destinado às pessoas ‘mais credenciadas’ da Leste Brasileiro”. (SOUZA, 1979, p. 423) Faziam parte desse grupo os altos funcionários da VFFLB, e um médico e uma professora que era sobrinha “do Diretor da Leste” que trabalhavam em Aramari. Maria Luísa, que não conseguiu tal distinção, teve que se conformar em viajar na segunda classe, ao lado dos operários.

A chegada de Maria Luísa Peixoto àquele distrito, em 1942, recebeu uma atenção especial da escritora que evocou suas memórias para compor o cenário onde sua personagem iria passar alguns anos de sua vida. A descrição tem início com uma abordagem geral sobre o povoado, momento em que a escritora preocupa-se em relacionar o contingente populacional da “Vila operária” ao número de operários da ferrovia: “Aramari, [...], compunha-se de pequena população. A maioria, segundo o qualificativo indica, de operários da Estrada de Ferro”. (SOUZA, 1979, p. 424) Desse modo, identificando o traço ferroviário daquela localidade.

A escritora referiu-se ainda aos trabalhadores rurais e aos poucos comerciantes daquela localidade:

Poucos lavradores, pouquíssimos, muito pobres e desprovidos de toda e qualquer instrução, bem assim, toda e qualquer assistência, no que quer que fosse e de quem quer que fosse. Negociantes, quase nenhum: uns quatro, se muito. Alguns pequenos fazendeiros, [...] só se conhecia a existência de um fazendeiro de alto porte sob todos os aspectos, que se prezava mesmo: Sr. Aristides Francisco Matoso. (SOUZA, 1979, p. 424)

Maria Feijó prossegue detalhando o povoado de Aramari, rememorando a existência de um largo, onde animais podiam pastar livremente deliciando-se “no capim verde, viçoso renovado pelas chuvas de inverno”, e em cujo centro havia um “velho barracão, no qual, aos domingos, se realizava a feira”. Neste cenário, a escritora refere-se mais uma vez à “gare (da estação ferroviária), de dimensões pequeníssimas”, localizada “em frente a esta ‘praça’, e à margem da Estrada de Ferro”. (SOUZA, 1979, p. 423)

Em seguida, Maria Feijó ocupa-se em escrever sobre as “oficinas” ferroviárias, que se encontravam “À margem direita da estação [...] – orgulho dos filhos da terra – ‘onde se construíam locomotivas!’”. Após situar os equipamentos urbanos de Aramari, e referir-se à disputa entre as oficinas ferroviárias de Alagoinhas e daquele distrito, resume suas impressões sobre aquele espaço: “Aramari podia ser assim descrito: centro, constando de barracão, Igreja, correio, estação e... três bangalôs, daí partindo diversos raios disformes, que eram suas ruas tortas, indo dar nas roças; e arrabaldes bem distantes”. Sendo as “Oficinas”, a única exceção, “nada mais havia de nota naquele lugar ‘esquecido de Deus e dos homens’, segundo seus próprios filhos”, que atribuíam essa situação de atraso à “política, [...] pois é quem manda nestas redondezas [...]”. (SOUZA, 1979, p. 423)

Nos trechos citados, vê-se que as “Oficinas” da VFFLB de Aramari foram consideradas por Maria Feijó como o único traço visível de progresso, frente ao atraso provocado pela “política” que se mantinha soberana naquele povoado. É possível que os ferroviários comunistas das “Oficinas”, que figuraram entre os principais personagens nos caminhos de Maria Luísa, representassem um diferencial à política empregada em Aramari, pois eles foram os únicos que ajudaram Maria Luísa Peixoto a resolver os problemas de sua escola.

Segundo Marta, a personagem narradora, a aproximação entre os pecebistas e a professora se intensificou após a mudança para a sua nova residência na “Rua de Cima”, que ficava “vizinha” à sede da filarmônica – a ‘Lira Aramariense’, mais conhecida como ‘A Furiosa’ e que também servia de sede para o núcleo comunista local. A narradora faz questão de ressaltar que os quadros dirigentes do Partido Comunista eram, “na sua maioria, operários da Estrada de Ferro”. (SOUZA, 1979, p. 456)

No mesmo contexto, as notícias sobre o fim da Segunda Guerra Mundial repercutiram na “Vila Operária”. Segundo a narradora, “[...] no silêncio de Aramari, ouviu-se o repicar dos sinos das igrejas de Alagoinhas [...] todos na afirmação de que ‘a Guerra terminou’”. A alegria que contagiou de imediato o distrito fez com que a professora se dirigisse até a filarmônica – que era sua “vizinha, cujos moradores, tendo à frente o Sr.

Antônio Jorge, nunca lhe deixaram de evidenciar a mesma consideração” – para “bater no bumbo” da filarmônica. (SOUZA, 1979, p. 518)

Em julho, com o aumento do volume de chuva, parte da casa da professora desabou. Assustada com o ocorrido, Maria Luísa procurou o Delegado Escolar em busca de uma solução para aquela situação de duplo desespero: não ter uma residência e não ter como manter a escola funcionando. Sua conversa com aquela autoridade escolar não lhe rendeu qualquer solução. Somente o Sr. Antônio Jorge, militante comunista e membro da filarmônica, “seu vizinho”, foi o “único a se prontificar para fazer alguma coisa”. O comunista aproximou-se e ofereceu ajuda: “Professora, vamos tirar as carteiras. E convocou alguns colegas em auxílio dela, que o ajudaram levar as carteiras para debaixo das árvores no quintal”. (SOUZA, 1979, p. 522)

Imediatamente, Maria Luísa saiu à procura de uma casa para alugar em Aramari, não obtendo êxito. A situação da professora fez o militante comunista Antônio Jorge tomar algumas providências juntamente com o “pessoal da ‘Filarmônica’ e do ‘Partido’”. Ao passar pela escola às 11 horas, quando saiu das “Oficinas”, encontrou Maria Luísa “embaixo das árvores, lecionando”, e lhe perguntou: “Como é professora, vai ficar aí? Ainda não encontrou casa?”. Com a resposta negativa da professora, o comunista – que “não se conformava com aquilo: a moça não ter para onde ir e ninguém se incomodar com o caso... Era demais!” – fez-lhe a seguinte proposta:

Chegamos à conclusão de que pode se mudar para nossa casa. Não precisa pagar aluguel, não. E há um quarto de frente, onde poderá residir com D. Julieta até quando a senhora quiser. Só falta ser ouvido o nosso ‘chefe’, que não trabalhou hoje. Está doente em Alagoinhas. Mas não há problema. Logo que ele chegue, faremos a mudança. Aceita? (SOUZA, 1979, p. 524)

Apesar da situação, Maria Luísa “pensou, pensou (‘uma escola na sede de comunistas! Enfim... São as necessidades... sem providências outras’)” e, após agradecer ao “oferecimento”, disse-lhe que antes de aceitar falaria com a mãe, que a acompanhava no povoado, e com o pre-

feito de Alagoínhas: “[...] ‘justamente o tempo de Sr. Antônio Pedro voltar ao trabalho. Conforme, lhe darei a resposta. De qualquer maneira, muito obrigada’. Seguindo, de imediato, para a sede no Operário”. (SOUZA, 1979, p. 524)

Ao chegar a Alagoínhas, Maria Luísa procurou o prefeito, relatou-lhe sua situação e demonstrou interesse numa casa que estava sendo negociada com a prefeitura. Em seguida, confessou ao líder do executivo municipal: “Os comunistas ofereceram-me sua sede, gratuitamente. Mas... não fica bem eu aceitar esse oferecimento não é? Que acha?”. O prefeito riu demoradamente da situação da professora, e disse-lhe que não poderia fazer nada, em seguida sugeriu-lhe procurar pelo Delegado Escolar responsável e sair de férias enquanto a situação fosse resolvida. (SOUZA, 1979, p. 524) Seguindo o conselho do prefeito, Maria Luísa procurou Adilson Monteiro, o Delegado Escolar, que riu ao ouvir o drama da professora, aconselhando-lhe a tirar férias e ir para casa, com o seu aval.

As sugestões de fechar a escola e sair de férias foram rejeitadas por Maria Luísa que, ao voltar a Aramari, procurou o comunista Antônio Jorge e disse-lhe:

[...] é Sr. Antônio Jorge (‘depois de bater a cabeça por aí’), aceito seu oferecimento sim, e ainda lhe sou muito grata. Ao senhor e aos que com o senhor isto resolveram. Foi a única pessoa por onde andei, de quem ouvi palavras interessadas pelo caso e que se ofereceu para me auxiliar. (O senhor e seus amigos). (SOUZA, 1979, p. 524)

Maria Luísa mudou-se com a escola depois de três dias após ter aceitado “[...] o oferecimento dado com tanta espontaneidade”. Nesse ínterim, “o Chefe” do núcleo de Aramari voltou a trabalhar nas “Oficinas” e ir “[...] às ‘reuniões também’ para aprovar ‘imediatamente’ a ideia dos companheiros. Com a presença dele ficou tudo resolvido”. (SOUZA, 1979, p. 525) Vê-se, nesse trecho, que a narradora ressaltou, no modo de organização pecebista, a necessidade de esperar pela anuência do líder máximo daquela localidade, o “Chefe”, para dar andamento ao auxílio à professora Maria Luísa.

Seguindo seus ideais, Maria Luísa permaneceu exercendo a docência em Aramari, apesar da tentativa de seu pai em persuadi-la a voltar para Alagoinhas. “Ficou residindo com a mãe na casa que era sede de comunismo, sede de filarmônica, residência de músicos e, agora, escola e residência de Professora”. (SOUZA, 1979, p. 525) Nessa passagem, chama a atenção o controle que os comunistas de Aramari exerciam sobre a sede da filarmônica, através da qual irradiavam a sua influência sobre os seus protegidos. Traço que coaduna com os propósitos comunistas de inserção nos interiores do Brasil.

Com a situação remediada, Maria Luísa foi até Salvador à procura de solução, discorrendo a situação ao Sr. Armando de Castro, que era o Secretário de Educação do Estado, ressaltando-lhe a situação de desconforto em que se encontravam os seus alunos por conta do desabamento da escola. Armando de Castro ouviu pacientemente os problemas que a professora enfrentava e argumentou que o Estado passava por uma grave situação financeira e não poderia adquirir novos móveis escolares, aconselhando-a, em seguida, a comprar “caixão de querosene para os seus ‘capirongos’”, para suprir a falta de cadeiras. Maria Luísa argumentou que o seu ordenado não era suficiente para tal investimento, e iria pedir que os alunos trouxessem esteiras para que pudessem se acomodar. Ao final, a professora perguntou-lhe qual a saída para aquela situação e obteve a seguinte resposta:

[...] vá ficando (na sede dos comunistas), menina, por lá mesmo. Como está. Você não é comunista nem nada... E esta praga não germinará nunca no Brasil, minha filha, nem em país de estruturas iguais às nossas. A índole do nosso povo, cristão como é, não dá para isso, não, Professora. O terreno por aqui não é fértil a essa cultura... No Brasil não há comunistas. O que há são uns boçais, uns pobres diabos, que não sabem o que dizem... e muito menos o que estão querendo alcançar. (SOUZA, 1979, p. 525)

O trecho citado revela um pouco da compreensão que determinados atores sociais daquele contexto tinha sobre os comunistas. Por

outro lado, é preciso levar em conta a influência do momento em que a obra foi publicada, ano de 1979, quando o Brasil passava pelo processo de enfraquecimento da ditadura civil-militar e redemocratização, que desembocou na promulgação da Constituição de 1988. Por outro lado, a escritora prossegue com seu “elogio” aos comunistas de Aramari, quando Maria Luísa responde às insinuações de Armando de Castro, lembrando-se de detalhes das reuniões que ocorriam em sua residência temporária e afirmando que

[...] as ‘reuniões’ lá existem e são interessantes. Cômicas, de certo modo. Imagine o senhor que fico dentro do quarto com mamãe, só a ouvir coisas que tais: ‘Não. Teremos que dividir a Fazenda do Sr. Fulano, Beltrano, Sicrano... Eles não podem ter tanto dinheiro, tanto terreno, e nós, nenhum, ficando sempre como simples operários...’ E por aí seguem... (SOUZA, 1979, p. 525)

Vê-se um aparente desalinhamento entre a representação literária dos comunistas na obra de Maria Feijó e a linha política empreendida pelo PCB naquele contexto. Na obra, a escritora deixa transparecer que os comunistas de Aramari conspiram quanto à divisão de terras, numa evidente radicalização da militância, quando se sabe que, mesmo com o fim da Segunda Guerra, o Partido Comunista manteve a linha de União Nacional.

Naquele contexto, o discurso do Secretário Político de Aramari, Manuel Quinto Ramos, quando da fundação do Comitê Distrital, em 31 de outubro de 1945, revela que os comunistas daquela localidade, de fato, apontavam a necessidade de distribuição de terras, como os personagens de Maria Feijó. Coincidência ou não, o líder máximo daquele núcleo comunista afirmava em seu discurso de posse que:

[...] (nas Américas) a luta deve focar-se na estabilização de uma sã democracia e pelo nosso desenvolvimento industrial que só poderá ser obtido com a melhoria da situação de fome, miséria e falta de educação das massas trabalhadoras. E a resolução desse problema – desta crise – vai depender principalmente

da distribuição gratuita das terras abandonadas às famílias camponesas [...]. (O MOMENTO, 1945)

Para melhor compreendermos essa similaridade, devemos considerar o papel fundamental da memória no construto literário de Maria Feijó, visto que ela atou como professora em Aramari nessa conjuntura. E, além disso, é possível que a luta pela divisão de terras naquela localidade tenha, de fato, acontecido, independentemente do discurso dos comunistas, que poderiam ter incluído aquela luta em sua pauta por entender que era um clamor popular e, à medida que o PCB defendia tais interesses, ele acabava conquistando mais adeptos e simpatizantes.

Por outro lado, a obra *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* tem uma relação direta com o contexto em que foi produzida: a Ditadura Militar. Publicada em 1979, o romance faz um elogio às ações dos personagens comunistas. Talvez como uma forma de ressaltar a importância daqueles que foram postos como principais inimigos do Estado e estavam sendo culpados pela deflagração do golpe civil-militar de 1964. Não seria exagero afirmar que a ficção de Maria Feijó tece, ao seu modo, críticas ao contexto ditatorial, descrevendo de forma positiva as ações dos comunistas e denunciando as condições precárias que as professoras primárias tinham que enfrentar sem o amparo do Estado. Ao mesmo tempo, elas eram obrigadas a defender as ideias impostas pela ditadura estadonovista e, no caso da personagem Maria Luísa Peixoto, vale ressaltar que a personagem resistiu a aceitar o auxílio dos comunistas de Aramari – os únicos personagens que, de fato, se dispuseram a ajudá-la a continuar lecionando.

Essa estratégia se explica na passagem a seguir, na qual Armando de Castro aconselha a professora um modo de combater a influência dos comunistas sobre os seus alunos: “Pregue a democracia aos seus capirongos (...outra vez?!) e dê muitas aulas de Educação Moral e Cívica. Civismo, Professora, seu conhecido civismo”. O discurso prossegue repetitivo, deixando-a entediada, “porque todos os sentimentos são grandes, são benignos e residem ordinariamente no amor, etc, etc...”. Ao final, Armando de Castro deixou evidente que em nada poderia ajudar a professora. Para ele, cabia a Maria Luísa Peixoto aproveitar-se do favor que lhe

fora oferecido pelos comunistas e combater-lhes discretamente pregando o civismo aos seus alunos: “Fazendo isto, está cumprindo o seu dever de mestra. E vá ficando por lá até aparecer uma casa...”. Nesse trecho, a autora revela o caráter oportunista da sugestão de Armando de Castro. Escrita que pode ser considerada uma denúncia dos métodos do Estado autoritário junto às professoras primárias e frente aos comunistas.

O fato é que Maria Luísa não obedeceu às orientações do Chefe do Departamento de Educação do Estado da Bahia e caiu nas graças dos operários. Simpatia que a fez conhecida tornando-a uma das oradoras da classe trabalhadora alagoinhense. “Tanto que não havia ‘festa de operário’, em Alagoinhas para não ser Luísa Peixoto ‘a oradora’ ou ‘uma’ das” escolhidas para discursar”. (SOUZA, 1979, p. 529)

A proximidade com os operários e com os comunistas, além da relativa independência que a condição de professora primária lhe oferecia, fez surgir o boato de que Maria Luísa seria uma experiente militante comunista:

[...] ‘afirmando-se’ com absoluta segurança, por toda parte ser comunista e... ‘de há muito. Moça que viaja sozinha para a Bahia, resolve seus problemas sozinha, vive quase sozinha e às suas custas, só pode ser comunista...’ boatavam... (SOUZA, 1979, p. 531)

Segundo a narrativa, Maria Luísa não se importava com as insinuações e mantinha-se lecionando na sede do núcleo comunista de Aramari. Sobre essa questão, é importante ressaltar que a própria Maria Feijó esteve presente nos festejos do Primeiro de Maio de 1945, em Alagoinhas. Evento citado no primeiro tópico desse capítulo que se referiu à participação da professora primária ao lado do operariado municipal, dividindo o palco com militantes do Partido Comunista e autoridades políticas da cidade. (O MOMENTO, 1945, p. 4) Esse fato aproxima as trajetórias da escritora e da personagem e conseqüentemente ressalta o papel que as memórias de Maria Feijó tiveram na construção da obra.

Sob essa perspectiva, devemos lembrar que, segundo a obra, Maria Luísa foi até o Departamento de Educação do Estado da Bahia e obteve

sua transferência para o bairro de Alagoinhas mais próximo de Aramari, a Rua do Catu, a exemplo do que a escritora fez. No processo, a professora levou com ela a escola, encerrando o exercício da docência e vivência na “Vila Operária”.

As lembranças de Maria Feijó ao reconstituir aspectos de Alagoinhas de sua juventude, através da personagem Maria Luísa Peixoto, revelam peculiaridades que são fundamentais para a compreensão dos meandros cultural, social e político da cidade. Na narrativa, observamos a relação entre os comunistas e os operários da ferrovia em Aramari. Proximidade que será discutida e relacionada à inserção política dos comunistas na cidade de Alagoinhas na seção seguinte.

## **Ascensão e luta política a partir da adesão irrestrita à União Nacional**

Na primeira página da edição de *O Momento*, datada de 30 de julho de 1945, estava em destaque a realização do “COMÍCIO PABLO NERUDA”, que foi realizado naquele dia em Salvador. Figurava abaixo da matéria sobre esse acontecimento, a fundação de “NOVOS COMITÊS MUNICIPAIS DO PARTIDO COMUNISTA”, notícia publicada com letras maiúsculas para chamar a atenção quanto à simultânea fundação dos comitês municipais de Ilhéus, Prado, Itabuna e Alagoinhas, cidades do estado da Bahia que, naquele momento, oficializavam os seus núcleos comunistas. (O MOMENTO, 30 jul. 1945, p. 1) Aqueles eventos faziam parte do processo de legalização que os integrava aos objetivos do PCB, que, por sua vez, enxergava na via eleitoral um caminho para a obtenção de espaço político e de publicidade.

Os interesses eleitorais do Partido Comunista eram justificados por seus dirigentes a partir da estratégia de fazer avançar o capitalismo no Brasil, considerado o estágio de evolução necessário para a consecução da revolução socialista. Cabia aos comunistas manter a luta pela consolidação da democracia no Brasil, ao tempo em que evitavam confrontos no campo da luta de classes. Essas concepções estavam ancoradas na chamada compreensão “etapista” da revolução, análise que atribuía ao Brasil a condição

de atraso feudal por conta do latifúndio – considerado o principal entrave ao desenvolvimento do capitalismo no país – e de relações pré-capitalistas que prevaleciam no campo, cabendo, portanto, ao proletariado acelerar esse processo, apoiando a classe responsável pela solidificação das relações capitalistas no Brasil, a chamada “burguesia nacional”.

No entanto, desde o ocaso do Estado Novo que o PCB procurou evitar conflitos. Naquele contexto, o partido posicionou-se em favor da legalidade e da aliança de classe, nos termos propostos pela política de União Nacional, então praticamente abandonada. acreditando na possibilidade de tornar-se um partido legal de oposição, partindo também de uma perspectiva pacífica de instauração do socialismo.

É emblemática a orientação de “Apertar os cintos” que o partido, através de Luiz Carlos Prestes, deliberou às suas bases. Segundo essa linha política, os comunistas deveriam evitar conflitos diretamente com os seus inimigos de classe e evitar que os trabalhadores o fizessem tudo isso em prol da manutenção da ordem. Segundo Fernando Teixeira Silva e Marco Aurélio Santana (2007, p. 105), o partido manteve sua postura pacífica frente ao contexto golpista por estar mais interessado “[...] nos desdobramentos políticos e institucionais, na sobrevivência do partido e do movimento operário”.

Carlos Zacarias Sena Júnior (2009) afirma que o PCB não se furtou de apoiar politicamente a burguesia, ainda que esta lhe hostilizasse e agudizasse a exploração empreendida junto à classe trabalhadora. Entretanto, o autor reflete que “Se os comunistas continuavam propondo uma aliança com a *burguesia nacional*, agora o faziam reivindicando o papel hegemônico para classe operária no ‘movimento de libertação nacional’ [...]”. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 280, grifo do autor) Desse modo, era uma posição impossível de sustentar, visto que a suposta “burguesia” certamente não iria aceitar o comando da classe trabalhadora.

Não obstante, é fundamental lembrar que esses elementos compunham o que os comunistas chamaram na época de “partido de novo tipo”. O PCB acreditava ser possível conciliar os interesses dos trabalhadores e da “burguesia nacional”. Fração de classe que, segundo os comunistas, estava desvinculada dos interesses do capital financeiro colonizador e disposta a lutar pelo desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

É sabido que, naquele momento, o PCB continuava crescendo numericamente. As sabatinas continuavam rendendo adesões e divulgando a linha política do partido. No entanto, esse crescimento numérico acabou representando um problema, visto que os novos pecebistas, em geral, eram desprovidos de conhecimento teórico do marxismo-leninismo e até mesmo do modo como se organizava e atuava um partido comunista.

Vale lembrar que os comunistas dispunham de um capital político considerável, conquistado durante a luta antifascista. No pós-Estado Novo, o PCB se consolidava como uma das principais agremiações partidárias do cenário nacional, prestígio que fazia seu programa e suas propagandas serem aceitos com maior facilidade pela população, atraindo simpatizantes e adeptos das propostas dos comunistas. Nesse contexto, os comitês municipais atuaram como catalisadores da popularidade que os comunistas acumularam durante o Estado Novo. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 217)

Conseqüentemente, cabia aos Comitês Municipais, a partir de 1945, arregimentar novos militantes e organizar as massas para a luta em defesa da consolidação da democracia no Brasil através do campo político-institucional, ou seja, conquistando espaço político nos parlamentos e nas prefeituras. Desse modo, a fundação dos comitês municipais de Alagoinhas, Ilhéus, Itabuna e Prado eram provas do avanço do Partido Comunista no interior da Bahia, o que justifica o destaque de *O Momento* àquela notícia.

A matéria do periódico comunista, intitulada “Instalam-se no Interior Comitês Municipais”, informava que “[no] Domingo último instalaram-se solenemente os comitês municipais de Ilhéus, Prado e Alagoinhas. Amanhã instalar-se-á o Comitê Municipal de Itabuna [...]”. Acontecimentos que foram recebidos com alegria pelo Comitê Estadual (CE) do PCB que lhes enviou “[...] mensagens de felicitações aos militantes comunistas e ao povo daqueles municípios”. (*O MOMENTO*, 31 jul. 1945, p. 1) Em seguida, a matéria lembra que, em vistas de sua fundação oficial, ainda se encontravam em fase de organização os comitês de Feira de Santana, Bonfim e Nazaré.

Nessa mesma edição foi publicado o texto que o CE enviou àqueles comitês, intitulado: “MENSAGEM DO COMITÊ ESTADUAL DO PCB AOS

COMITÊS MUNICIPAIS RECÉM-INSTALADOS”. A mensagem parabenizava os comunistas daquelas localidades pela fundação dos comitês pecebistas, afirmando que “[n]o momento que se instala, nesta cidade, o nosso comitê municipal, e com profundo orgulho e satisfação que, em nome do comitê estadual do Partido Comunista do Brasil, eu vos transmito minha palavra de confiança e solidariedade proletária”.

Giocondo Dias, secretário político do CE, ressaltou que aquele ato significava uma vitória dos comunistas e do povo daquelas localidades, fortalecendo “[...] o nosso Partido, a classe operária, o povo, a democracia”. (O MOMENTO, 31 jul. 1945, p. 1)

Vê-se que o secretário do CE relaciona a fundação dos comitês municipais à democracia. Relação que se explica pela concepção estratégica do PCB que, com o fim da Segunda Guerra, continuou a lutar pela solidificação da democracia nos moldes burgueses. Por isso, a instalação da Assembleia Constituinte era considerada pelos comunistas o próximo objetivo a ser conquistado. Concepções que haviam sido fortalecidas com o discurso de Luiz Carlos Prestes no estádio do Vasco da Gama, no dia 23 de abril de 1945. Momento em que o líder pecebista “[...] reafirmou a dimensão tático-estratégica da União Nacional e da democracia como formas de realização das tarefas burguesas na revolução brasileira”. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 222)

Nesse contexto, o interesse dos comunistas era uma mescla da vontade de se manter na legalidade eleitoral e realizar as tarefas da revolução burguesa. Nesse bojo, os comitês municipais, oficialmente instalados, apareciam como peças fundamentais de ligação entre o Partido Comunista e a classe operária, pois lhes cabia promover a luta por eleições livres e democráticas no Brasil.

Na cidade de Alagoinhas, além do Comitê Municipal, os comunistas de Aramari fundaram oficialmente seu próprio comitê naquele povoado, no dia 31 de setembro de 1945. A “Vila Operária”, que se destacava pela sua oficina ferroviária, era composta de operários da Leste Brasileiro de Aramari e de Alagoinhas, foi noticiada em *O Momento* quando da fundação do seu comitê comunista.

A matéria sobre o evento informava que “Aramari, importante centro ferroviário do município de Alagoinhas, já possui o seu Comitê Distrital

do Partido Comunista”. Segundo o periódico pecebista, compareceram à solenidade a “massa operária daquele distrito” e delegações de Salvador, Iará e Catu que, junto ao líder máximo do PCB na Bahia, Giocondo Dias, e a Vitória da Rocha Pita, Secretário Político do Comitê Municipal de Alagoinhas, assistiram àquela solenidade.

Com o início da sessão, usou a palavra o ferroviário Vitor Leão de Assiz, seguido pelo estudante Walmor Barreto e pela “senhorinha” Ester Bispo Prima, “[...] e finalmente, o secretário Político do Comitê Distrital, o líder operário Manuel Quinto Ramos”. Por último, Giocondo Dias realizou um breve pronunciamento, “[...] antes de encerrar a entusiástica assembleia”. O líder do CE congratulou “aquela solenidade” e aproveitou o momento para conclamar aos “presentes a lutarem por uma Assembleia Constituinte livremente eleita, único caminho seguro para uma saída justa e progressista dentro da ordem e da tranquilidade”. (O MOMENTO, 9 out. 1945)

A defesa da Assembleia Constituinte foi uma constante durante o evento em Aramari. Após a solenidade de fundação do Comitê Distrital, houve uma:

[...] concorpraça pública, seguida de um comício, no qual usaram a palavra o militante comunista Jonas (Batista) de Oliveira, Tiago Evangelista dos Santos e o jovem expedicionário, também membro do PCB, Jacob Gorender. (O MOMENTO, 9 out. 1945)

Segundo *O Momento*, todos os oradores daquele comício referiram-se à necessidade de organizar o povo para a “convocação imediata de uma Assembleia Constituinte”. (O MOMENTO, 9 out. 1945)

Além de noticiar os detalhes daquele evento fundacional, o periódico comunista publicou, na íntegra, o discurso de posse do Secretário Político Distrital, o ferroviário Manuel Quinto Ramos. A alocução do líder comunista ressaltou as características operárias de Aramari, “[...] recanto da Bahia, tenda de trabalho que honra o Brasil”, que com a fundação do Comitê do “glorioso Partido político dos trabalhadores e do povo”, avançava em direção à liberdade e ao progresso.

Em seguida, Manuel Quinto Ramos agradeceu às delegações comunistas de Salvador, Irará, Catu, Água Fria, Alagoinhas e, em seguida, fez uma análise da conjuntura, ressaltando que a derrota dos fascismos proporcionou à Europa um ambiente de paz e trabalho. Na Ásia, havia desmoronado uma dinastia e formava-se uma sociedade em “[...] moldes mais liberais e menos perniciosos”. Na América, fazia-se a necessário lutar pela estabilização de “[...] uma sã democracia e pelo desenvolvimento industrial à altura de nossas necessidades”. Nesse trecho, o comunista demonstrou o seu alinhamento aos desígnios pecebistas, ressaltando em seguida que o desenvolvimento industrial só seria possível com a “melhoria da situação de fome, miséria e falta de educação das massas trabalhadoras”. (MOMENTO, 8 out. 1945)

O discurso do líder comunista revela o desafio que o PCB enfrentou durante aqueles anos: aplicar a linha de União Nacional e, ao mesmo tempo, manter-se na condição de vanguarda do operariado. Posição que o partido preferiu converter em “partido de todo o povo”. Postura cada vez mais difícil de ser mantida já que, por vezes, o antagonismo tornava-se inconciliável, como se vê no trecho a seguir, quando se afirma que aquela situação só poderia ser superada com a “[...] distribuição gratuita das terras abandonadas às famílias camponesas, assim como a melhoria dos salários que temos e que não satisfazem as necessidades mais imediatas dos nossos operários”. (O MOMENTO, 8 out. 1945) Situações como essa forçavam os comunistas a assumirem uma posição à esquerda, frente à linha de União Nacional.

Mais adiante, o líder distrital referiu-se à necessidade da formação de sindicatos por parte dos trabalhadores ferroviários e a formação de cooperativas de produção “para nossos irmãos camponeses”.

Aproximando-se de concluir seu discurso, Manuel Quinto Ramos ressaltou a tarefa que tinham os comunistas de conduzir o povo pelo verdadeiro caminho que o levaria à solução de um modo justo e definitivo de seus problemas fundamentais, afirmando que aquele era o “[...] caminho da União Nacional e da imediata convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita”. O líder distrital terminou seu discurso referindo-se à importância da fundação daquele comitê da seguinte maneira: “Aramari ufana-se de entrar pela porta ampla das lutas políti-

cas dos trabalhadores, dando seu auxílio, pequeno mas bem expressivo”. Em seguida, o líder comunista apresentou a direção comunista daquele distrito, a saber: “[...] Secretário político [...], Manuel Quinto Ramos, por encarregado de organização o camarada Tiago Evangelista dos Santos, por encarregado de divulgação o nosso camarada Victor Leão de Assiz”. (O MOMENTO, 8 out. 1945)

Em geral, as palavras do Secretário Político de Aramari estavam de acordo com os interesses pecebistas, destacando a proposta da convocação da Assembleia Constituinte. Vale lembrar que a maioria das matérias daquela edição do jornal comunista referiam-se, de alguma forma, à Constituinte. Essa condição fica evidente quando se leva em conta os títulos das matérias de *O Momento*, publicadas na mesma página que informou sobre a fundação do Comitê Distrital de Aramari: “Pela Assembleia Constituinte”, “A constituinte é a Paz, a Democracia e o Progresso”, “Comício Pró-constituinte realizado em Água Fria”, além das matérias em que a luta pela constituinte aparece no corpo dos textos. (O MOMENTO, 8 out. 1945) Desse modo, percebe-se que, na Bahia, os comunistas estavam mobilizados em torno desse objetivo ou, ao menos, era esse o aspecto que a direção do Partido queria realçar através de seu jornal.

Os esforços para a convocação da Assembleia Constituinte também estavam nos objetivos do Comitê Municipal de Alagoinhas. Em entrevista cedida ao jornal *O Momento*, o Secretário Político do Comitê Municipal de Alagoinhas, “o antigo militante do Partido Comunista”, Vitório da Rocha Pita que, segundo o periódico, era “um homem autorizado a falar em nome do povo de Alagoinhas”, afirmou que o núcleo comunista por ele dirigido estava concentrado na luta pela Assembleia Constituinte: “O Povo de Alagoinhas sofre, mas já conhece o caminho para resolver seus mais urgentes problemas, [...] Esse caminho é o indicado pelo Partido Comunista: o da convocação de uma Assembleia Constituinte soberana e livremente eleita”. (O MOMENTO, 22 out. 1945, p. 6)

Vitório Pita não se furtou em afirmar que a maioria dos alagoinhenses estava convencida daquela necessidade e por isso prestava seu apoio “[...] à palavra de ordem do grande Luiz Carlos Prestes”. Segundo o líder do PCB em Alagoinhas, operários, comerciantes, intelectuais ligados à

massa, camponeses e o povo em geral apoiavam a proposta do líder máximo do comunismo no Brasil. Para ele, “Enquanto a situação se agrava, melhor a gente humilde verifica que não há outra saída para a situação brasileira senão a da convocação da Assembleia Constituinte. Para esse ato verdadeiramente democrático, o presidente Vargas pode contar com o povo de Alagoinhas”. (O MOMENTO, 8 out. 1945, p. 6)

Durante a entrevista, Vitório Pita chamou a atenção quanto à necessidade da construção de uma estrada ligando Alagoinhas até a Aramari, para melhorar as condições de trabalho de cerca de 800 ferroviários que trabalhavam na “Vila Operária”.

Falta de luz, saneamento básico e moradia para o povo da sede do município foram algumas questões levantadas por Vitório Pita. O líder comunista ressaltou os problemas vivenciados pelos trabalhadores ferroviários, como a falta de assistência médica e de liberdade sindical, que foi cerceada com a instalação do Estado Novo, em 1937.

Conclui-se, portanto, que os comunistas de Alagoinhas e Aramari estavam atualizados quanto aos caminhos a serem tomados em direção à Assembleia Constituinte. Com efeito, segundo *O Momento*, foi marcado para o dia 28 de outubro o “Comício monstro em pró-constituinte” na sede do município, quando o povo de Alagoinhas demonstraria “seus verdadeiros anseios democráticos”, ouvindo as palavras do dirigente estadual Vale Cabral, “sendo que para tomar parte na festa que o povo de Alagoinhas fará pela convocação constituinte, seguirão, também, para a vizinha cidade, outros membros e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil”. (O MOMENTO, 28 out. 1945, p. 6)

Na realidade, os comunistas defendiam que o processo de democratização do Brasil fosse conduzido por Getúlio Vargas que, à frente da Assembleia Constituinte, garantiria a transição à democracia. Com o golpe que destituiu o presidente, o PCB teve que se conformar com o Ato Adicional nº 13 do então presidente do Supremo Tribunal Federal, que nomeou interinamente José Linhares à presidência da República, obrigando os candidatos eleitos à Câmara e ao Senado a se reunirem para elaboração de uma nova Constituição. (PANDOLFI, 1995, p. 142) Fato que foi um paliativo ao golpe que, para os comunistas, poderia fazer retroceder o processo democrático em curso no país.

Se no pleito de 1945 o PCB obteve um resultado razoável, em 1947, o partido manteve sua linha política, lançando seus candidatos e alcançando uma inserção nos parlamentos nunca antes conquistada. Certamente que a bancada comunista composta por 14 deputados e um senador influenciaram as municipalidades a favor dos comunistas.

Em Alagoinhas, os comunistas procuraram se inserir no jogo político em curso, como foi o caso do Secretário Político do Comitê Municipal, que poucos meses depois de ter sido nomeado para assumir a presidência do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, se lançou à candidatura para a Câmara Estadual, compondo a “Chapa Popular” do PCB.

No que diz respeito à política, pode-se afirmar que o CM conquistou uma posição de destaque frente ao CE por conta de sua atuação nas eleições de 1945, pleito em que os comunistas locais foram responsáveis por fazer de Alagoinhas “[...] o município que mais votação deu para a legenda do Partido Comunista”. (O MOMENTO, 7 jan. 1946, p. 4) O reconhecimento foi feito pelo dirigente estadual João Batista de Lima e Silva aos presentes no Pleno do PCB em Alagoinhas, que teve ainda a participação dos membros da direção estadual Mário Alves, Jacinta Passos Amado e Silva e de Almir Matos, este último foi o enviado d’*O Momento* para fazer a cobertura daquele evento. O conclave foi realizado no dia 23 de dezembro de 1945 na sede do Vencedor Clube, localizado na Rua 14 de Janeiro, e teve a participação dos líderes municipais do PCB.

Segundo *O Momento*, às 8 horas, após a ordem do dia, os dirigentes municipais leram os informes sobre a cidade, que foram comentados pelos presentes. Dirigiram os trabalhos: Vitório Pita, secretário político do CM; João Batista, Mário Alves, Almiro Carvalho Conceição, Jacinto Passos e João do Carmo Veríssimo. Vitório Pita leu o informe político. Em seguida, Almiro Conceição leu o informe sobre a organização, seguido por Jonas Batista de Oliveira e João do Carmo, que leram, respectivamente, os informes eleitoral e sindical.

O dirigente estadual João Batista Lima e Silva aproveitou para congratular o Comitê Municipal em nome do Comitê Estadual pelo trabalho desenvolvido, especialmente, durante a campanha eleitoral que, segundo *O Momento* “[...] o que se revela pelo fato de ter sido Alagoinhas o município que maior votação deu para a legenda do Partido Comunista”. O

líder comunista aproveitou para fazer uma análise da atuação do CM de Alagoinhas, apontou debilidades e afirmou que estas poderiam ser facilmente superadas “[...] pois para isso existem todas as possibilidades”. (O MOMENTO, 7 jan. 1945, p. 4)

Em seguida, o dirigente estadual Mário Alves ressaltou a possibilidade de, em breve, o PCB de Alagoinhas crescer de tal modo a se tornar o partido majoritário da cidade, apesar da concorrência de outras agremiações. (O MOMENTO, 7 jan. 1945, p. 4)

No evento discutiu-se também a ampliação da influência pecebista na zona rural e a organização do partido por conta do crescimento ocorrido em suas fileiras durante aquele ano de legalidade. Por fim, os presentes retomaram a discussão sobre a força eleitoral do PCB de Alagoinhas, situação que chamava a atenção, haja vista que o CM fez de Alagoinhas “[...] o município baiano onde o PCB obteve maior votação, a despeito de ser aquele município tradicionalmente considerado um dos mais fortes redutos do chamado ‘autonomismo’, na pessoa do Dr. Otávio Mangabeira”. Jonas Batista de Oliveira, responsável pelo informe eleitoral, fez questão de ressaltar que, apesar dos métodos dos correligionários locais ligados ao líder udenista, “[...] o PCB conseguiu colocar-se em ótima posição”. Em seguida, ele chamou atenção para o fato de que os integralistas “nada conseguiram no município”, notícias que abriram “excelentes perspectivas para o futuro trabalho do Partido em Alagoinhas”. (O MOMENTO, 7 jan. 1945, p. 4)

O articulista fez referência ao sucesso do comício realizado na cidade no ano anterior, que teve a participação de Giocondo Dias e de Carlos Marighella. A reunião no Vencedor Clube terminou às treze horas e foi reiniciada na sede do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas às quatorze horas, momento em que se iniciou um debate entre os presentes e, à noite, a escritora Jacinta Passos Amado realizou uma conferência literária.

No final da matéria, *O Momento* divulgou a formação da direção do PCB de Alagoinhas: Vitório Pita, secretário político; Almiro de Carvalho Conceição, secretário de organização; Eliseu Santos, secretário sindical; Lindolfo Almeida, secretário de divulgação; Jonas Batista de Oliveira, secretário eleitoral e de massas; e João do Carmo, tesoureiro. (O MOMENTO, 7 jan. 1946, p. 4)

Sobre esse ponto, é significativa a ida a Alagoinhas do então deputado constituinte por São Paulo Carlos Marighella. Em sua viagem à Bahia, o líder comunista visitou a capital e a cidade de Alagoinhas para a realização de comícios e reuniões com o objetivo de prestar contas de seu mandato na Câmara Federal. Segundo *O Momento*, Carlos Marighella chegou na Estação Ferroviária São Francisco no dia 5 de maio de 1946 e foi recebido com entusiasmo pelos dirigentes municipais do partido, por uma filarmônica e por populares. Em seguida, Marighella foi ao Centro Operário, que tinha como presidente o secretário político municipal Vitório Pita. Na sede da entidade, o líder pecebista proferiu um breve discurso agradecendo a recepção dos Alagoinhenses e afirmando sua satisfação em visitar aquela cidade para prestar contas de sua atuação como deputado. Imediatamente após a visita ao Centro Operário, o deputado comunista seguiu para o 2 de Julho, talvez o mais tradicional bairro proletário da cidade, por conta da concentração de residências de ferroviários, devido à proximidade com a Estação São Francisco. Chegando ao bairro, Marighella foi recebido com foguetes e conduzido até a casa de uma senhora comunista de 70 anos de idade, que se chamava “Dona França”. Esse encontro foi assim descrito pelo repórter de *O Momento* (7 maio 1946, p. 4):

Antes de prestar contas, registrou-se uma cena comovente na residência da velha D. França, que recebeu o deputado comunista com imensa alegria, afirmando que a sua idade de setenta anos não a impedia de trabalhar pela causa do Partido Comunista e que sempre pedia proteção a Deus para Luiz Carlos Prestes e seus companheiros.

Esse encontro foi relatado por alguns depoentes, no entanto, todos afirmaram que ele se deu entre Dona França e o próprio Prestes. Isso indica que a memória coletiva local substituiu Marighella por Prestes. Operação que pode ter sido influenciada por conta da referência ao líder máximo do PCB no diálogo entre aquela senhora comunista e o deputado comunista. Outra possibilidade é que tal encontro tenha acontecido quando da visita de Prestes à cidade de Alagoinhas. No entanto, chama atenção

tal identificação, que parece reunir aspectos da tradição baiana de personalização política, comum na Primeira República (SILVA, 2000), somada à admiração que o “Cavaleiro da Esperança” causava em seus admiradores.

Em seguida, Marighella foi ao Vencedor Dominó Clube. Local que, segundo o periódico, havia sido “ornamentado a capricho” para aquele evento. O deputado comunista foi recepcionado festivamente pelo bando carnavalesco local “Deixe a loura falar”. Os membros da direção do Comitê Municipal, o sapateiro Joaquim Cabral de Souza e o ferroviário Almiro Conceição, recepcionaram Marighella com “entusiásticas palavras fraternais”. (O MOMENTO, 7 maio 1946, p. 4) Com a palavra, o deputado falou da importância do “Vencedor Dominó Clube” para a organização e educação do povo, ressaltando que clubes dessa natureza, assim como os comitês populares democráticos, deveriam ser “reforçados e estimulados”. Em seguida, Marighella falou sobre sua atuação em defesa da classe trabalhadora, comparando-a com a atuação do deputado constituinte Lauro de Freitas que, além de ter votado favoravelmente à Carta de 1937, até então “[...] não tinha aberto sua boca se quer para dar um pio...” (O MOMENTO, 7 maio 1946, p. 4)

As perspectivas acerca da atuação eleitoral do PCB faziam sentido, pois, no ano de 1947, Almiro de Carvalho Conceição, secretário de organização, aproveitou-se da força eleitoral do CM e tornou-se o primeiro operário comunista a ocupar um cargo eletivo em Alagoinhas. O ferroviário teve o apoio das bases do partido que, naquele momento, concentravam-se nos bairros ferroviários localizados no entorno da Estação Ferroviária São Francisco, o 2 de Julho, 15 de Novembro, Alto e Baixa do Corte e adjacências. (MORAIS, 2011)

No entanto, no ano seguinte, Almiro de Carvalho Conceição abandonou o Partido Comunista e filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), tornando-se adversário político de seus ex-companheiros. Essa postura lhe rendeu a pecha de traidor, estigma que o ex-militante carregou pelos anos seguintes e que, provavelmente, foi decisiva para sua decadência no jogo político local, conforme será discutido no segundo capítulo.

Para além das questões relacionadas aos êxitos e insucessos das candidaturas comunistas durante os pleitos de 1945 e 1947, é preciso ressaltar que elas representaram as primeiras alternativas de representação popu-

lar no município, haja vista que, a partir daquele momento, a população de Alagoinhas poderia votar em representantes oriundos da classe trabalhadora, inaugurando a inserção desses segmentos no jogo político local. Até então, conselheiros e intendentos, bem como vereadores e prefeitos, em sua totalidade, advinham das classes dominantes do município.

Segundo Moisés Leal Moraes (2011, p. 46), nas eleições municipais de 1947, os principais partidos brasileiros estiveram presentes, através dos doze vereadores eleitos para a primeira legislatura pós-Estado Novo, na cidade de Alagoinhas. Entre eles, o autor destaca a UDN através dos representantes Josaphat Paranhos de Azevedo, Gildásio d'Oliveira, Hugo Luna Dantas, Horácio Leal Dantas e Francisco Batista, e o PSD representado por Elias Amancio de Souza, Antônio Silva Lima, Altamirando Cerqueira Campos. Por fim, são citados os candidatos eleitos pelo PTB, a saber, Israel Pontes Nonato e Felisbertino Sá de Oliveira. Nesse contexto, também se elegeu, como já foi dito, o candidato comunista àquele certame, o ex-ferroviário Almiro Conceição. Vitória que representou, ao mesmo tempo, o primeiro triunfo de uma candidatura comunista na cidade, e a primeira atuação de um vereador oriundo da classe trabalhadora.

Durante a legislatura que antecedeu o Estado Novo, as forças políticas localizavam-se entre os membros que haviam sido beneficiados politicamente com a Revolução de 1930, a exemplo de Mario da Silva Cravo, que se tornou prefeito de Alagoinhas naquela década com o apoio de Juracy Magalhães. Dividindo o poder, encontravam-se os membros que detinham a hegemonia do poder político até o movimento de 1930, como Saturnino da Silva Ribeiro, que na década de 1930 ocupava o cargo de conselheiro municipal.

Em que pese a relativa polarização entre os segmentos que disputavam o poder político local, essa configuração não impossibilitava a formação de alianças e a prática de acordos políticos entre seus membros. Desse modo, o poder político oscilava entre os membros da burguesia sem a ameaça de ter que ser dividido com candidatos oriundos das camadas populares.

Nesse contexto, a inserção do Partido Comunista no jogo político local, com a legalização do seu registro eleitoral em 1945, abalou o relativo equilíbrio que mantinha as classes dominantes de Alagoinhas. Com

a inserção de mais dois vetores na disputa pelo poder político – os comunistas e, com eles, as camadas populares –, iniciou-se um processo de fragmentação do poder que, por sua vez, contribuiu para o recrudescimento dos conflitos entre os segmentos das classes dominantes, onde o segmento burguês representado pelos ex-conselheiros e ex-intendentes acabou finalmente derrotado pelos seus ex-aliados, na década de 1950, conforme será discutido no terceiro capítulo.

Desse modo, pode-se afirmar que, nas eleições municipais de 1947, o Partido Comunista era a única força ligada aos trabalhadores e às camadas populares, inaugurando oficialmente esse segmento na política alagoanhense, apesar de ter sido jogado na ilegalidade com a cassação do registro eleitoral do PCB naquele ano, sob a acusação de possuir dois estatutos. (SEGATTO, 1989, p. 65)

Com efeito, foram igualmente cassados todos os militantes comunistas que haviam sido eleitos democraticamente, a exemplo de Luiz Carlos Prestes que ocupava uma cadeira no Senado Federal, e Giocondo Alves Dias, líder do Comitê Estadual do PCB da Bahia, que foi deposto de sua cadeira no legislativo estadual. Por todo o Brasil os comunistas foram alvos dos expurgos que, por sua vez, tinham relação direta com as mudanças no panorama político internacional, contexto em que a aliança entre as potências vencedoras na Segunda Guerra Mundial reverteu-se em hostilidade, devido às diferenças ideológicas e interesses políticos entre o chamado comunismo soviético e os objetivos do capitalismo estadunidense. Em suma, a “Cortina de Ferro” foi descerrada, acirrando os ânimos de ambos os lados. (SENA JÚNIOR, 2009)

No Brasil, o PCB fez de tudo para se manter a favor da ordem e da legalidade. Até mesmo após o julgamento que o tornou um partido ilegal, os comunistas hesitaram em realizar ações de resistência àquela arbitrariedade, acreditando que através da lei poderiam reverter a situação. Com o fim da ilusão, com a concretização do decreto de clandestinidade, o PCB tentou manter em seus cargos os comunistas eleitos democraticamente, não obtendo sucesso.

No Brasil, a cassação do registro eleitoral do PCB foi o indicativo para que os seus adversários pudessem agir no sentido de frear o avanço dos comunistas, seja através da repressão policial ou do discurso anticomu-

nista. Era o primeiro momento de fragilidade dos comunistas após dois anos de legalidade, momento no qual o PCB havia crescido numericamente e solidificava sua posição no jogo político nacional.

Em Alagoinhas, os adversários agiram com celeridade em seu intento de desarticular o Partido Comunista e, com isso, recuperar parte do poder político perdido naqueles anos. Com efeito, o discurso anticomunista voltou à cena, bem como a vigilância e a repressão policial, como veremos na seção a seguir.

## **Anticomunismo e repressão ao “extinto” Partido Comunista<sup>2</sup>**

Datado de 7 de agosto de 1948, chegava ao Palácio da Aclamação, em Salvador, um telegrama enviado pela Câmara Municipal de Alagoinhas. O documento informava aos deputados estaduais da aprovação de uma moção que havia sido proposta pelo vereador alagoinhense Francisco Batista, defendendo a ação repressiva contra o Partido Comunista, comandada pelo tenente-coronel da Polícia Militar do Estado da Bahia e delegado especial de Alagoinhas, Philadelpho Pereira das Neves.

Segundo o telegrama, a moção que fora batizada com o nome de seu autor, Francisco Batista, solidarizava-se com a “[...] atitude (do) Delegado Especial (à) repressão suspeitas reuniões, cujo fim seria ativar a propaganda (do) *extinto Partido Comunista* [...]”. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Telegrama, n. 19, 1948, grifo nosso) Entretanto, o documento tinha o objetivo de tranquilizar a Câmara Estadual quanto aos rumores acerca daquela ação militar na cidade. Como se pode ver no trecho que segue, o documento sinaliza que a “Atitude [da] autoridade aludida vem sendo benfeitoria [à] tranquilidade [de] Alagoinhas”, haja vista que “reina completa tranquilidade (no) Município, cuja população não tomou conhecimento (das) ocorrências”, ao contrário da “propala-

---

2 O tópico a seguir foi publicado com o título “O PCB sob o ataque das forças públicas do estado da Bahia em 1948” com adições significativas de fontes e bibliografia na obra organizada no ano de 2022, por Ricardo Sizilio, intitulada: Bahia: política e sociedade (1930-1940).

da versão” que informava sobre o suposto estado local de “[...] pânico (em) consequência [d]aquele ato. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Telegrama, n. 19, 1948)

Esses trechos sugerem a existência de possíveis conflitos entre as versões sobre a ação repressiva empregada pelos policiais militares, comandados por Philadelpho Neves, à reunião do Partido Comunista. Percebe-se que os membros da Câmara Municipal de Alagoinhas preocuparam-se em ressaltar a suposta situação de tranquilidade em que se encontrava a cidade, ao contrário das versões que condenavam aquela ação policial.

O fato é que foram enviadas cópias daquele documento à Câmara Federal e para o então Secretário de Segurança Pública, Oliveira Brito, com o intento de fazer cessar os rumores sobre a ação do comandante do Batalhão da Polícia Militar em Alagoinhas. Com efeito, a resposta por parte do secretário não tardou em chegar à cidade que, através de um telegrama à Câmara Municipal de Alagoinhas, datado de 17 de agosto, informou aos membros do legislativo alagoinhense sobre o recebimento da correspondência, agradecendo “sensibilizado (pela) espontânea solidariedade (da) Câmara (de) Vereadores dessa cidade votando moção Francisco Batista – face (às) medidas adotadas (pelo) Delegado Especial”. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Telegrama, n. 19, 1948)

Com o telegrama, Oliveira Brito deixou claro qual era a política do governo do Estado frente aos comunistas. Ou seja, com a ilegalidade, o PCB voltou a ser assunto exclusivo da polícia, apesar de sua proposta de “ordem e tranquilidade”, cabendo, conseqüentemente, às autoridades policiais as decisões a ser tomadas.

É possível que a violência policial à suposta reunião pecebista tenha sido mal recebida pela população local, resultando em boatos sobre aquela ação por conta da relativa aceitação que os comunistas mantinham entre as camadas populares. Provavelmente, estas foram ignoradas pelas forças policiais do município, encabeçadas por Philadelpho Neves, que justificou sua ação defendendo uma suposta relação entre os comunistas alagoinhenses e o *Kominform*, como fez questão de ressaltar no ofício enviado à Câmara Municipal de Alagoinhas. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Ofício, 1948)

A moção “Francisco Batista” logrou imediato reconhecimento por parte de Philadelpho Neves. Através de um ofício à Câmara Municipal de Alagoinhas, datado de 30 de agosto de 1948, o delegado demonstrou sua gratidão às ações em sua defesa praticadas pelos membros daquela casa legislativa, ressaltando inicialmente que possuía cópias das correspondências trocadas “entre essa ilustre Câmara e dignas autoridades do Estado e Câmaras outras, a respeito da moção Francisco Batista, no caso da tentativa de reestruturação do Partido Comunista, nesta cidade”. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Ofício, 1948) Em seguida, o militar demonstrou sua posição anticomunista ao parabenizar o presidente do Legislativo Municipal, Antônio Silva Lima, pela aprovação unânime que a moção proposta pelo “[...] ilustre e operoso vereador Snr. Francisco da Costa Batista” obteve, provando a inexistência de vereadores comunistas ou simpatizantes que pudessem, no futuro, “[...] apunhalar a Pátria pelas costas, para servir a interesses do KOMI[N]FORM”. Oportunidade em que o militar aproveitou para acusar os comunistas locais de terem ligações com o órgão soviético. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Ofício, 1948)

Ainda de acordo com o documento, o delegado agradeceu ao presidente da Câmara Municipal e aos vereadores, destacando o autor da moção, Francisco da Costa Batista, pelo apoio ofertado, além de enviar os seus “sinceros agradecimentos” e a reafirmação da sua “mais alta consideração e apreço, bem como a segurança de que saberei, sempre, ser digno do apoio que me foi dado naquela moção”. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Ofício, 1948)

Vê-se que Philadelpho Neves demonstrava estar informado quanto aos acontecimentos referentes ao movimento comunista internacional, visto que o militar conhecia o *Kominform*, órgão criado pelos dirigentes do partido para controlar o movimento comunista após o início da Guerra Fria, em 1947. Com isso, o militar evocou a vertente internacionalista da ideologia anticomunista para acusar os pecebistas de serem traidores da Pátria, a exemplo do discurso anticomunista vigente após os levantes de 1935. (MOTTA, 2002)

Por outro lado, é possível que o apoio dos vereadores ao Delegado Especial tenha sido uma forma de conquistar sua confiança. Naquele

contexto, iniciava-se a Guerra Fria e o militar já havia estado na Câmara Municipal de Alagoinhas, acompanhado do major João Antônio de Souza. A visita de ambos ocorreu no dia 9 de julho de 1948 e foi agraciada pelos vereadores presentes, que fizeram questão de registrar as suas presenças àquela sessão. O vereador Josaphat Paranhos de Azevedo que, em 1950, se candidataria à prefeitura, fez questão de discursar em homenagem aos militares presentes. Apesar de não terem sido revelados, certamente que ela foi motivada por interesses políticos. (LIVRO DE ATAS, 1948)

Vale lembrar que o PCB de Alagoinhas possuía uma força política que não podia ser desprezada. Por outro lado, o comandante maior do 4º Batalhão da Polícia Militar representava o vetor que poderia cessar o avanço dos comunistas na cidade. Sobre essas questões, é importante ressaltar que o militar tinha pretensões políticas em nível municipal e estadual. Em 1945, o coronel era um militar compromissado com as suas atividades nas forças públicas do Estado da Bahia e, ao mesmo tempo, se candidatou à Constituinte Federal pelo Partido Popular Sindicalista (PPS).

Segundo Paulo Silva (2000), os candidatos daquele partido eram apoiados pelo jornal soteropolitano *O Imparcial*, que havia adotado a tarefa política de apoiar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Além disso, o periódico envidava esforços para que:

[...] o bloco parlamentar que defendia a bandeira da ‘restituição da Bahia à posse de si mesma’ se mantivesse unido e coeso e, principalmente, pudesse garantir a eleição dos integrantes da chapa do Partido Popular Sindicalista. (SILVA, 2000, p. 67)

Bloco no qual, segundo o autor, constavam os “nomes de antigas lideranças e representantes das profissões liberais, do comércio e dos serviços”, todos ligados à Coligação Autonomista da Bahia.

Importa lembrar que as incursões políticas do tenente-coronel não se limitaram à luta por uma cadeira na Constituinte Federal, pois o militar manteve-se inserido no jogo político local nas décadas de 1940 e 1950, sendo que em 1962, em Alagoinhas, candidatou-se a uma cadeira no legislativo municipal, obtendo poucos votos. (SOARES, 2010, p. 34) A baixa votação colocou-lhe entre os vereadores menos votados do muni-

cípio, em destaque no matutino local *Alagoinhas Jornal*. (ALAGOINHAS JORNAL, 6 dez. 1962) No entanto, essa condição não lhe impediu de assumir uma cadeira no legislativo municipal posteriormente.

Vale ressaltar que o militar era um colunista daquele periódico alagoinhense. Em suas publicações, Philadelpho Neves analisava assuntos de diversas ordens, com enfoque nos acontecimentos políticos em curso no país, abordando o comunismo sempre que possível. Ao mesmo tempo, o Tenente-Coronel aproveitava o espaço no periódico para tecer críticas ao comunismo. Com o golpe de 1964, Philadelpho Neves aproveitou para publicar uma nota, ironizando os simpatizantes do PCB, atuantes na agência local do Banco do Brasil: “Minha gente, como irá o sovieta do Banco do Brasil?”. (SOARES, 2010, p. 33)

Quanto à relação entre os comunistas de Alagoinhas e o Tenente-Coronel, de um modo ressentido, o ex-pecebista e alfaiate Eliseu Mendes de Souza, Seu Lilio, referiu-se a Philadelpho Neves como um “perseguidor de socialistas”. Postura que, segundo o ex-militante, rendia-lhe prestígio dentro da corporação.

Desse modo, pode-se observar que a atuação de Philadelpho Neves ultrapassou o âmbito da segurança pública, entrelaçando-se ao jogo político em curso na Bahia. Possivelmente, o militar tinha consciência de que as suas decisões dentro da Polícia Militar do Estado tinham consequências junto à opinião pública. Problemática que fica evidente a partir da documentação trocada entre o poder público municipal e estadual em defesa do Tenente-Coronel. Desse modo, é possível que a ação repressiva comandada por Philadelpho Neves àquela reunião do Partido Comunista estivesse revestida de interesses pessoais. Também porque o PCB de Alagoinhas ainda estava imbuído de relativo prestígio popular e, com a cassação do registro eleitoral, os comunistas figuravam como uma força a ser batida. Consequentemente, Philadelpho Neves podia garantir para si relativo prestígio e apoio das camadas dirigentes locais para seus intentos políticos, visto que a elite local estava incomodada com a inserção política que o PCB e a classe trabalhadora obtiveram na cidade nos pleitos de 1945 e 1947.

O fato é que a ilegalidade do PCB e o crescimento do anticomunismo refletiram junto aos militantes locais. A partir de então, o partido passou

a ser antipatizado abertamente e sofreu baixas significativas na cidade, algumas ocorreram publicamente, como veremos a seguir.

### *Efeitos da ilegalidade: marginalização e deserções*

O argumento levantado por Philadelpho Neves, em seu ofício à Câmara Municipal de Alagoinhas, acusando os comunistas de serem agentes estrangeiros dispostos a “apunhalar pelas costas” o país, assemelha-se àquele utilizado pela justiça eleitoral para cassar o registro eleitoral do PCB, em 1947. (SEGATTO, 1989)

Conseqüentemente, é preciso lembrar que naquele contexto se iniciava a Guerra Fria, ocasião em que o mundo foi dividido política e economicamente entre “capitalistas e comunistas”. Momento em que o Brasil também foi um receptáculo dos ânimos e das medidas tomadas pelos Estados Unidos e União Soviética no combate que, inicialmente travado no plano ideológico, com o passar do tempo, tomou ares de um conflito aberto e direto entre os acólitos de ambos os lados. (PANDOLFI, 1995, p. 166)

O discurso anticomunista no Brasil espreitava o PCB e teve sua primeira grande vitória sobre o “Partido de Prestes”, pois lhe retirou o direito à legalidade. A partir de então, o caminho ficou aberto ao avanço dos setores capitalistas e conservadores que rivalizavam com os comunistas. (SENA JÚNIOR, 2009, p. 344) Com a vitória do discurso anticomunista materializada na cassação do registro eleitoral do PCB, em maio de 1947, os comunistas não foram às ruas resistir àquele ato autoritário, optando por intervirem exclusivamente no plano jurídico. Não obstante, como não lograram êxito nessa iniciativa, a derrota representou o início do decréscimo da força pecebista no país, haja vista que conduziu ao fechamento dos comitês, freando a fase de crescimento e inserção política que o PCB havia conquistado após anos de luta subterrânea e durante a curta legalidade conquistada no ano de 1945.

Em Alagoinhas também ressoaram os ecos da Guerra Fria. É possível, inclusive, que a ação comandada por Philadelpho Neves tenha representado um divisor de águas no movimento comunista local. A repercussão que se formou em torno daquela ação policial deixou evidente qual a

postura das forças públicas frente aos comunistas e simpatizantes. Em outras palavras, o Tenente-Coronel demonstrou à cidade que estava disposto a rastrear e punir os militantes locais, criando um clima de suspeição generalizado.

Desse modo, pode-se considerar que o medo da repressão policial tenha conduzido alguns militantes a se desligarem publicamente do Partido Comunista, como foi o caso de Agenor Borges de Castro, que em 1948 enviou uma nota ao jornal *O Nordeste*, devidamente registrada no tabelionato local. A nota estava endereçada “Às autoridades, ao povo e aos trabalhadores em geral”. Segundo ele, sua filiação ao Partido Comunista se deu “por influência de diversos elementos pertencentes ao mesmo” e por conta dos “slogans destes de ser um Partido do Operariado e, por conseguinte tendo por lema trabalhar pelos interesses dos trabalhadores e suas famílias”. (O NORDESTE, 1948, p. 6)

Agenor Borges de Castro justificou que a sua filiação ao partido se deu pela propaganda que os seus militantes faziam. No entanto, naquele momento, reconhecia que aquela propaganda comunista “não passa[va] de uma farsa”, e por conta disso, afirmava que não iria permanecer ligado a um “Partido que é contrário aos interesses da minha Pátria, da minha família e do Poder Supremo que é Jesus Cristo”. (O NORDESTE, 1948, p. 6)

Vale ressaltar que aquela nota custou alguns cruzeiros a Agenor Borges de Castro, tanto para ter sido publicada no periódico alagoíense, bem como para ser registrada no tabelionato local, o que significa que o ex-comunista se esforçou para estar de acordo com a lei por conta de ter aderido ao comunismo, como se vê a seguir:

Apesar de não ter ido a nenhuma reunião dessa agremiação, porém sendo fichado no mesmo pela minha ignorância no caso, dou o meu desligamento de público para que chegue ao conhecimento das autoridades constituídas, dos cristãos, dos Operários conscientes e do povo do meu Brasil. (O NORDESTE, 1948, p. 6)

Tudo indica que Agenor Borges de Castro era um membro sem maiores relações com o comunismo, à moda daqueles que se filiaram ao PCB

em massa após a Segunda Guerra, que, de um modo geral, eram desprovidos de formação teórica e de maiores responsabilidades com o partido e com a classe trabalhadora.

De todo modo, o ex-comunista fez questão de ressaltar que estaria “presente a qualquer momento que a Pátria necessitar, para lutar contra esses maléficos internacionais, em defesa da minha soberania, da minha família e de minha Pátria”, reafirmando sua postura anticomunista. Posição que é também um reflexo do avanço do anticomunismo no país. (O NORDESTE, 31 dez, 1948, p. 6)

Meses antes, o vereador eleito pelas bases comunistas, tendo ingressado no Partido Social Democrático (PSD) local, Almiro Conceição, discursou na sessão de 18 de junho de 1948, da Câmara Municipal de Alagoinhas, defendendo-se das acusações de *O Momento* de ter se apropriado de uma determinada quantia advinda da venda e assinatura daquele jornal em Alagoinhas. Segundo o documento, Almiro Conceição explicava aos presentes acerca da “publicação do jornal *O Momento* nos dias 27 de maio e 8 deste mês de junho, responsabilizando-o por certa importância proveniente de assinaturas e vendagens avulsas do referido jornal”. Em seguida, o ex-comunista citou os nomes daqueles “que são responsáveis pela falta de pagamento”. No final de sua explanação, o vereador ressaltou “que nenhuma ligação mais tinha com o Partido Comunista do Brasil” por conta da situação duplamente embaraçosa em que se encontrava: de estar sendo acusado publicamente de ter desviado certa quantia, e de ser o reconhecido jornal comunista de Salvador, *O Momento*, o seu acusador, o que evocava a sua relação com o Partido Comunista. (LIVRO DE ATAS, 18 jun. 1948)

Chama a atenção que, na mesma sessão, o ex-militante solicitou do presidente e de todos os vereadores presentes a aprovação de uma felicitação ao tenente-coronel Philadelpho Neves por conta da passagem de seu aniversário no dia anterior àquela reunião. Essa atitude certamente tinha o objetivo de aproximá-lo do conhecido militar anticomunista e pode ainda ter sido uma provocação ao seu ex-partido. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, 18 jun. 1948) Vale ressaltar que apesar das tentativas de se desvincular do comunismo e de se colocar à disposição para combater o Partido Comunista, Almiro

Conceição não conseguiu livrar-se completamente dos ecos que o seu passado recente de militante pecebista provocavam no seu presente de vereador pessedista.

Outro abandono ao PCB que merece destaque foi perpetrado por parte da “ex-líder comunista” e conhecida dona de pensão, a militante comunista Maria Francisca Pereira, popularmente conhecida como “Arabela”. Após anos de atividade no meretrício municipal, a então militante comunista era a proprietária da “Pensão Pernambucana”, pousada que, segundo Arabela, era composta de “5 quartos, sala de jantar, cozinha e banheiro”, e que ela conseguiu abrir com recursos próprios. (O NORDESTE, 9 ago. 1952, p.4)

No dia 18 de abril de 1950, através do jornal alagoanhense *O Nordeste*, a então militante comunista foi a público anunciar o seu desligamento do PCB nos seguintes termos: “Por intermédio das colunas deste conceituado jornal, venho de público dar minha desligação do Partido Comunista do Brasil”. Apesar de ela justificar seu abandono, alegava estar “doente há meses, do estômago, fígado, e nervos, etc.”, e, desse modo, encontrava-se impossibilitada de “cumprir as determinações deste Partido”. No entanto, Arabela ressaltava que se desligava do partido para “todos os efeitos do mundo”, deixando implícitos os reais motivos de seu ato, provavelmente motivado pelo recrudescimento do anticomunismo e da repressão policial aos comunistas.

Ainda no mesmo ano, Arabela enviou uma nota ao jornal *A Tarde*, que foi publicada por *O Nordeste* em 18 de agosto de 1950, indicando sua adesão e de mais 60 mulheres à campanha autonomista. Ou seja, a sua saída do PCB e imediata entrada na União Democrática Nacional (UDN), foi a saída por ela encontrada para manter-se no jogo político e evitar a repressão policial, que avançou indiscriminadamente na direção dos comunistas. (FALCÃO, 1993, p. 167) Na Bahia, esta campanha estava sendo capitaneada pelo vespertino soteropolitano e tinha como principal candidato ao governo do Estado o diretor-superintendente da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro, Lauro Farani de Freitas.

Aproveitando o ensejo, Arabela escreve num tom ameaçador:

Solicito aos meus ex-companheiros a quem porventura eu estiver devendo, para virem cobrar-me á rua Castro Leal n. 7; e os que me devem, tenham a fineza de vir e pagar, pois em caso contrário chamarei nominalmente os mesmos pela imprensa, em virtude de achar-me doente, e precisar tratar-me com a maior brevidade possível. Alagoinhas, 17-4-1950.

Maria Francisca Pereira (ARABELA). (O NORDESTE, 18 abr. 1950, p. 6)

No entanto, a postura ameaçadora da ex-comunista chama a atenção, bem como o fato da mesma ter posto uma foto sua acima da nota, identificando-se num veículo informativo, como é o caso do jornal *O Nordeste*. Certamente, não era de interesse de nenhum de seus ex-companheiros ter seu nome citado por Arabela.

Com a saída, a ex-militante, diferentemente dos casos anteriores, não buscou prejudicar o partido, pois justificou publicamente sua saída de modo diferente como de outros ex-militantes, como se pode observar em notas de outras edições do mesmo periódico. Ou seja, Arabela deixou o partido sem renegá-lo, como outros o fizeram.

Vale lembrar que, na cidade, o PCB continuava ativo, apesar da clandestinidade. Naquele contexto, militantes locais buscavam negociar como o então candidato à prefeitura, Pedro Dórea, em troca de sua mediação junto a Lauro de Freitas – diretor da Viação Férrea Federal do Leste brasileiro e forte candidato ao governo do Estado – em favor da não repressão às ações dos militantes ferroviários. Notícia de primeira página no jornal *O Nordeste*, numa edição de 11 de agosto de 1950.

Portanto, o partido estava em plena atividade quando Arabela resolveu deixar a militância comunista. Certamente, Arabela estava deixando o partido por temer a repressão política e as consequências de ainda estar filiada ao PCB. No caso de uma proprietária de um pensionato, uma filiação aberta ao comunismo poderia prejudicar seus negócios e sua vida social, haja vista as mudanças no contexto político, quando, no plano internacional, o anticomunismo e a repressão recrudesceram com o início da Guerra Fria, após os dois anos de legalidade experimentados pelos comunistas.

O fato é que a clandestinidade conduziu também à cassação dos parlamentares comunistas democraticamente eleitos no pleito de 1945. Com a consumação daquele ato, os comunistas buscaram organizar-se para enfrentar, mais uma vez, a clandestinidade. Com o impacto da dupla cassação, o PCB lançou um manifesto em janeiro de 1948, no qual conclamava os trabalhadores pela derrubada do governo Dutra. Com isso, o PCB assumia abertamente a condição de adversário do presidente e do imperialismo estadunidense. Posição temerária, considerando que o partido estava isolado.

No entanto, tudo indica que o Partido Comunista de Alagoinhas não aderiu às ordens propugnadas pelo Comitê Central. Na cidade, os comunistas mantiveram-se inseridos no jogo político em curso, colocando-se, inclusive, à disposição de negociar melhorias à sua condição clandestina através de apoios políticos. Ao mesmo tempo, os comunistas de tudo fizeram para preservar sua influência sobre a classe trabalhadora, mantendo-se à frente das organizações operárias, apesar de as novas deliberações terem abandonado as vias eleitorais. Questões que serão analisadas no segundo capítulo.



## Capítulo 2 - Resistência e recuo (1948-1950)

Impactada com a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB) em maio de 1947 e com a consequente cassação dos parlamentares comunistas, em janeiro de 1948, a direção do “Partido de Prestes” promoveu mudanças radicais em sua linha política. Até aquele momento, a linha de União Nacional continuava sendo aplicada e rendendo ao PCB avanços no campo de disputa política desvelado com o fim do Estado Novo.

O marco inicial da inflexão foi a publicação do *Manifesto de Janeiro de 1948*. No documento, o Comitê Central divulgou sua análise acerca dos acontecimentos políticos recentes e conclamou os seus militantes a abandonarem a linha política de União Nacional. Para a direção pecebista, aquela tática foi a responsável pela “[...] sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista [...]’”. (PRESTES, 2010, p. 114) Desse modo, percebe-se que o PCB creditou à linha de União Nacional a perda da condição de “vanguarda do proletariado”, visto que o Partido deixou de considerar a luta de classes em curso no Brasil, colaborando

para o fortalecimento de seus adversários políticos e deixando a deriva a classe trabalhadora. (FERREIRA; REIS, 2007b)

Sobre esse contexto em que foram operadas mudanças na orientação do PCB existe uma considerável produção acadêmica e memorialística, como é o caso da obra *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*, do ex-militante Moisés Vinhas, que inicia sua análise sobre a militância comunista após o *Manifesto de Janeiro de 1948* analisando a postura dos militantes, diante da política institucional, durante a clandestinidade:

Apesar de continuarem assinando seus artigos, os líderes comunistas permaneciam numa clandestinidade extremada, que tinha a ver mais com suas concepções políticas dominantes no período do que com a realidade objetiva. O subjetivismo e o sectarismo dessas concepções haviam levado o partido a uma fragorosa derrota nas eleições de 1950. À base de uma política de ‘classe contra classe’ – apesar de o fraseado mencionar uma ‘frente democrática de libertação nacional e admitir a aliança com a ‘burguesia nacional’ sob hegemonia dos comunistas – conseguiram eleger com muita dificuldade, um deputado federal pelo Distrito Federal, Roberto Morena, pela legenda do PRT, um deputado estadual em Pernambuco, Paulo Cavalcanti, pela legenda do PSD, [...] Vale a pena observar de passagem, a ‘coincidência’ Distrito Federal e Pernambuco são dois estados onde malgrado a linha do ‘Manifesto de Agosto’, os comunistas conservam algo assemelhado a uma política de alianças. (VINHAS, 1982, p. 129)

Podemos observar que o autor se refere ao abandono dos espaços políticos pelos comunistas por conta do *Manifesto de Agosto de 1950*, documento que ratificou as orientações do *Manifesto de Janeiro de 1948*. Segundo o ex-militante, somente no Distrito Federal e em Pernambuco, o PCB manteve uma política de alianças frente as eleições. Em continuidade às suas críticas, Moisés Vinhas analisa a postura dos comunistas frente aos trabalhadores:

[...] os comunistas se lançam agora com ímpeto à ‘revolução’. Passam a considerar os sindicatos como órgãos do Estado e do governo burgueses e latifundiários, logo, como órgãos a serviço da burguesia e do latifúndio. E tratam de criar organizações novas, revolucionárias, puras, ‘autônomas’, ‘independentes’ e ‘paralelas’. [...] As consequências são as de praxe. A rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e em outros setores sociais, se desfaz e muitos abandonam o partido – não conseguem se ajustar a essa política. (VINHAS, 1982, p. 129-130)

No trecho citado, Moisés Vinhas dá continuidade aos seus argumentos acerca das modificações táticas do PCB, dessa vez tendo por base a ação dos comunistas entre os trabalhadores e suas instituições de classe. Nesse sentido, o autor afirma que o PCB se distanciou da classe trabalhadora por conta da aplicação da nova linha política. Sobre essas questões é importante ressaltar que o ex-comunista se refere ao partido de uma forma geral, através de suas lembranças de ex-militante.

Podemos ver análise semelhante na obra *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*, de João Falcão. Em sua análise sobre as mudanças na linha do PCB a partir da clandestinidade, o ex-militante considera que o *Manifesto de Janeiro de 1948* foi uma consequência da cassação do registro do PCB e dos mandatos dos comunistas. O autor aproveita para criticar aquele documento, ressaltando que:

[O Manifesto de agosto de 1950] causou um grande impacto entre os militantes. Era de uma agressividade inaudita. Em nenhum momento o Partido Comunista foi tão violento contra o governo Dutra, a classe política e a burguesia nacional. [...] Diante disso, os comunistas votaram em branco nas eleições de outubro de 1950, virando as costas para as massas populares e para os próprios militantes, que queriam votar em Getúlio Vargas. [...] Nos comícios, nas portas de fábricas, os comunistas eram vaiados e ameaçados quando atacavam Getúlio. (VINHAS, 1982, p. 378-379)

Percebe-se que, somente nesse momento, o autor faz referência a um distanciamento entre o PCB e a classe operária em consequência da nova linha que os comunistas estavam pondo em prática.

Na entrevista que se tornou um livro intitulado *Cadernos do militante comunista: questões históricas e atuais do PCB*, Salomão Malina também tece críticas à orientação do PCB adotada após a clandestinidade, considerando que o Partido praticava uma “política sectária” iniciada no *Manifesto de Janeiro de 1948*, que só seria modificada dez anos depois:

[...] entre 1948 e 1956/58, a prática política do partido foi um processo linear, marcado pelo sectarismo e pelo golpismo.

[...] Entre nós, isto derivava também da linha política equivocada, já expressa no Manifesto de 1948: divulgado, se não me falha a memória, em janeiro daquele ano, nele nós chegávamos a propor a renúncia do presidente Dutra! Depois veio o Manifesto de Agosto de 1950, onde o divórcio em relação à realidade nacional alcançava o paroxismo. É claro que esta política oficial do partido era errada – a nossa posição face à candidatura de Getúlio (recomendamos o voto em branco) prova-o cabalmente. (MALINA, 1986, p. 29-30)

O raciocínio de Salomão Malina também se aproxima das análises de João Falcão e de Moisés Vinhas quando o autor se refere à influência decisiva do *Manifesto de Agosto de 1950* para a linha política pecebista. O então militante considera que os comunistas viraram as costas para o jogo político-institucional depois da cassação do registro do partido:

Quer dizer: a realidade posta pela ilegalização não conduzia, necessariamente, à clandestinidade tal como nós a entendemos e praticamos naquele momento. Recuamos para o subterrâneo, perdemos o contato com as massas, retrocedemos na compreensão da realidade brasileira – como atesta o Manifesto de Agosto. (MALINA, 1986, p. 22)

Nesse trecho, o autor refere-se a uma perda de contato do PCB com as massas; por esse viés, parte do Partido abandonava gradativamente a política institucional e a relação com o povo e com a classe trabalhadora. Para Vinhas, a agremiação poderia ter mantido suas posições por conta do contexto relativamente favorável, em vez de colocar-se em uma clandestinidade absoluta.

Essas leituras, no entanto, foram feitas a partir das lembranças desses ex-militantes. Apesar da importância de suas memórias, é relevante considerar que essas obras são memorialísticas e que, por isso, alguns aspectos precisam ser considerados, como o contexto de produção e publicação de cada uma. Na historiografia existem leituras semelhantes àquelas feitas pelos memorialistas, como é caso da obra *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)*: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB, de autoria de Anita Leocádia Prestes (2010, p. 111), como se vê a seguir:

Em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, ocorria uma guinada ‘esquerdista’ na tática do PCB. Abandonava-se a proposta de ‘União Nacional’, decisão provocada pelo avanço da Guerra Fria e pelos seus desdobramentos. Em especial, tal virada tática seria motivada pela intensificação, por parte do governo Dutra, da repressão aos comunistas e às demais forças democráticas e populares.

A diferença entre a leitura da autora e as obras memorialísticas é que a primeira considera que a virada na tática do PCB se deu por conta dos efeitos da Guerra Fria e pela intensificação da repressão aos comunistas e às forças democráticas por parte do governo do presidente Dutra. A autora também reconhece os efeitos das mudanças táticas na relação do PCB com o proletariado, como se pode ver a seguir em suas palavras:

No que se refere ao movimento operário e sindical, a política do PCB também sofreria uma guinada ‘esquerdista’ com o *Manifesto de Janeiro de 1948*. É o momento quando os comunistas iniciam a formação de entidades paralelas aos sindicatos oficiais, ‘por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho’, e adotam a política que ficou

conhecida como ‘greve pela greve’. Era a orientação de promover greves a qualquer custo, mesmo quando os trabalhadores não estavam mobilizados para tal e inexistiam condições propícias para a defesa dessa forma de luta. (PRESTES, 2010, p. 122, grifo nosso)

É evidente que Anita Prestes segue a linha dos ex-militantes, considerando que a radicalização do PCB levou a um distanciamento dos trabalhadores, entretanto, a autora não aprofunda as suas análises sobre os efeitos da nova tática para o jogo político.

Outra obra que merece destaque é *Breve história do PCB*, de José Antônio Segatto. O mérito do autor se dá principalmente por conta da análise dos documentos que o PCB produziu em sua trajetória visando centralizar as orientações às ações de seus militantes.

Assim como outros autores citados, José Antônio Segatto (1989) considera que o PCB inflexionou a sua linha política à esquerda a partir de 1948, buscando greves a todo custo e muitas vezes a transmutação da luta econômica pela luta política, com o objetivo de deflagrar a revolução em qualquer um desses movimentos. Por conta dessa atuação, o PCB perdeu sua influência entre os operários e em suas instituições de classe. Segundo o autor, apesar da eleição de Roberto Morena, os comunistas abandonaram os espaços de disputa política institucional durante aqueles anos.

O último texto escolhido é o texto “O equilibrista e a política: o ‘partido da classe operária’ (PCB) na democratização”. Os autores Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana (2007) consideram que o *Manifesto de Janeiro de 1948* foi o ponto de partida na mudança da linha política pecebista: caracterizando o governo de Eurico Gaspar Dutra de submisso ao imperialismo americano, identificando os partidos políticos das classes dominantes como antidemocráticos e criticando a passividade do PCB frente ao avanço da reação. Essas críticas, segundo os autores, foram reafirmadas no *Manifesto de Agosto de 1950*, no qual os comunistas opuseram-se radicalmente ao governo de Getúlio Vargas, defendendo greves a todo custo, a criação de organismos paralelos à estrutura sindical oficial e o voto em branco. A análise dos autores não se distancia daquela preconizada pelas obras apresentadas.

Em que pese o escasso número de obras sobre o período, chama atenção a semelhança entre as leituras acerca da militância comunista nos anos posteriores à cassação do registro do PCB. Em geral, os discursos historiográfico e memorialístico consideram que houve distanciamento dos comunistas da política institucional e frente a classe trabalhadora. Entretanto, a atuação dos comunistas em Alagoinhas durante anos de 1947 a 1954 manteve-se semelhante àquela praticada durante a legalidade, como veremos a seguir na proposta que o PCB fez aos candidatos do PSD nos pleitos municipal e estadual de 1950, e, mais à frente, no esforço que os comunistas empreenderam para manterem-se junto à classe trabalhadora.

## **Pecebistas e pessedistas: uni-vos!**

As fontes levantadas sobre a atuação do PCB em Alagoinhas indicam que as alterações na linha política do PCB não foram aplicadas à risca na cidade. Tudo indica que a experiência política acumulada com a aplicação da tática de União Nacional permaneceu na base das ações do PCB em Alagoinhas, permitindo que seus militantes prolongassem ao máximo suas atividades nas esferas legislativas e junto às camadas populares. Até porque as mudanças na tática pecebista não ocorriam de imediato. Sobre essa questão, devemos considerar as dificuldades de divulgação e aplicação de uma nova linha política formulada no Sudeste no Brasil, onde estava localizada a direção do Partido.

Na primeira página da edição de *O Nordeste*, de 11 de agosto de 1950, encontrava-se em destaque o panorama político que se acirrava a cada dia por conta da aproximação das eleições estaduais e municipais de outubro. Duas matérias referentes ao jogo político local ocuparam toda a página inicial do periódico: a primeira reportagem referia-se às disputas dentro do PSD e ao lançamento oficial de seu candidato, Pedro da Costa Dórea, à prefeitura local; a segunda matéria, intitulada “Fortalecida a campanha de Dr. Pedro Dórea”, anunciava como um “furo sensacional” as negociações entre o Partido Comunista e o candidato pessedista à prefeitura municipal:

[...] no último dia 7, às 20 horas, estiveram reunidos na residência do Dr. Pedro Dórea, candidato do partido do Sr. Lauro Farani (de Freitas) ao Governo Municipal, em conferência com o ilustre chefe pessedista local, os senhores Petronio Pereira, ajudante de ajustador das oficinas de São Francisco; Natalício Joaquim, ajudante de caldeireiro e Joaquim Cabral de Souza, sapateiro, que acompanhados de um dirigente do Partido Comunista, vindo da capital, ao que se diz, Sr. Aloísio Aguiar, debateram com o Sr. Pedro Dórea o apoio dos partidários de Prestes ao candidato do PSD. (O NORDESTE, 20 out. 1950, p. 6)

A negociação centrou-se no apoio dos comunistas à candidatura do pessedista Pedro Dórea, em troca da sua intervenção junto ao então candidato ao governo do estado, Lauro Farani Pedreira de Freitas, “[...] para que não seja transferido nenhum comunista ferroviário, bem como assegurar aos militantes daquele partido plena liberdade de divulgação de suas campanhas”. (O NORDESTE, 20 out. 1950, p. 6)

Na matéria, chama atenção a participação de Aloísio Aguiar que, naquele momento, era o secretário político do CM de Salvador, onde havia ocupado a suplência na Câmara de Vereadores. Tudo indica que o militante foi enviado pela direção do PCB no estado para negociar, ao lado dos comunistas de Alagoinhas, o apoio pecebista aos candidatos do PSD. Este fato sugere o conhecimento daquele acordo por instâncias outras do PCB, principalmente do CM de Salvador, e que pode ter sido uma postura adotada pelos comunistas, o que demanda de uma investigação mais específica, a partir do que poderemos compreender as mediações entre a linha propugnada pelo Comitê Central e a prática política aplicada nas localidades.

Dulce Pandolfi (1995, p. 168) assegura que a ilegalidade não fez com que os comunistas abandonassem de imediato os instrumentos da democracia liberal. O partido procurou, sem sucesso, por um *hebeas-corpus* junto ao Poder Judiciário. Em seguida, os comunistas criaram uma outra agremiação política para que pudesse continuar intervindo no processo político eleitoral, o Partido Popular Progressista (PPP). Tentativa que também não logrou êxito.

Com a consolidação de cassação, a direção do PCB buscou proteger Luiz Carlos Prestes e passou, novamente, à luta clandestina, decidindo pelo abandono do jogo político-eleitoral e orientando seus militantes a se colocarem contra as entidades operárias ligadas ao Estado e também contra os instrumentos legais de mobilização política.

No entanto, em Alagoinhas, os comunistas se mantiveram no jogo político arrolado no ano de 1950. Segundo *O Nordeste*, eles ainda dispunham de um coeficiente eleitoral de “[...] inegavelmente, uns quatrocentos votos”, apesar da clandestinidade e da decisão oficial da direção do partido em abandonar a política eleitoral. A estimativa do periódico representava a análise do jornal quanto ao poder político do PCB e fornece elementos para que se acredite que os comunistas permaneciam ativos. Além disso, é importante considerar que era um valor a ser levado em conta, principalmente porque Pedro Dórea se elegeu à prefeitura de Alagoinhas com um total de 2.589 votos. (O NORDESTE, 1950, p. 1)

É importante ressaltar que, nesse contexto, *O Nordeste* fazia oposição ao PSD, apoiando abertamente a candidatura de Juracy Magalhães pela União Democrática Nacional (UDN). Durante a campanha ao governo do estado, o jornal dedicou diversas páginas em defesa das candidaturas udenistas – aspecto que o periódico deixou explícito no editorial publicado após a realização do pleito, valorizando a atuação de Juracy Magalhães na luta contra o Estado Novo, como se vê a seguir:

[...] [O jornal *O Nordeste*] Pela sua ligação com o povo, adotou em âmbito estadual a candidatura que maior ligações tinha com a massa e principalmente com o interior. Decididamente nos colocamos ao lado de Juracy Magalhães, que empunhou em nosso estado a bandeira da sinceridade e da paz, tão necessárias à sobrevivência do regime. (O NORDESTE, 1950, p. 1, grifo nosso)

Conseqüentemente, o repórter de *O Nordeste* não tinha motivos para supervalorizar o coeficiente eleitoral dos comunistas oferecido ao PSD, pois iria de encontro aos interesses da UDN no município e no estado, fortalecendo a campanha de Pedro Dórea frente aos leitores.

O jornal *O Nordeste*, que se autointitulava um “Semanário independente e noticioso”, foi fundado no ano de 1948 por Joanito Rocha e tinha a direção de João Nou. A redação e oficinas do periódico, que cessou suas atividades no ano de 1956, estavam localizadas na Praça da Bandeira, em Alagoinhas. *O Nordeste* buscava uma penetração regional, visto que suas edições noticiavam acontecimentos ocorridos nas cidades vizinhas a Alagoinhas. Além disso, tudo indica que o periódico era um dos únicos veículos informativos da cidade, ao lado do *Sete Dias*, que pertencia ao militante comunista Jonas Batista de Oliveira.

Como foi dito, *O Nordeste* se colocou ao lado da UDN, apoiando Juracy Magalhães, e combatendo a campanha do PSD, encabeçada por Lauro de Freitas e fortalecida com a influência dos “autonomistas”, corrente política que o periódico fez questão de rechaçar reiteradas vezes.

O jornal alagoinhense colocava-se numa terceira via política: postava-se contra as ideias “autonomistas”, que tiveram um papel importante na luta contra a ditadura *estadonovista*, e era antigetulista. (MORAIS, 2011, p. 6) Provavelmente, essa postura era influência de João Nou, o diretor do jornal. Advogado nascido em Sergipe, membro da UDN e candidato eleito para deputado estadual em 1950, João Nou tinha uma coluna em *O Nordeste* intitulada “Panorama Condensado”, na qual o autor analisava a política local, tecia comentários sobre diversos assuntos e aproveitava para divulgar o seu trabalho no âmbito jurídico e fazer propaganda de sua candidatura à assembleia estadual

Levando-se em conta os interesses políticos de *O Nordeste*, tudo indica que a notícia da negociação dos supostos 400 votos do Partido Comunista, em troca da sua liberdade de ação dentro da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB) e do estado, não condiz com os interesses ude-nistas com os quais o periódico estava compromissado. É possível que a matéria tivesse o objetivo de desqualificar publicamente a candidatura de Pedro Dórea ao divulgar que o pessedista tinha se aliado com militantes do clandestino Partido Comunista, visto que no início da década de 1950 o anticomunismo estava se espalhando com o acirramento da Guerra Fria. Sob essa ótica, a depender dos efeitos da clandestinidade para os comunistas locais, a matéria pode significar uma detalhada denúncia pública de “atividade comunista”, considerando que o articu-

lista da notícia cita os nomes dos militantes, suas profissões, o horário da reunião, fazendo questão, inclusive, de ressaltar a participação de um “dirigente” comunista vindo do CM de Salvador.

Independentemente dos interesses de *O Nordeste*, o que fica evidente é que os comunistas locais buscaram negociar melhorias à sua condição clandestina através de seu poder político, ainda que a nova linha propugnada pelo *Manifesto de Janeiro* orientasse os militantes a abandonar os espaços legais de disputa política.

## **A força de Lauro de Freitas dentro do PSD**

Lauro Farani de Freitas, nascido em 1901, era filho do ex-intendente de Alagoinhas, deputado e senador, Graciliano Marques Pedreira de Freitas, e de Marianina Farani Pedreira de Freitas. Formado em engenharia pela Escola Politécnica da Bahia, Lauro de Freitas era o diretor-superintendente da VFFLB, havia sido eleito deputado federal pelo PSD em 1945. (BARROS, 1979, p. 279) Na campanha de 1950, em seu *slogan*, Lauro de Freitas afirmava ser o “Candidato defensor das tradições da Bahia”,<sup>1</sup> frase que evocava o capital político do “autonomismo” baiano frente ao adversário udenista ao governo do estado, Juracy Magalhães. (FIGAM/MUSEU DO TREM, Cartaz, [1950])

Unidos no combate ao Estado Novo, juracistas e mangabeiristas fundaram a UDN baiana em agosto de 1945 e apoiaram a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência. (SILVA, 1992, p. 97) Em 1950, os membros dessas correntes políticas se dividiram e, a partir de então, o ex-interventor e ex-governador passou a ser rechaçado por seus antigos aliados na disputa pelo governo da Bahia.

A base partidária da candidatura de Lauro de Freitas era a “Coligação Democrática da Bahia”, que era formada pelo Partido Social Democrático (PSD), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo Partido de Representação Popular (PRP), pelo Partido Social Trabalhista (PST) e pela ala autonomista da UDN. (FIGAM/MUSEU DO TREM, [1950])

---

1 FIGAM/CENDOMA, “Coligação Democrática da Bahia”, Alagoinhas, [1950].

Pode-se concluir que o líder pessedista aglutinava em seu nome as facções políticas mais poderosas, excluindo-se a ala não autonomista da UDN, que permaneceu ao lado de Juracy Magalhães. Até mesmo o nome da coalizão partidária, que em 1945 concentrava os “autonomistas”, assemelhava-se àquele adotado em 1950, que se chamava: “Coligação Democrática *Autonomista* da Bahia”. Somente a referência direta ao “autonomismo” havia sido retirada, visto que aquela corrente política havia cessado suas atividades.

Chama atenção a dissociação de Juracy Magalhães do “autonomismo”. Segundo Paulo Santos Silva, o ex-interventor estadual havia se aliado aos membros dessa corrente política, a “Concentração Autonomista da Bahia”. Ao que tudo indica, sua adesão teve por objetivo engrossar o caldo político com o objetivo de manter as garantias constitucionais. Porém, na disputa eleitoral ao pleito de 1950, a evocação do “autonomismo” tinha por objetivo marginalizar o candidato ao governo do estado pela UDN, Juracy Magalhães, colocando-o novamente enquanto “estrangeiro”. O capital político “autonomista” foi conjurado para que o eleitorado optasse por Lauro de Freitas, visto que este se colocava como “O candidato defensor das tradições da Bahia”, de acordo com a sua propaganda eleitoral. (FIGAM/MUSEU DO TREM, [1950])

Entrementes, a disputa pelo Governo da Bahia estava definida: de um lado, Juracy Magalhães (UDN) e todo seu prestígio com as forças políticas municipais e, do outro, Lauro de Freitas (PSD), então diretor-superintendente da VFFLB e ex-deputado constituinte, que tinha o apoio dos maiores partidos do estado, além de evocar o “autonomismo” baiano. (FIGAM/MUSEU DO TREM, Cartaz, [1950])

Em Alagoinhas, o adversário do candidato pessedista Pedro Dórea era o udenista Josaphat Paranhos de Azevedo. Considerando que a ala “autonomista” da UDN apoiava Lauro de Freitas, é provável que, ao menos, os udenistas alagoinhenses afeitos ao “autonomismo” tenham sido influenciados a votar no candidato do PSD por conta das relações pessoais e políticas entre Lauro de Freitas e Pedro Dórea. Sobre essa questão, importa lembrar que o candidato do PSD à prefeitura de Alagoinhas era muito próximo a Lauro de Freitas. Nascido no município em 1896, e formado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1920, o filho de José da Costa Dórea

e Elvira Dórea era o padrinho do filho de Lauro de Freitas, Graciliano de Freitas. Segundo *O Nordeste*, “Foi Lauro que o conduziu à política. Lauro era em vida seu maior e mais querido amigo”. (*O NORDESTE*, 17 jan. 1954, p. 10) Desse modo, não seria exagero afirmar que os comunistas sabiam o que estavam fazendo quando buscaram apoiar o PSD em troca de melhorias à sua condição clandestina.

Vale ressaltar que os votos dos ferroviários eram importantes para o diretor da ferrovia que, certamente, esperava que seus subordinados lhe apoiassem, escolhendo-o para o governo do estado e votando em Pedro Dórea para o governo de Alagoinhas. Sendo os comunistas os seus maiores adversários dentro VFFLB, o acordo político entre ambos poderia garantir ao líder pessedista votação da parcela ferroviária que lhe rejeitava por conta das perseguições que Lauro de Freitas empreendeu aos ferroviários comunistas.

A permanência dos comunistas no jogo político, com o apoio à candidatura pessedista à prefeitura municipal, sugere que os militantes de Alagoinhas atuaram com relativa independência em relação às orientações do PCB.

No entanto, a participação dos comunistas foi além, com candidaturas a cargos eletivos naquele pleito, revelando que o PCB de Alagoinhas participou ativamente das disputas políticas, ainda que fosse um partido clandestino e tivesse abandonado oficialmente as vias democráticas para a realização da revolução burguesa.

É importante ter em mente que Lauro Farani de Freitas era uma das principais lideranças do PSD no estado e forte candidato ao Governo da Bahia. Consequentemente, caso Lauro de Freitas vencesse e mantivesse sua palavra, os comunistas poderiam obter como bônus relativa liberdade de atuação em todo o estado.

Até aquele momento, o candidato oficial do PSD à prefeitura municipal era Altamirano Campos, que havia sido prefeito de Alagoinhas no final da década de 1940. Foi a intervenção direta de Lauro de Freitas junto ao pessedista alagoinhense que assegurou a candidatura de Pedro Dórea, como noticiou *O Nordeste*, em 11 agosto de 1950, na primeira página:

Afinal o PSD conseguiu se unificar em torno da candidatura do Dr. Pedro Dórea, chefe natural da coligação neste município.

Depois de inúmeros trabalhos e após uma viagem à capital dos líderes das alas internas, o Partido do Sr. Lauro de Freitas chegou a uma solução, graças a intervenção direta do Diretor da Leste que apelou para seus correligionários se unissem em torno da figura, inegavelmente digna, do Dr. Pedro da Costa Dórea que, segundo se diz, é o único pessedista capaz de fazer frente na cidade ao prestígio do Sr. Carvalho Júnior, candidato do PTB.

Ao que parece, o PSD havia lançado a candidatura de Altamirano Campos à prefeitura municipal extraoficialmente, com o apoio de Pedro Dórea. Com a intervenção de Lauro de Freitas, Altamirano Campos decidiu abandonar a disputa. Segundo entrevista concedida a *O Nordeste*, o pré-candidato havia recebido o pedido de abandono da candidatura através de uma correspondência de Lauro de Freitas, como vemos a seguir:

A nossa reportagem esteve na casa comercial do Sr. Altamirano Campos e pediu sua palavra sobre os acontecimentos que culminaram com o afastamento de sua candidatura já amplamente propagada, [...] S.S., com a gentileza que lhe é peculiar e com sinceridade costumeira, serenamente nos declarou: 'Retirei minha candidatura para salvar meu Partido, ante um apelo que me fez em honrosa carta o meu ilustre correligionário, Dr. Lauro de Freitas. Sou, sempre fui um desambicioso'. (O NORDESTE, 11 ago. 1950, p. 1)

Talvez a proximidade entre Lauro de Freitas e Pedro Dórea tenha convencido Altamirano Campos a desistir de se colocar contra a influência e força política do diretor da VFFLB. Por outro lado, o pessedista deixa transparecer que a sua decisão não foi tomada a contragosto, afirmando, de um modo áspero, que saiu da disputa ao pleito municipal para que não acabasse sendo responsabilizado por possíveis derrotas dos candidatos do PSD.

Tudo indica que o abandono da candidatura não foi fruto somente da falta de ambição de Altamirano Campos, ou temor de ser culpado por possíveis derrotas do PSD, mas, se deu em troca da inclusão de Almiro Conceição na chapa que disputaria a vereança local, considerando-se que a candidatura do ex-comunista “[...] era vetada intransigentemente pelo Dr. Heitor Dantas, que publicamente anunciava se retirar do Diretório, caso Almiro fosse incluído na chapa de seu partido [...]”. (O NORDESTE, 11 ago. 1950, p. 1) Por outro lado, a inclusão do ex-pecebista na chapa amenizava a derrota advinda com a saída de Altamirano Campos da disputa pela prefeitura.

Almiro de Carvalho Conceição havia militado no PCB, ao menos desde 1945. Elegeu-se vereador pelas bases pecebistas e pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN) no ano de 1947. No ano seguinte, deixou o clandestino Partido Comunista para aderir ao PSD. Para os seus correligionários, Almiro de Carvalho Conceição era um pessedista adepto do trabalhismo que trazia consigo um passado de liderança dentro do Partido Comunista. Essa condição lhe ocasionava certa rejeição dentro do seu novo partido, como foi o caso de sua disputa interna com Heitor Dantas que não aceitava a inclusão do ex-comunista na chapa pessedista no pleito de 1950. Por outro lado, o ex-militante tinha o apoio de membros influentes do PSD, como era o caso do próprio Altamirano Campos e José Lúcio Santos Silva, mais conhecido por Coronel Santinho, que era o mais poderoso político do Riacho da Guia, distrito de Alagoinhas. A vitória de Almiro Conceição, com a inclusão de seu nome na chapa que disputaria a vereança local foi, desse modo, noticiada por *O Nordeste*:

Assim, voltou a paz no seio de Abraão, com a vitória do Dr. Pedro Dórea, a derrota do Dr. Heitor Dantas e o triunfo espetacular do Sr. Almiro Conceição, que muito eufórico declarou ao repórter: ‘Estava assistindo de camarote. Não fui à reunião porque quis dar liberdade aos meus correligionários. Eles foram sensatos e escolheram o melhor caminho. A reação ao meu nome é natural, pois sou um operário em partido de patrões, mas isso é decorrência de nossa evolução política,

com a qual não se conformaram ainda alguns reacionários’.  
(O NORDESTE, 11 ago. 1950, p. 1)

Chama atenção a análise que Almiro Conceição faz sobre o embate em torno de sua candidatura, afirmando que a rejeição ao seu nome dentro do PSD se dava por conta de sua origem proletária. Preconceito promovido por seus adversários que não se conformaram com sua “evolução política”, ou seja, o abandono do comunismo e a adesão ao trabalhismo.

Semanas antes da realização do pleito, Lauro de Freitas foi vitimado por um desastre de avião quando viajava em campanha política ao governo do estado. A notícia do acidente abalou a cidade de Alagoinhas, que teve seu comércio paralisado. Mesmo estando do lado de Juracy Magalhães, o jornal *O Nordeste* se encarregou de enaltecer a memória daquele político nascido em Alagoinhas, dedicando a primeira página da edição de 17 de setembro de 1950 para esclarecer o acontecido, expondo uma foto grande do diretor-superintendente da VFFLB na matéria.

O acidente, ao que parece, não enfraqueceu a campanha do PSD no estado e, em Alagoinhas, pode, inclusive, tê-la fortalecido, visto que Pedro Dórea elegeu-se prefeito do município com um total de 2.589 votos, seguido pelo candidato udenista, Josaphat Paranhos de Azevedo, com 2.104 votos e, por último, Antônio Martins de Carvalho Júnior, do PTB, com 1.594. Na disputa pelo Governo do Estado, Régis Pacheco venceu o pleito, tornando-se governador pelo PSD, apesar do pouco tempo que lhe foi reservado para a campanha. Não seria exagero afirmar que os votos que o elegeram haviam sido conquistados por Lauro de Freitas, visto que Régis Pacheco não teve tempo suficiente para campanha política como os seus adversários.

Quanto às disputas pelas cadeiras no legislativo municipal, o PSD lançou uma chapa contendo, inclusive, um membro do PRP e conhecido adversário dos comunistas locais, o ferroviário integralista Joaquim Batista Filho. Na peleja, o PSD elegeu um total de quatro vereadores: José Lúcio dos Santos ou “Coronel Santinho”, Elias Amâncio de Souza, Heitor Dantas e Orlando Azevedo. O PCB foi representado pela candidatura do ferroviário Petrônio Pereira, que esteve presente quando do acordo entre Pedro Dórea e os comunistas, obtendo 136 votos. (O NORDESTE, 21 nov. 1950)

As problemáticas do jogo político nos informam que os comunistas não abandonaram as possibilidades apresentadas pelo jogo político-institucional, como se pode ver na candidatura do ferroviário Petrônio Pereira. Sob este ângulo, pode-se afirmar que os comunistas buscaram caminhos possíveis para a atenuação da sua situação clandestina, como foi o caso do apoio do PCB aos pessedistas em troca da promessa de Lauro de Freitas de fazer atenuar a perseguição aos comunistas ferroviários.

Ao que tudo indica, as deliberações do PCB em romper com a via democrática não foi aplicada pelos comunistas locais, lhes garantindo uma situação de semiclandestinidadade que permitiu ao Partido Comunista de Alagoinhas manter relativa influência no jogo político local entre a classe trabalhadora.

É importante ressaltar que a ação dos comunistas não se restringiu ao âmbito político-institucional, pois, como veremos na seção seguinte, os pecebistas preservaram, na medida do possível, sua inserção na classe trabalhadora local.

## **Resistência comunista entre os trabalhadores**

Como foi analisado na seção anterior, em Alagoinhas, os comunistas resistiram à esquerdização desencadeada pelo Comitê Central no *Manifesto de Janeiro de 1948*, que decidiu pelo abandono das vias democrático-liberais para a consecução da revolução burguesa. Foi demonstrada a permanência dos comunistas no jogo político local no ano de 1950, através da negociação entre Pedro Dórea – candidato do PSD à prefeitura de Alagoinhas e o correligionário de Lauro de Freitas – e os comunistas, que procuraram apoiar a candidatura pessedista em troca da supressão da perseguição aos membros do PCB dentro da VFFLB. Soma-se a essa inserção política a participação de militantes comunistas na disputa por uma cadeira na Câmara Municipal de Alagoinhas, como foi o caso do ferroviário e militante comunista Petrônio Pereira.

No campo sindical, a linha política oficial orientava os militantes a abandonarem os sindicatos oficiais devido à sua ligação e à construção de entidades operárias paralelas, visando a organização das bases com

vistas às tarefas de libertação nacional. Para Marco Aurélio Santana, a cassação do registro do PCB conduziu à esquerdização da linha política pecebista e permitiu ao governo Dutra intervir indiscriminadamente nos sindicatos, com o objetivo de expulsar comunistas e trabalhistas progressistas. Evento que representou um duro golpe para o partido e para o ascenso organizativo e reivindicatório em que se encontrava o movimento dos trabalhadores em termos de espaço sindical, paralisando-o até o ano de 1950. Coube às bases pecebistas continuar os trabalhos nos sindicatos, ainda que de forma incongruente com a linha de atuação recentemente posta em curso. (FERREIRA; REIS, 2007b)

Caso semelhante ocorrera com o Partido Comunista na cidade de Alagoinhas, onde os militantes locais não colocaram em curso, no campo sindical e recreativo, as orientações contidas nos manifestos de *Janeiro de 1948* e de *Agosto de 1950*. Em paralelo, os comunistas publicavam o jornal *Sete Dias*, que manteve sua linha informacional apesar das novas orientações, e continuavam inseridos no âmbito recreativo do operariado local, dirigindo clubes de futebol e gerindo o órgão local responsável pela organização dos esportes de salão, a Liga Alagoinhense de Dominó.

No ano de 1948, o sapateiro e militante comunista Joaquim Cabral de Souza era o presidente da Cooperativa de Consumo dos Operários em Alagoinhas e da Liga Alagoinhense de Dominó – o mesmo militante que, em 1950, integrou o grupo na visita à casa do então candidato do PSD à prefeitura, Pedro da Costa Dórea.

No entanto, a liderança do militante foi combatida em ambas as instituições pelo ex-comunista e então vereador pessedista Almiro de Carvalho Conceição. Anos antes, durante a luta antifascista, Conceição havia militado ativamente nas fileiras do Partido Comunista, onde se formou politicamente. Na sessão de 30 de julho de 1948, o ex-pecebista utilizou-se da palavra para chamar a atenção de seus pares quanto à solicitação feita pela Câmara à direção da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas “[...] há mais de 30 dias, sem nenhuma resposta até esta data, encarecendo providências desta câmara, neste sentido”. (ACMA, 30 jul. 1948) O fato é que a Câmara havia enviado um telegrama solicitando informações acerca da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas há quase um mês e não obtinha resposta até

aquele dia. O documento dirigia-se a “Joaquim Cabral de Souza e demais membros da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas” e lhes solicitava “os relatórios da Cooperativa referentes aos meses de Março, Abril e Maio do corrente ano”. (ACMA, 30 jul. 1948)

Almiro Conceição aproveitou o momento para explicar detalhes da instituição, dirigida por seu ex-companheiro e então militante comunista, Joaquim Cabral de Souza, para prestar “[...] esclarecimento sobre a fundação, diretores e exercício comercial daquela cooperativa”. (ACMA, 30 jul. 1948) Posteriormente, o requerimento foi submetido à votação e rejeitado pela maioria dos vereadores presentes. Tudo indica que a pressão de Almiro de Carvalho Conceição fazia parte dos interesses do ex-comunista em usurpar as bases pecebistas, visando angariar poder político-eleitoral para garantir sua reeleição no pleito de 1950, problemática que será discutida com maior precisão mais à frente.

Para além da disputa política entre Almiro Conceição e Joaquim Cabral de Souza, chama atenção a posição de liderança do sapateiro da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas, num contexto em que crescia o anticomunismo, por um lado, e, por outro, o PCB havia divulgado há seis meses o *Manifesto de Janeiro de 1948*, que radicalizava à esquerda a luta sindical.

Em que pese o pouco tempo para aplicação efetiva da nova linha política, esse não foi o caso, visto que o sapateiro também dirigia a Liga Alagoinhense de Dominó e tinha ligação com o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, relações que explicam, em parte, a permanência de Joaquim Cabral de Souza na presidência da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas.

Entretanto, Joaquim Cabral de Souza e Almiro de Carvalho Conceição novamente entraram em conflito. Dessa vez, Conceição conseguiu a deposição do comunista da Liga Alagoinhense de Dominó. Acontecimento noticiado com destaque no jornal *O Nordeste*, de 13 de março de 1950, sob o título: “Deposto o comunista Sr. Joaquim Cabral de Souza, da Presidência da ‘Liga Alagoinhense de Dominó’”. O jornal pôs a matéria no topo da página com letras maiúsculas, em negrito e sublinhadas, o que a destacava frente as demais notícias daquela edição, a qual merece uma descrição mais detida. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 1)

Em *O Nordeste*, somente as matérias mais importantes estavam destacadas de modo semelhante àquela, referente à deposição do militante comunista, como é o caso da matéria da primeira página, intitulada “A candidatura do Cel. Juracy Magalhães marcha para a vitória”, declara ao ‘*O Nordeste*’ o deputado Liberato de Carvalho”, que noticiava um encontro casual ocorrido na Sorveteria Moderna. Nesse encontro, Liberato Carvalho, ex-comandante da Polícia Militar e deputado, falava para um pequeno público de militares sobre o seu apoio à candidatura de Juracy Magalhães. Na mesma página da matéria que coadunava com os interesses políticos do jornal, constava outra intitulada “A construção do posto de higiene”, que noticiava problemas advindos daquele equipamento urbano, que levou à mobilização de munícipes junto ao prefeito e, conseqüentemente, à escolha de outro local para a construção do posto. Ainda na primeira página, constava uma matéria, com foto, sobre o estado de saúde delicado do então governador do estado, Otávio Mangabeira. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 1)

Na quarta página, igual destaque era dado para o apoio do prefeito de Rio Real, Antônio Guimarães à candidatura de Juracy Magalhães, na matéria intitulada “Rio Real, por seu Povo, seus Líderes e seu Governo, está com Juracy Magalhães”, afirma o prefeito Antônio Guimarães”. No decorrer da matéria, o articulista teceu vários elogios à administração do prefeito que, em entrevista, afirmou que “Somente os invejosos e os despeitados ou os representantes do credo comunista ante-cristão e ante-nacional estão verdadeiramente empenhados em derrotar o candidato do povo”, deixando clara sua posição frente aos adversários de Juracy Magalhães. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 1)

Na última página estavam destacadas duas matérias em negrito, caixa alta e sublinhadas: uma referia-se à poda das árvores da Praça J. J. Seabra, agradecendo à prefeitura pelo feito; e a outra demonstrava indignação frente a infestação de jogos de azar entre a população local, em resposta às inquirições de populares quanto ao silêncio de *O Nordeste* frente ao recorrente acontecimento.

A notícia da deposição de Joaquim Cabral de Souza era, de fato, um dos destaques daquela edição de *O Nordeste*, até mesmo porque a Liga Alagoanhense de Dominó era o órgão responsável pela organização dos

esportes de salão. Sua ligação com a política fica evidente quando se leva em conta a escolha do deputado Bião de Cerqueira para presidência de honra e a eleição do vereador Almiro de Carvalho Conceição para a presidência efetiva da agremiação, após o mal-estar causado pela disputa entre o ex-comunista e o então presidente da liga Joaquim Cabral de Souza. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 2)

Segundo a matéria, o comunista era o presidente da Liga Alagoinhense de Dominó desde o início de 1948. Em *O Nordeste* consta que sua deposição foi promovida pelos presidentes dos clubes de dominó que, descontentes com sua gestão, recorreram ao estatuto da instituição e “propuseram” ao comunista a realização de uma nova eleição, iniciativa que foi por ele rejeitada, o que resultou em sua deposição por unanimidade. Em seguida, foi marcada a eleição para o dia sete de fevereiro de 1950. A reunião seguinte foi presidida por Joaquim Cabral de Souza, que realizou a prestação de contas à assembleia geral, entregando um total de setenta e dois cruzeiros e algumas atas redigidas à mão. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 1) Concorreram à presidência o então vereador Almiro de Carvalho Conceição e um ferroviário chamado Adauto. O vereador pessedista venceu por três votos a dois. Entretanto, foram levantadas dúvidas quando à idoneidade do “voto de minerva” do secretário em exercício, Armando Rodrigues Nova. Com isso, uma nova data foi marcada para certame, dia quinze de fevereiro, que não aconteceu, apesar do ofício enviado aos clubes afiliados. As eleições só foram realizadas, de fato, no dia primeiro de março, onde o deputado Bião de Cerqueira foi escolhido presidente de honra e Almiro de Carvalho Conceição foi eleito presidente da Liga.

O discurso de posse do ex-pecebista foi assim descrito por *O Nordeste*:

O Presidente Sr. Almiro de Carvalho Conceição, logo que foi empossado fez um histórico do estado crítico em que a Liga se encontra, motivada pela inoperância do ex-Presidente e concitou a todos a trabalharem afim de soerguer aquela entidade e traçou logo sua plataforma, sendo que em obediência a esta, já foi reorganizada a nova diretoria do Santa Cruz Dominó Clube, com a presença do Presidente da LDA (Liga Desportiva

de Alagoinhas), aprovados a reforma dos Estatutos e outros assuntos internos da Liga. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 2)

A matéria ressalta o suposto “dinamismo” de Almiro de Carvalho Conceição frente às más condições em que se encontrava a Liga, opondo-o à suposta “inoperância” do presidente deposto, Joaquim Cabral de Souza. No entanto, é preciso levar em consideração que a análise de *O Nordeste* acerca da atuação do militante comunista na presidência da Liga Alagoinhense de Dominó talvez tivesse por objetivo valorizar o presidente recém-eleito, até porque o pessedista era próximo ao periódico no qual, inclusive, escreveu diversas notas e chegou a colaborar com um texto que analisava o jogo político local, intitulado “Política e Políticos”, publicado em *O Nordeste* em janeiro de 1953. (O NORDESTE, 10 jan. 1953, p. 6)

Os acontecimentos ocorridos na Liga Alagoinhense de Dominó contribuíam para o andamento do projeto do ex-comunista de conquistar os espaços políticos ainda ocupados pelos comunistas. A cada vitória, Almiro de Carvalho Conceição apresentava-se como uma alternativa legal às bases pecebistas – camadas de trabalhadores, em sua maioria, ferroviários que estavam impedidos de votar no PCB –, com as quais o pessedista havia sido eleito no pleito anterior, quando era militante do Partido Comunista. Com a obtenção da direção da Liga Alagoinhense de Dominó, o ex-ferroviário, de imediato, promovia o seu nome e, consequentemente, poderia utilizar-se da instituição recreativa de acordo com seus interesses. Por outro lado, a deposição de Joaquim Cabral de Souza da Liga Alagoinhense de Dominó representava mais um golpe na força política remanescente daquela angariada pelos comunistas em Alagoinhas.

No entanto, os comunistas mantiveram-se no controle do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, entidade que foi criada em 7 de setembro de 1931 e reconhecida como de utilidade pública por decreto estadual, em 1º de março de 1932. (SETE DIAS, 17 mar. 1949, p. 3) Como foi dito no primeiro capítulo, existem fortes indícios de que os comunistas já estavam na direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, ao menos, desde a segunda metade da década de 1930.

A matéria intitulada “Tornava-se necessária e imperiosa a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas”, publicada no dia

17 de março de 1949, na terceira página do jornal local *Sete Dias*, demonstra que os militantes continuavam no controle da instituição. Segundo o matutino, no dia 3 de março daquele ano, foi realizada uma assembleia visando a reestruturação do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, na sede da filarmônica local, União Ceciliana. A reunião foi motivada pela captação da verba orçada em 10 mil cruzeiros para a instituição, através do deputado federal Nelson de Souza Carneiro, com a qual se pretendia reestruturar o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Com a palavra, o militante comunista Jonas Batista de Oliveira, então diretor do Centro e do jornal *Sete Dias*, reconheceu que a instituição esteve com problemas, assumindo a culpa do fracasso da gestão anterior. No decorrer de seu pronunciamento, ele fez menção à necessidade de celeridade na eleição da nova direção, indicando os nomes de José Lopes da Conceição Filho para a presidência executiva e de Veridiano Alves de Souza para a presidência de honra. Indicações que, segundo o *Sete Dias*, “foram abafadas por uma prolongada e bem significativa salva de palmas, forçando o orador a suspender, por alguns minutos, a sua oração, cujo prosseguimento foi de justificativa às vitoriosas indicações”. (SETE DIAS, 17 mar. 1949, p. 3)

Posteriormente, o dirigente comunista pediu uma salva de palmas para Nelson de Souza Carneiro, representante da Bahia na Câmara dos Deputados, por ter obtido a subvenção federal para a entidade. Em seguida, foi procedida a eleição, na qual os candidatos sugeridos por Jonas Batista de Oliveira foram eleitos por aclamação, secundado pelo próprio pecebista que passou a ocupar o posto de Primeiro Secretário do Centro. A direção da instituição ficou assim formada: Presidente, José Lopes Conceição Filho; Primeiro Secretário, Jonas Batista de Oliveira; Segundo Secretário, Maurício Pontes dos Santos; Primeiro Tesoureiro, Henrique da Cunha Dias (reeleito); Segundo Tesoureiro, João Francisco de Melo; Orador, Hidelbrando Ribeiro Dias”. (SETE DIAS, 17 mar. 1949, p. 3)

Chama atenção a participação massiva dos comunistas locais na reunião, como é o caso de Maurício Pontes dos Santos, eleito segundo secretário, e de Vítório da Rocha Pitta na presidência da assembleia. Deve-se destacar também a presença ativa do então presidente da Liga Alagoinhense de Dominó, o comunista Joaquim Cabral de Souza. A mesa

que dirigiu os trabalhos foi composta por uma variedade de importantes membros da sociedade alagoinhense: o delegado José Farano da Silva; o diretor do Cruz de Ferro, clube de futebol dos ferroviários, Hermano Maciel dos Santos; o diretor da filarmônica União Ceciliana, Nestor Ribeiro; e o presidente do Órgão Social dos Operários, João de Deus Brito.

Nas últimas linhas da matéria, discutiu-se a necessidade de sede própria para o órgão, momento em que foi lembrada a entrega de um memorial ao então governador do estado, Otávio Mangabeira, solicitando o auxílio necessário para tornar realidade aquela aspiração do operariado local.

No conclave, as indicações de Jonas Batista de Oliveira lograram êxito, apesar do fracasso de gestão à frente da entidade, como o próprio militante afirmou em discurso, o que atesta sua influência política entre os operários. Influência que não era exclusiva do diretor e proprietário do *Sete Dias*, mas, parece ser irradiada pelos militantes do Partido Comunista presentes que, vale ressaltar, monopolizaram e controlaram com desenvoltura a reunião. Sabe-se que a relação entre os comunistas e o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas teve início, ao menos oficialmente, a partir da eleição do então Secretário Político do Comitê Municipal do PCB, Vitório da Rocha Pita, à presidência da instituição, em 1945, como foi abordado no capítulo anterior, sendo sucedido pelo então diretor do periódico local.

O outro periódico local na ativa, *O Nordeste*, não fez nenhuma menção à realização daquele evento, apesar da nota de um parágrafo publicada em 31 de dezembro de 1948, que convocava “os antigos associados e os operários em geral” para a Assembleia Geral que visava reestruturar “esta velha associação de classe”. (*O NORDESTE*, 13 dez. 1948, p. 2) Como a nota era de fato um convite público, é provável que tenha sido encomendada pela direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas para dar visibilidade ao alvissareiro acontecimento, o que indica o conhecimento da realização daquele evento pelo jornal. Por um lado, esse hiato pode indicar o valor atribuído pelo jornal àquele tipo de acontecimento. Entretanto, talvez *O Nordeste* estivesse do lado do político pessedista, visto que diversas vezes noticiou os eventos promovidos pelo Círculo Operário

de Alagoínhas, que era presidido pelo ex-comunista e vereador Almiro de Carvalho Conceiçãõ.

A fundaçãõ daquela entidade mereceu uma página inteira do jornal, na qual constam os nomes da direçãõ completa eleita na reuniãõ, uma breve entrevista com Almiro de Carvalho Conceiçãõ e palavras do governador Otávio Mangabeira sobre seu interesse em “[...] dotar Alagoínhas de sociedades beneficentes e recreativas para maior conforto dos trabalhadores de nossa terra”. (O NORDESTE, 2 jun. 1949, p. 2)

Igualmente, *O Nordeste* destacou a participaçãõ do Centro Operário Beneficente de Alagoínhas nas festividades do 1º de Maio de 1949, dois meses após a reuniãõ que definiu os rumos da reestruturaçãõ da organizaçãõ operária. A matéria intitulada “O Dia do trabalho. O ‘Centro Operário’ comemorou a grande data” indicava que a organizaçãõ e a realizaçãõ daquele evento, teve “[...] à frente o Centro Operário Beneficente de Alagoínhas, fazendo realizar uma sessãõ no edifício do Curso do Barão do Rio Branco, seguindo-se várias realizações festivas de caráter desportivo e recreativo [...]”. (O NORDESTE, 1º maio 1948, p. 3) Tudo indica que a fundaçãõ do Círculo Operário de Alagoínhas destituiu o interesse de *O Nordeste* pelos acontecimentos referentes ao Centro Operário Beneficente de Alagoínhas, até mesmo porque Almiro de Carvalho Conceiçãõ, declarado adversário dos comunistas, era um colaborador do periódico.

Efetivamente, a reuniãõ referente à reestruturaçãõ do Centro Operário Beneficente de Alagoínhas teve cobertura detalhada do jornal *Sete Dias*, que era dirigido por Jonas Batista de Oliveira. Segundo o alfaiate e ex-militante pecebista Eliseu Mendes da Silva, o “Seu Lilio”, o periódico tinha uma feiçãõ “democrática” por conta do estilo político de seu diretor, que era um “moderado”. Pode-se afirmar que o *Sete Dias* se apresentava como um periódico de informaçãõ sem ligaçãõ ideológica com o Partido Comunista.

A matéria publicada na ediçãõ de março de 1948, intitulada “Saúde e Esporte”, oferece um bom panorama do estilo editorial do *Sete Dias*. Após toda uma reflexãõ acerca da importãncia do esporte para a vida dos jovens alagoínhasenses, o autor não resiste e resolve apelar ao Ministério de Educaçãõ e Saúde. Na primeira página encontra-se, em destaque, uma matéria referente à movimentaçãõ visando à construçãõ de um campo de

aviação para a cidade de Alagoinhas. Sob o título “Positivando o campo de aviação”, impresso em negrito e com grandes caracteres, o articulista destaca a captação de 45 mil cruzeiros pelo prefeito João Dourado de Cerqueira Bião, para o início das obras. No corpo da matéria, o autor chama atenção para o prestígio pessoal que o líder do município goza junto ao governador Otávio Mangabeira que, por sua vez, foi um fator fundamental para a obtenção de recursos para obras na cidade. Ilustrando a matéria, há fotos do prefeito de Alagoinhas e do governador do estado da Bahia com a seguinte legenda: “Dr. Otávio Mangabeira, de quem ainda muito esperamos para o nosso engrandecimento”. (SETE DIAS, 17 mar. 1949, p. 1)

Ainda na primeira página da edição do periódico em discussão, consta o elogio às ações da administração do município, destacando o término da pavimentação da praça onde está localizado o prédio da prefeitura, que por sugestão do *Sete Dias* ao Conselho Municipal, receberia o nome de Graciliano de Freitas, pai de Lauro de Freitas. (SETE DIAS, 17 mar. 1949, p. 1) Homenagem que contava com o apoio do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas e da filarmônica União Ceciliana, ambas influenciadas por Jonas Batista de Oliveira. Segundo as memórias de Salomão de Barros, condensadas na obra *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*, o diretor do periódico havia sido diretor da Sociedade Filarmônica União Ceciliana. Desse modo, o apoio da filarmônica à nomeação da praça, como afirmou o *Sete Dias*, torna-se compreensível, já que o diretor do jornal local era o presidente do Centro Operário de Alagoinhas e um “Cecilianista fervoroso”, nas palavras de Salomão de Barros (1979, p. 234).

O discurso democrático só foi radicalizado quando houve referência aos eventos ocorridos na eleição da Câmara Municipal de 1948, na matéria intitulada “Qual será a nova Mesa da Câmara?”, na qual o articulista faz uma reflexão sobre a eleição da Câmara Municipal em 1949, levando em conta os acontecimentos do ano anterior. Não foi por acaso que o parlamentar do PTN acusado de corrupção na matéria é Almiro de Carvalho Conceição. Aproveitando o ensejo, o jornal segue com duras críticas ao vereador, afirmando que a câmara não pode ter como integrante da sua representação “quem não tem compostura para tão alto cargo”. (SETE

DIAS, 17 mar. 1949, p. 7) Certamente que essa crítica fazia parte da disputa política travada entre o vereador Almiro Conceição e seu ex-partido, o PCB, luta que será analisada na seção seguinte.

Independentemente da relação do jornal *Sete Dias* com o Partido Comunista, o fato é que o periódico pertencia a um conhecido militante comunista, Jonas Batista de Oliveira. Consequentemente, não se pode deixar de relacionar os acontecimentos decorridos após a cassação do registro do PCB e a política editorial do jornal para entender que, ao que parece, o jornalista deixou inalterada a abordagem do seu jornal, até mesmo porque o pecebista não parece ter aderido às novas orientações do partido.

Num balanço da resistência que os comunistas empreenderam junto aos trabalhadores, é possível afirmar que ela estava diretamente ligada aos seus interesses no jogo político-eleitoral. Ao que parece, a via eleitoral ainda representava para os militantes de Alagoinhas um caminho possível para a busca de melhorias à condição clandestina em que se encontravam, ou mesmo de ascensão individual. De toda sorte, em que pese os esforços despendidos, os comunistas não conseguiram manter sua força política, até porque surgiram concorrentes e adversários políticos interessados nos votos dos setores sociais sensíveis à causa operária e na defesa das demandas das camadas populares como foi o caso de Almiro Carvalho Conceição, como veremos a seguir.

## **Conflitos entre os comunistas e o ex-comunista Almiro de Carvalho Conceição**

Em Alagoinhas, foi no início da década de 1950 que o Partido Comunista entrou num processo de ostracismo, quase cessando suas atividades. Situação condicionada por vários fatores, como o provável isolamento político a que os comunistas alagoinhenses foram submetidos após a cassação do registro do PCB e a radicalização da sua linha política, com os manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950, que conduziram o partido novamente aos subterrâneos, afrouxando os laços entre direção e as bases nos municípios. Em outras palavras, podemos afirmar que o PCB

de Alagoinhas manteve algo semelhante à linha de União Nacional por conta da ausência de uma orientação a nível estadual e de uma linha política plausível àquele contexto.

Em paralelo, é preciso levar em conta que a União Nacional, tão exaltada pelos comunistas alagoinhenses durante os idos de 1945 e 1946, era uma memória recente de uma ascensão política inédita na cidade. Fatores que certamente influenciaram para que os pecebistas não abandonassem os instrumentos da democracia liberal. Ao mesmo tempo, observa-se os efeitos do discurso anticomunista para a criação de uma atmosfera de suspeição e de repressão, como foi dito na primeira seção desse trabalho.

Chama atenção que, apesar da cassação e da repressão, a ascensão dos comunistas com a União Nacional gerou um capital político que foi aproveitado por ex-militantes, como foi o caso de Thiago Evangelista dos Santos, Hidelbrando Dias e Almiro Conceição. Atores sociais que se valeram da experiência política vivenciada no PCB e ascenderam no jogo político local.

Como foi apresentado anteriormente, no pleito realizado em 1950, os comunistas buscaram apoiar o então candidato do PSD à prefeitura, Pedro Dórea, em troca de liberdade para a sua militância, que deveria ter a anuência de Lauro de Freitas. No entanto, a morte do diretor-superintendente da VVFLB mudou o panorama político, afetando diretamente os intentos dos comunistas. Em paralelo, o Comitê Municipal resistiu, simultaneamente, às ordens esquerdizantes da nova linha política iniciada com o *Manifesto de Janeiro de 1948*, mantendo-se entre os trabalhadores e resistindo ao avanço da repressão local. No entanto, um campo de forças ainda mais hostil instalou-se na cidade, levando comunistas e ex-comunistas ao conflito. Esse embate revelou a força do ex-militante Almiro de Carvalho Conceição na luta contra os seus antigos companheiros.

Com a clandestinidade, após a cassação do registro eleitoral e do início da Guerra Fria, o PCB passou por um processo vertiginoso de redução em suas fileiras. O medo das consequências da ligação com o comunismo criou uma atmosfera de suspeição e perseguição que resultou em abandonos públicos do Partido Comunista. Em alguns casos mencionados anteriormente, ex-militantes aproveitaram a ocasião para

dispor-se, inclusive, a combater o Partido Comunista, provavelmente para dar maior respaldo ao desligamento do comunismo, como o fez o então vereador Almiro de Carvalho Conceição que, após deixar o PCB e aderir ao PSD, tornou-se adversário dos comunistas, declarando publicamente, repetidas vezes, sua hostilidade e disposição em combatê-los. No entanto, seus intentos anticomunistas tinham o objetivo de usurpar dos comunistas a força interna do movimento operário local, o que o diferenciava dos outros ex-militantes que haviam abandonado o PCB.

Almiro de Carvalho Conceição havia militado no Partido Comunista e, provavelmente, havia aprendido com os anos de legalidade do PCB que obter o controle de entidades operárias era uma opção aconselhável àqueles que têm intenções de eleger-se. Ao mesmo tempo, o ex-comunista havia ingressado no PSD e precisava se afirmar no novo partido, mesclando táticas de sua experiência comunista com métodos políticos dos pessedistas locais.

O fato é que o domínio dos comunistas no movimento operário local irradiava-se a partir do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas. Segundo Seu Lilio, a entidade foi um agente catalisador, facilitando a penetração e aceitação do Partido Comunista entre os trabalhadores e na cultura local. A hegemonia dos comunistas na instituição operária teve início, ao menos, desde a posse do Secretário Político do Comitê Municipal, Vitorio da Rocha Pita, em primeiro de maio de 1945. A partir de então, os comunistas mantiveram-se na direção da entidade com a posse do militante Jonas Batista de Oliveira que, como vimos, protagonizou junto aos seus partidários a assembleia que tinha por objetivo a “reestruturação” do órgão em 1949.

Na reunião realizada em janeiro de 1949, visando a reestruturação da organização, José Lopes Conceição foi indicado e eleito à presidência pelo presidente anterior, Jonas Batista de Oliveira, e o pecebista passou a ocupar o cargo de Primeiro Secretário. Os comunistas presentes participaram ativamente na reunião, como foi o caso de Joaquim Cabral de Souza, Vitorio da Rocha Pita e Maurício Pontes dos Santos. (SETE DIAS, 17 mar. 1949, p. 3)

Entretanto, segundo carta do então presidente e criador do Círculo Operário de Alagoinhas, Almiro de Carvalho Conceição, ao deputado

federal Dantas Júnior, o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas havia cessado suas atividades desde 1948, até porque os 10.000 cruzeiros orçados para a instituição – que motivaram a reunião de “reestruturação” – não foram recebidos por conta de a instituição estar em situação ilegal

[...] em virtude da infiltração dos vermelhos, os associados foram saindo da Sociedade, chegando ao ponto de cair no descrédito de tal forma, que o proprietário do prédio, Snr. João de Souza Caldeira, elemento ligado a UDN (ala juracisita), onde funcionava a sede, na Praça Dr. Seabra, número 22, e depois na rua Carlos Gomes nº 1, foi forçado a ameaçar de despejo com a Polícia na pessoa do Delegado especial naquela época Ten. Philadelfo Pereira das Neves [...]. (CARTA DO CÍRCULO OPERÁRIO DE ALAGOINHAS, 23 jul. 1952)

Em que pese o interesse de Almiro de Carvalho Conceição em destituir de crédito o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, visando promover o Círculo Operário de Alagoinhas, as informações contidas na carta tinham por objetivo convencer o deputado que a inoperância da instituição operária era culpa dos comunistas, que falharam por não manter o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas legalizado. Em seguida, afirma o ex-pecebista: “Para maior comprovação do que digo, é que o Centro Operário de Alagoinhas, não é registrado na Diretoria de Assistência Social, e deste modo, as subvenções de 1950-1951 caíram em exercício findo, e a de 1952, está para acontecer o mesmo”. (CARTA DO CÍRCULO OPERÁRIO DE ALAGOINHAS, 23 jul. 1952) Para reforçar suas afirmações, Almiro de Carvalho Conceição sugere que o deputado consulte o agente do IBGE no município, o prefeito, ou outra autoridade local, para verificar a veracidade de suas afirmações.

Almiro de Carvalho Conceição estava preocupado em fazer o Círculo Operário de Alagoinhas receber as subvenções federais que teimavam em ser enviadas ao Centro Operário Beneficente. Com este objetivo elenca, inclusive, a possibilidade de ter ocorrido uma confusão por conta da semelhança entre os nomes das instituições que pode ter levado à atribuição de verba da união à instituição errada.

Tudo indica que o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas acabou substituído pelo Círculo Operário de Alagoinhas. Esse fato fica evidente quando se leva em conta as atividades desenvolvidas pela instituição dirigida por Almiro de Carvalho Conceição durante a década de 1950 e o hiato que tomou conta do órgão quando dirigido pelos comunistas. Conseqüentemente pode-se afirmar que esse fato representou mais uma derrota do Partido Comunista, que dava mais um passo forçado em direção ao ostracismo.

Outra batalha entre os comunistas e Almiro de Carvalho Conceição acabou com a perda do domínio pecebista da Liga Alagoinhense de Dominó. O discurso de posse do ex-pecebista foi assim noticiado por *O Nordeste*:

O Presidente Sr. Almiro de Carvalho Conceição, logo que foi empossado fez um histórico do estado crítico em que a Liga se encontra, motivada pela inoperância do ex-Presidente e concitou a todos a trabalharem afim de soerguer aquela entidade e traçou logo sua plataforma, sendo que em obediência a esta, já foi reorganizada a nova diretoria do Santa Cruz Dominó Clube, com a presença do Presidente da LDA [Liga Desportiva de Alagoinhas], aprovados a reforma dos Estatutos e outros assuntos internos da Liga. (O NORDESTE, 13 mar. 1950, p. 2)

A matéria ressalta o suposto “dinamismo” de Almiro de Carvalho Conceição frente às más condições em que se encontrava a Liga Alagoinhense de Dominó, opondo-o à suposta “inoperância” do presidente deposto, Joaquim Cabral de Souza. No entanto, é preciso levar em consideração que a análise de *O Nordeste* acerca da atuação do militante comunista na presidência da Liga Alagoinhense de Dominó talvez tivesse por objetivo valorizar o presidente recém-eleito, visto que o possedista era próximo ao periódico no qual, inclusive, escreveu diversas notas e chegou a colaborar através de um texto que analisava o jogo político local, intitulada “Política e Políticos”. (O NORDESTE, 10 jan. 1953, p. 6)

Tudo indica que a ação de Almiro de Carvalho Conceição, ao tomar para si a direção da Liga Alagoinhense de Dominó, foi arquitetada com

alguma antecedência. Sua aproximação com a instituição recreativa já havia sido noticiada na décima quarta edição de *O Nordeste*, publicada em 31 de dezembro de 1948. A matéria revela os interesses do ex-militante que, na sanha de obter a confiança dos associados, compareceu na final do campeonato de dominó daquele ano, realizada no dia 19 de dezembro, no bairro de Alagoinhas Velha. Disputava o título de campeão alagoinhense de dominó o Aspirante, também chamado pelo jornal de “Vencedor”, e o Vitória Dominó Clube, que se sagrou campeão com o placar de 21 a 15. Segundo o matutino, estava presente “uma grande assistência” que “comprimia-se”. Com o final da partida, Almiro de Carvalho Conceição, que “estava presente àquela festa popular”, foi convidado pelo público a percorrer “aquelas artérias públicas em companhia de diversos moradores daquele bairro, inclusive o Cemitério local, sendo maior anseio daquela população a reorganização do mesmo. Percorreu também a sede do Aspirante, e o Posto policial”. (O NORDESTE, 31 dez. 1948, p. 8)

Em seguida, o locutor da partida anunciou ao público “o início de um *meeting*, no qual irá falar à grande massa que se comprimia naquele bairro o ex-ferroviário vereador Almiro de Carvalho Conceição”. Segundo *O Nordeste*, era de interesse geral ouvi-lo, pelo fato de o ex-comunista ter sido “eleito nas eleições de 21 de dezembro, pelos trabalhadores e pelo povo de Alagoinhas para o poder legislativo”, o que o obrigou a ficar “com a responsabilidade de ser o Delegado da classe Operária, desta cidade”. Almiro de Carvalho Conceição iniciou seu discurso lamentando o tempo exíguo para abordar satisfatoriamente as questões pertinentes à “classe Operária e aos moradores daquele bairro”. O vereador afirmou ter a obrigação de prestar contas de sua atuação na Câmara Municipal de Alagoinhas, “em benefício dos Trabalhadores, do povo desta próspera Alagoinhas”. Em seguida, citou o projeto de lei de sua autoria, para a construção do cemitério local e inclusão de subvenção no orçamento de 1949 para os pequenos clubes de dominó para que “possam aliviar um pouco sua situação aflita”. Almiro de Carvalho Conceição ressaltou a necessidade dos trabalhadores conhecerem “Leis do país, a fim de solicitar do governo o cumprimento daquilo que eles têm direito, bem como dar seu apoio integral, para que possam ser resolvidos os problemas de nosso povo”. (O NORDESTE, 31 dez. 1948, p. 8)

Almiro de Carvalho Conceição congratulou seus “caros colegas de classe, pela confraternização de ambas as sociedades operárias, demonstrando assim a união entre nossa classe, para a solução de nossos problemas”. (O MOMENTO, 18 fev. 1946, p. 4) Discurso semelhante ao que foi publicado em *O Momento*, em 1946, quando da reestruturação do Cruz de Ferro Esporte Clube. Na ocasião, o ex-comunista conclamou a classe trabalhadora a utilizar-se dos clubes desportivos para a solução de problemas mais imediatos. (O MOMENTO, 18 fev. 1946, p. 4) Em seguida, Conceição falou sobre a contribuição de Otávio Mangabeira e de Lauro de Freitas, com o governo municipal, para as etapas visando a implantação efetiva e ampla da luz elétrica na cidade. (PAIXÃO, 2009) Para finalizar sua alocução, Almiro de Carvalho Conceição afirmou que, logo que tivesse oportunidade, retornaria ao bairro de Alagoinhas Velha, “a fim de cogitar interesses da classe operária”. (O MOMENTO, 18 fev. 1946, p. 4) Com o fim do discurso, os presentes foram à sede do clube de dominó Aspirante, onde foram servidas bebidas e, precisamente às dezesseis horas e trinta minutos, o caminhão seguiu com destino ao centro da cidade.

A matéria revela que os intentos de Almiro de Carvalho Conceição frente aos trabalhadores e, em especial, junto aos associados da Liga Alagoinhense de Dominó, já se manifestavam, ao menos, desde 1948. Provavelmente, o ex-comunista compreendia que a instituição recreativa era também um espaço político, até porque, como vimos, as reivindicações no âmbito desportivo, citadas pelo vereador, figuram ao lado das questões de ordem política. Conseqüentemente, através da direção do organismo operário, o ex-comunista poderia promover-se, visando manter a confiança das bases que o elegera, assim como fez quando dirigiu clubes de futebol e criou o Círculo Operário de Alagoinhas por não conseguir retirar dos comunistas a direção do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas.

O fato é que a deposição de Joaquim Cabral de Souza, da Liga Alagoinhense de Dominó, representava mais um golpe na força política dos comunistas em Alagoinhas, o que minava ainda mais a coesão do Partido Comunista. Ao mesmo tempo, a cada vitória, Almiro de Carvalho Conceição apresentava-se como alternativa real e legal às bases e ao eleitorado pecebista – camadas de trabalhadores, em sua maioria fer-

roviários, com as quais o pessedista havia sido eleito no pleito anterior, quando era militante do Partido Comunista.

Com a vitória na disputa pela direção da Liga Alagoinhense de Dominó, o ex-ferroviário, de imediato, passou a utilizar-se da instituição recreativa para promover seu nome, visando às eleições que se realizariam em outubro daquele ano. Além de empregar as instituições operárias para promover-se frente aos operários locais, Almiro de Carvalho Conceição valeu-se do cargo de vereador para o mesmo intento. Em ambos os espaços, o ex-comunista empenhou-se em recuperar as bases que o haviam elegido, em 1947, quando militava no Partido Comunista e era um operário da ferrovia. A sanha em reconquistar suas bases eleitorais se explica pelo fato de Conceição ter abandonado seus velhos aliados, quando se filiou ao PSD, “um partido de patrões”, como o próprio afirmou em entrevista ao jornal *O Nordeste*, faltando poucos meses para o certame eleitoral, na tentativa de convencer os trabalhadores que ainda era um membro daquela classe, portanto, seu representante legítimo. (O NORDESTE, 11 ago. 1950, p. 1)

A atuação do ex-comunista na Câmara Municipal de Alagoinhas foi de destacada luta por melhoria das condições da classe trabalhadora local, em especial, os ferroviários. Essa ação veemente na Câmara Municipal de Alagoinhas, em defesa dos interesses dos ferroviários, teve o objetivo de tentar recuperar a confiança perdida junto ao seu eleitorado por conta da postura anticomunista assumida pelo vereador após sua filiação ao PSD, partido onde se concentravam alguns dos principais quadros da burguesia local. Se, por um lado, tais escolhas afastaram-no das camadas populares, por outro lado, Conceição buscou remediá-las com uma atuação plenária de destacada defesa dos interesses das camadas populares. Como já foi dito, o ex-comunista afirmava ser um “operário em partido de patrões”, discurso que sintetiza o estilo de sua atuação como vereador naquela legislatura, que implicitamente convidava os operários a reelegerem-no, se colocando enquanto um operário trabalhando em nome de sua classe e não como um político profissional. (O NORDESTE, 11 ago. 1950, p. 1)

Foi esse estilo de representação que pautou a atuação de Almiro de Carvalho Conceição na Câmara Municipal de Alagoinhas: a franca defesa

dos interesses das camadas populares, em especial daquelas formadas por ferroviários. Isso indica que, de fato, o ex-militante não estava interessado nas questões mais amplas da cidade, mas, especificamente, nos interesses e anseios da base eleitoral que o elegera. Sobre essa questão, o vereador foi acusado por seus pares, em duas ocasiões, de restringir suas petições a determinados bairros da cidade. (MORAIS, 2011, p. 66)

Ao que tudo indica, as críticas de seus adversários tinham razão de ser, pois, em entrevista a *O Nordeste*, publicada após o primeiro período legislativo, Almiro de Carvalho Conceição fez questão de afirmar que só faltara duas vezes às sessões, assim justificando-as: uma por motivo de saúde e outra por conta de uma viagem a Salvador para visitar um parente enfermo. Quando perguntado como tinha se dado sua atuação no legislativo municipal, o ex-comunista afirmou que suas ações estavam focadas na defesa dos interesses das camadas populares, elencando, em seguida, as moções por ele indicadas. Entre as ações mencionadas, algumas, de fato, relacionam-se diretamente com as camadas populares e os bairros ferroviários que votaram no ex-comunista no pleito anterior. Entre os requerimentos citados, chama atenção os seguintes: sobre a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários; o aumento de salário para os servidores municipais; reparos em esgoto na Rua 2 de Julho e no “triângulo” na rua 15 de novembro; construção do posto médico para o distrito de Aramari; construção de hospital para os ferroviários; preço do pão; construção do cemitério de Alagoinhas Velha; indicação dos festejos da rua 2 de Julho e limpeza nos bairros do Alto do Corte e Baixo do Corte.

Por outro lado, a categoria dos ferroviários era, igualmente, a que despertava maior interesse dos comunistas, até porque lá se encontravam os quadros mais experientes e de maior força dentro do partido. Além disso, é preciso ressaltar que os ferroviários eram, talvez, a mais experiente e tradicional categoria pertencente à classe trabalhadora alagoanhense. O fato é que Almiro de Carvalho Conceição buscou aproximar-se da categoria, iniciando o seu embate contra o PCB. Diga-se de passagem – ambos, tanto o PCB quanto Conceição, tentavam obter a liderança sobre o operariado alagoanhense.

Almiro de Carvalho Conceição, ele mesmo ex-ferroviário, aproveitava-se desse passado para buscar identificação com seu eleitorado, em sua maioria, os ferroviários da VFFLB.

O fato é que, apesar de Almiro de Carvalho Conceição ter atuado com o interesse de implementar melhorias aos bairros ferroviários, visando sua promoção política, e ter se aproveitado de parte da força política dos comunistas no movimento operário, isso não foi suficiente para sua reeleição no pleito de agosto 1950 e nas eleições posteriores.

Por fim, não seria exagero afirmar que o embate político entre Almiro de Carvalho Conceição e o Partido Comunista levou ambos à decadência. O ex-ferroviário minou a força dos comunistas, que já não se comparava àquela angariada durante os anos de legalidade, por conta dos efeitos da clandestinidade e do recrudescimento do anticomunismo. Além disso, os comunistas locais tinham que driblar a “esquerdização” deliberada pela direção do PCB para se manterem ativos na luta política e continuar fazendo frente as incursões do ex-comunista.

## **Baixas no Partido Comunista de Alagoínhas: os casos de Arabela e Vitório Pita**

Apesar de toda resistência empregada entre os trabalhadores e no jogo político local, os comunistas foram aos poucos sendo tragados pelo ostracismo. O processo foi provocado por diversos fatores, como foi dito na seção anterior. No entanto, somam-se a esses vetores, as baixas na direção do Comitê Municipal, com a saída de Maria Francisca Pereira, mais conhecida por Arabela, e do secretário político do PCB de Alagoínhas, Vitório da Rocha Pita.

Arabela abandonou publicamente o Partido Comunista em abril de 1950 e, em seguida, aderiu, também de público, à dita “campanha *autonomista*”, em agosto de 1950. Quase simultaneamente, no início da década de 1950, o PCB de Alagoínhas perdeu sua maior liderança, o ferroviário e secretário político do Comitê Municipal Vitório da Rocha Pita, que foi transferido para a cidade de Aracaju, capital de Sergipe, sob a acusação de “agitação comunista” pela direção da VFFLB.

Arabela publicou uma nota na edição do jornal *A Tarde* confirmando a sua saída do PCB e a sua adesão à “Coligação Democrática”, encabeçada pelo PSD e pela ala “autonomista” da UDN que, como foi dito, reivindicava para si o legado de uma corrente política que estava extinta. O jornal soteropolitano, que anos antes havia sido o quartel general do autonomismo, destacou a ação da ex-comunista, a ela referindo-se enquanto uma “[...] dirigente da ala feminina de um dos partidos de Alagoinhas”. No final da matéria, o *A Tarde* parabenizou a iniciativa de Arabela pelo “valioso apoio da ex-líder comunista”, evidenciando uma suposta relevância de Arabela, e até do próprio PCB de Alagoinhas, para a política local e estadual, uma vez que ali se comemorava a sua adesão à campanha ao governo estadual. Essa nota foi publicada na edição de agosto de 1950 de *O Nordeste*. Entretanto, o periódico alagoinhense, após citar a notícia, fez questão de colocar dúvidas quanto à adesão de Arabela, provocando: “Será mesmo?... Aguardemos”. (*O NORDESTE*, 18 ago. 1950, p. 8)

A frase de desconfiança de *O Nordeste* frente ao *A Tarde* revela a tentativa do matutino alagoinhense em desacreditar as palavras do jornal soteropolitano e de Arabela, que revelam um pouco da força política que a ex-militante tinha dentro do Partido Comunista, deixando implícita a relevância da sua atitude frente ao eleitorado alagoinhense faltando dois meses para o pleito. Nesse bojo, vale ressaltar que Arabela afirmou hipotecar sua solidariedade “e de mais sessenta e três eleitores que alistei” às fileiras “autonomistas”, contingente que não foi posto em dúvida pelo periódico alagoinhense, apesar de *O Nordeste*, naquele contexto, estar abertamente defendendo a campanha de Juracy Magalhães, principal adversário da ala autonomista da UDN, que apoiava Lauro de Freitas.

Especula-se que naquele momento havia um relacionamento entre Arabela e Vitório da Rocha Pita. Alguns entrevistados, como os irmãos Hidelbrando e Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias, e ex-militantes, como Eliseu Mendes da Silva e Antonio Mutti de Souza, afirmaram que a saída de Arabela do Partido Comunista se deu por conta do término da relação entre ambos, o que explicaria, em parte, seu abandono ao comunismo e adesão ao autonomismo.

O fato é que ambos protagonizam uma homenagem a Luiz Carlos Prestes, que teve a participação de membros do Comitê Estadual, em

12 de maio de 1946. O evento teve a cobertura de *O Momento*, que publicou a matéria na primeira página da edição de 14 de maio daquele ano, com o seguinte título (em letras maiúsculas): “ALAGOINHAS HOMENAGEIA PRESTES”. A notícia informava que vieram a Alagoinhas o secretário político do Comitê Estadual, Giocondo Dias, acompanhado dos dirigentes estaduais Aristeu Nogueira e Cosme Ferreira, além do militante Estanislau Santana, que “[...] foram àquela cidade para tomarem parte da solenidade de inauguração de um retrato do senador Luiz Carlos Prestes na sede do Comitê Municipal”. Segundo o periódico, a comitiva chegou a Alagoinhas às nove e meia da manhã, “[...] sendo festivamente recebida pelos dirigentes comunistas locais e o povo em geral”. *O Momento* ressalta ainda que “[...] a cidade estava toda embandeirada, apresentando um aspecto festivo”. Os visitantes foram à casa de Vitório Pita, secretário político municipal, onde foram recepcionados com um almoço de confraternização. Após a parada, seguiram para a sede do Comitê Municipal, “[...] onde realizaram uma sabatina, a qual foi muito concorrida”. O momento mais esperado ocorreu às 16 horas, quando “[...] foi inaugurado um retrato do senador Luiz Carlos Prestes, retrato oferecido pela militante comunista Maria Francisca”. O autor do texto destaca a emoção envolta naquela homenagem: “Foi um grande momento vivido por todos os presentes, sendo ressaltada na ocasião, pelos dirigentes Giocondo Dias e Vitório Pita, [...] a figura gloriosa do Cavaleiro da Esperança”. (*O MOMENTO*, 14 maio 1946, p. 1)

Após aquela solenidade, às 17 horas, os comunistas realizaram um comício na cidade. O primeiro orador foi Jonas Batista de Oliveira, “[...] que discutiu o problema da terra, mostrando a necessidade urgente do governo entregar as terras abandonadas, para que tenhamos mais produção e conseqüentemente (a) liquidação dos restos feudais”. Nesse trecho, novamente a questão sobre a entrega de terras improdutivas é ressaltada. Ponto que, como vimos, foi abordado no discurso de posse do secretário político do Comitê Distrital de Aramari, Manuel Quinto Ramos, em 1945, além de ter sido ressaltado na ficção de Maria Feijó, quando da estadia de sua personagem, Maria Luísa Peixoto, naquele distrito.

Em seguida, usou da palavra Cosme Faria, dirigente estadual e portuário que chamou a atenção quanto “[...] a situação do proletariado,

como classe de vanguarda e consciente”, denunciando, posteriormente, a situação que estava ocorrendo em Santos, onde a polícia estava impedindo que os estivadores lutassem contra Franco. (O MOMENTO, 14 maio 1946, p. 1)

Após Cosme de Faria, o estivador Estanislau Santana afirmou que o PCB era o único partido genuinamente nacional e interessado nos problemas do Brasil, “[...] bem como a necessidade imperiosa do povo se organizar para conquistar os seus direitos e lutar contra os restos fascistas existentes em nosso o país”. (O MOMENTO, 14 maio 1946, p. 1)

Vitório Pita usou a palavra e falou aos presentes sobre os problemas que afligiam o povo de Alagoinhas e a maneira de liquidá-los: “Como operário, mostrou aos seus companheiros o caminho de cada um deles: o ingresso no Partido Comunista, o partido do proletariado e do povo brasileiro”.

Por último, finalizando o comício, discursou Giocondo Dias. O secretário político se referiu “[...] às mais sentidas reivindicações do povo de Alagoinhas, como sejam: luz, água, esgotos, habitação, a falta de um Hospital capaz de atender aos moradores da cidade e como lutar para consegui-las”. (O MOMENTO, 14 maio 1946, p. 1) Giocondo Dias chamou a atenção quanto à reação fascista que se organiza no país para combater o Partido Comunista, com o objetivo de colocar o Brasil no *hall* dos países fascistas como Portugal e Espanha. O líder máximo do comunismo na Bahia chamou atenção do prefeito de Alagoinhas, afirmando que ele deveria “[...] marchar ao lado do povo, como único meio de resolver os problemas do município”. Giocondo Dias afirmou, já na finalização de seu discurso, que se o prefeito agisse desse modo, contaria com o apoio do Partido Comunista. Após o comício, às vinte horas, os comunistas promoveram “[...] um animado baile, finalizando, assim, as festividades”. (O MOMENTO, 14 maio 1946, p. 1)

A realização da solenidade promovida por Arabela em Alagoinhas foi aproveitada pelos comunistas para divulgação das ideias do partido e para fortalecer politicamente o CM. Na matéria, os militantes do PCB citam os problemas que afligiam o proletariado e as camadas populares de Alagoinhas, como a questão da terra e de saneamento básico, e, em seguida, apontam caminhos para solução dos deles. Tudo indica que,

naqueles anos, o PCB inaugurava na cidade um modo de fazer política. Postados na defesa dos interesses do povo e da classe trabalhadora, os comunistas se colocavam como seus representantes, sua vanguarda. Posicionamento político que lhes garantiria uma parcela do eleitorado, visto que haveria eleições em 1947 e o partido não deixaria de aproveitar aquela oportunidade de angariar novos membros e simpatizantes visando a disputa política que estava por vir.

Ao que parece Arabela era largamente conhecida na cidade por conta do destaque que havia angariado durante os anos em que se tornou uma famosa prostituta da Boa Vista, rua onde estavam localizados bares e cabarés da cidade. Fama que, inclusive, lhe rendeu referências na obra *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Na literatura, Arabela aparece através da personagem Florbela. Nos momentos em que a autora fala da Boa Vista, rua temida pelas jovens de família, Florbela é citada, como podemos ver a seguir, quando a narradora fala dos seus “fãs”, como o irmão da personagem principal, Marinho Peixoto:

O que lhe interessava (a Marinho Peixoto), e muito, eram os movimentos da rua ‘Boa Vista’, residência oficial das mulheres de vida fácil, lideradas pela extravagância oxigenada de *Florbela*, a rainha de todas, vinda das plagas de S. Cristovão... Rua essa que intimidava as mocinhas, quando de longe (éramos terminantemente, proibidas por nossos pais de por ali passar, sob qualquer pretexto) passarem por uma de suas transversais, pois, estavam arriscadas a ver um de seus fãs saindo de qualquer porta ou... as respectivas, conhecendo as meninas, davam de usar gestos indesejáveis além dos trajes que exibiam, ferindo o pudor adolescente... Era disso que Marinho gostava. (SOUZA, 1988, p. 131, grifo nosso)

A personagem Florbela também aparece em outro momento, reforçando uma postura de glamour e liderança da meretriz, povoando os sonhos do personagem Marinho Peixoto, irmão da personagem principal:

Numa rodinha ‘daquelas meninas, amigas de Zinha, aqueles fedelhos’, como a elas se referia, ele (Marinho Peixoto) só havia

de se achar presente para fazê-las rir, as bobas. (Para outras ‘coisas’, não. Estas outras ‘coisas’ ele só gostava de buscar na rua de Florbela e companhia...). (SOUZA, 1988, p. 152)

No final da década de 1940, Maria Francisca continuava utilizando a alcunha de Arabela e era proprietária da “Pensão Pernambucana”, o que indica que ela era dona de seu próprio negócio naquele ramo, o que lhe fazia ter contato com pessoas influentes na cidade. Tal posição talvez lhe garantisse poder político para, de fato, filiar mais de sessenta pessoas na suposta “campanha autonomista”.

É possível que haja ligação entre a desfiliação de Arabela e a transferência forçada do ferroviário Vitório da Rocha Pita, apesar de entendermos que essa questão exige maior investigação. Empossado no cargo máximo do Comitê Municipal de Alagoinhas no final de julho de 1945, sua liderança fez os comunistas locais avançarem consideravelmente nos campos político e sindical, consolidando a força do Partido Comunista na cidade. (O MOMENTO, 30 jul. 1945, p. 1) Entretanto, o líder comunista foi transferido para a capital sergipana no início da década de 1950, o que representou, talvez, a maior baixa sofrida pelo CM, seja por sua liderança entre os camaradas locais, seja por sua influência frente a direção estadual ou mesmo por conta de sua experiência de militância comunista. (CARTA DO CÍRCULO OPERÁRIO, 23 jul. 1952)

Certamente que a trajetória de Maria Francisca Pereira merece uma investigação com maior aprofundamento. Ser comunista e meretriz nas décadas de 1940 e 1950 significava viver sob o preconceito e a suspeita de toda a sociedade. No entanto, Arabela não se intimidou, se destacando como militante, prostituta e como uma senhora de negócios, enfim, como uma mulher possuidora de um poder de negociação.

Por fim, acreditamos que o ostracismo do Partido Comunista foi provocado por diversos fatores, dentre os quais se destacam as ações de Almiro de Carvalho Conceição no jogo político e no movimento operário local, que representavam o caminho para a sua sobrevivência política, visto que o ex-ferroviário passou a ser considerado um traidor pela classe trabalhadora e pelos comunistas. Também foram decisivas para o enfraquecimento

do partido as baixas ocorridas em seu quadro de membros, entre os quais se destacam o secretário político Vitorio da Rocha Pita e Arabela.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que o Comitê Municipal teve que sobreviver aos efeitos da “esquerdização” na organização partidária e ao avanço da repressão ao anticomunismo no país, como foi dito na seção anterior. Somam-se a todos esses fatores o contexto de suspeição e de perseguição anticomunista, fomentados pela repressão policial.

Apesar das adversidades, o Partido Comunista foi fundamental para o surgimento de novos representantes das camadas populares que, em sua maioria, eram oriundos da classe trabalhadora. Apesar de neófitos no jogo político eleitoral, ao que parece, parte desses novos quadros foram aceitos pelas massas por conta de sua militância no PCB de Alagoinhas. Entende-se que essa participação por si não tenha sido a única responsável, certamente que a tradição de representações operárias na Câmara Municipal e a defesa dos valores democráticos que os comunistas imprimiram em suas campanhas influenciaram a aceitação do PCB entre as camadas populares. Sobre essa problemática, não seria exagero afirmar que esses atores sociais se valeram da experiência política dos comunistas durante o período localizado entre 1945 e 1950 para trilhar os seus próprios caminhos. Questões que serão analisadas com maior profundidade no terceiro capítulo, quando será enfocada a influência do legado pecebista e das táticas políticas dos novos representantes da classe trabalhadora e das camadas populares para a correlação de forças na luta política ocorrida na década de 1950.

## Capítulo 3 - **Sobrevida e legado (1951-1956)**

Entre os quadros que ocuparam as cadeiras da Câmara Municipal, a partir de fevereiro de 1948, chama atenção a eleição do operário e ex-dirigente do PCB em Alagoinhas Almiro Conceição, pela legenda do PTN. Os demais membros que compuseram a Câmara eram, em sua maioria, proprietários de terra ou comerciantes. Carlos Nássaro da Paixão (2009, p. 78-79), em estudo sobre esse processo, considerou que houve uma renovação nos quadros políticos eleitos, em comparação aos vereadores da legislatura anterior – que tiveram sua trajetória interrompida pelo fechamento dos parlamentos com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937. Ele sustenta essa tese levando em conta que entre os eleitos no ano de 1947 somente o Francisco Batista esteve presente na legislatura anterior.

Sobre essa temática, Moisés Leal Morais (2011, p. 45) afirma que aquela legislatura não apresentou, de fato, grandes renovações, apesar de serem novos os quadros políticos da Câmara. Em discordância com Carlos Nássaro, ele esclarece que alguns dos supostos neófitos da Câmara eram, na verdade, membros de famílias influentes e ricas da cidade. Moisés Morais constata que a elite dirigente de Alagoinhas, for-

mada por comerciantes e proprietários de terra, prosseguia exercendo controle sobre a Câmara Municipal, mantendo membros de suas principais famílias no legislativo municipal.

No entanto, como vimos anteriormente, nas eleições municipais de 1947, o ex-ferroviário Almiro Conceição elegeu-se vereador pelas camadas populares, inaugurando uma atuação oriunda da classe trabalhadora na Câmara Municipal de Alagoinhas. Com a eleição de Almiro Conceição variados problemas que afligiam os setores populares passaram a ser discutidos pelo poder legislativo municipal, já que o referido vereador inseriu nas pautas da Câmara reivindicações dos seus eleitores.

Importa lembrar que os membros do PTB eleitos em 1947 – o médico Israel Pontes Nonato, então presidente do diretório petebista, e Felisbertino Sá de Oliveira, engenheiro agrônomo – não se envolveram com os problemas que afligiam a população durante as suas atuações na Câmara. Fato que revela que aqueles petebistas e, provavelmente, o diretório municipal do PTB, seguiam uma linha de atuação à parte dos interesses dos trabalhadores. No entanto, Almiro Conceição, que era membro do PSD, destacou-se na defesa dos interesses dos trabalhadores e dos setores subalternos na Câmara, como foi analisado na seção anterior.

Podemos dizer que foi o também ex-comunista Hidelbrando Dias que deu continuidade à luta pela melhoria das condições de vida das camadas populares e dos trabalhadores. Eleito para o cargo de vereador no ano de 1950, ele se destacou na defesa dos interesses do povo, assim como combateu as ações do prefeito Pedro Dórea. No entanto, o vereador teve seu mandato cassado por seus adversários políticos, em 1952, sob a acusação de falta de decoro parlamentar, questões que serão abordadas à frente.

Os casos de Almiro Conceição e de Hidelbrando Dias revelam que o alargamento da representação operária tentou ser estancado pelos membros da Câmara que defendiam os interesses das frações de classe às quais pertenciam. Não foi por acaso que, na legislatura seguinte, uma crise política sem precedentes se instalou na cidade. Crise que se deu por conta do confronto entre a bancada que defendia os interesses populares, organizada em torno da Frente Popular Democrática e o grupo governista, interessado em manter a sua hegemonia política.

Evidentemente que aquela reação se deu por conta dos interesses materiais em disputa que, por sua vez, dependiam da manutenção do *status quo*. Em outras palavras, os segmentos políticos que detinham o controle do poder legislativo sentiram seu domínio político ser ameaçado pelos novos membros operários. No entanto, o aumento do número de vereadores ligados à classe trabalhadora foi motivo de desconforto para os setores que compunham as camadas dominantes da cidade, acostumados a negociar entre os seus representantes o poder político local. Na legislatura de 1951 a 1954, esses membros estavam concentrados na UDN e no PSD.

Dentre os pessedistas, estavam Elias Amâncio de Souza, velho membro do partido que havia sido reeleito para defender as elites municipais, e José Lúcio dos Santos, popularmente conhecido como Coronel Santinho do Riacho da Guia. Este último carregava um histórico de participação política na Câmara iniciado no ano de 1907, quando ainda trabalhava na fazenda dos pais e fazia os preparativos para as eleições de Riacho da Guia, distrito de Alagoinhas. Em 20 de dezembro do mesmo ano, foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional e desde o ano seguinte ligou-se a Joaquim José Seabra. Coronel Santinho continuou envolvendo-se no jogo político, até porque se tornou um grande produtor de fumo e, posteriormente, de mandioca, além de criador de gado – também produziu milho e feijão, em menor escala. (LIMA, 2011, p. 31-34) Segundo as memórias de Maria da Guia Silva Lima (2011, p. 63), o Coronel Santinho, seu avô materno, tinha fortes ligações com Pedro Dórea, o que explicaria, em parte, a força do PSD naquela legislatura. Outro pessedista eleito foi Heitor de Souza Dantas que, ao que parece, era médico, juntamente com Orlando Azevedo. (PAIXÃO, 2009, p. 79) Ambos pertenciam a famílias que tinham poder econômico e político em Alagoinhas.

Quanto a UDN, importa lembrar que o vereador Milton Leite era engenheiro agrônomo, Horácio Leal Dantas era um pecuarista de famílias tradicionais, e José de Azevedo também era membro de uma família de tradição política na cidade, devido aos seus antecessores ter sido membros da Câmara de Vereadores, como foi o caso de Antônio Augusto Azevedo (1932) e Miguel de Azevedo (1936).

Já o PTB era formado por membros da classe trabalhadora: dois deles eram ferroviários, Eurico Costa e Thiago Evangelista; Romualdo Campos era trabalhador e líder dos operários dos curtumes; e Hidelbrando Dias que era funcionário público e tinha uma trajetória de inserção entre os trabalhadores, visto que ele havia sido filiado ao PCB e foi escolhido como orador do Centro Operário Beneficente desde a sua reestruturação no ano de 1948.

Com essa configuração, entende-se por que a Câmara foi palco e objeto de luta política entre os vereadores que defendiam os interesses das camadas sociais às quais pertenciam. Conflitos que, em diversas oportunidades, fizeram com que os vereadores das camadas abastadas da cidade colocassem de lado antigas rivalidades, numa união temporária, derrotando os seus inimigos de classe, como se deu durante o processo de cassação do mandato de Hidelbrando Dias.

Na legislatura seguinte (1955 a 1958), os vereadores operários fizeram uso das lições e da experiência política acumulada desde a redemocratização. Não foi por acaso que, logo na primeira sessão, eles declararam na plenária que estavam formando uma só bancada, a Frente Popular Democrática (FDP). Composta de seis vereadores – metade das cadeiras possíveis – a Frente se impôs como uma oposição organizada para a defesa dos interesses do povo. Com isso, mais uma vez, os vereadores ligados às classes dominantes da cidade tentaram novamente se unir, só que, nesta feita, a experiência política dos componentes da Frente foi um diferencial, aliaram-se a um de seus adversários, formaram maioria absoluta na Câmara e, conseqüentemente, o controle da Mesa Diretora. Situação que foi repelida por seus inimigos de classe, que se acumulou com a oposição sistemática que a Frente fez ao prefeito e seus adversários políticos na plenária e através do jornal *O Nordeste* durante todo o ano de 1955.

A FPD era formada, em sua maioria, por operários oriundos do PSD, PSP e UDN, como era o caso do funcionário público Hidelbrando Dias (PSP) e de seu irmão Hostílio Dias (UDN), reconhecido líder entre os ferroviários. Somaram-se a eles: o líder do sindicato dos operários das indústrias de couro e peles, o vereador Romualdo Campos (PSD); o “vereador do 2 de Julho”, João Ramos (PSD); e um advogado ex-udenista e ex-militar, mas que empenhou-se na oposição ao governo do prefeito

recém-eleito, Antonio Martins de Carvalho Júnior, durante a existência da FPD, João Nou (PSD). Além desses, havia ainda Amando Camões (PSD), que havia presidido a Associação dos Ferroviários de Alagoinhas. (MORAIS, 2011, p. 80)

O grupo que chamaremos de “governista”, por conta do apoio ao prefeito Carvalho Júnior, era formado por Eurico Costa (UDN), Horácio Leal Dantas (UDN), Armando Emídio Leal (UDN), Milton Batista de Souza Leite (UDN), Coronel Santinho (PSD) e Altamirano Campos (PSP). É notório que esse grupo era composto, majoritariamente, por membros da UDN, partido do prefeito, sendo que dois deles pertenciam à tradicional família Leal, como já foi dito. Também, chama atenção a eleição dos experientes líderes pessepistas e pessedistas. Quanto a Eurico Costa, provavelmente tratava-se de um operário que havia aderido ao *ethos* de seus inimigos de classe.

Durante aquela legislatura, a animosidade entre esses agrupamentos foi crescendo até se tornar insustentável para o grupo governista, que não aceitou a derrota na eleição para a Mesa da Câmara, o que significava a perda do direito de colocar em prioridade os projetos e resoluções de interesse das camadas que representava. Certamente que esses vereadores sofreram pressão das camadas que os elegeram e que viram seus futuros políticos ameaçados.

O fato é que ambos os agrupamentos tinham posicionamentos políticos definidos: a oposição, concentrada na FPD, se situava na defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas populares, ao contrário do grupo governista que centrava suas ações para a manutenção da hegemonia política das camadas sociais a que pertencia. (MORAIS, 2011, p. 94)

Não obstante, foi o acirramento da luta pelo controle da Câmara que conduziu ao confronto qual resultou na morte do secretário de governo e filho do prefeito Darcy Carvalho e nas prisões de Hidelbrando Dias, Hostílio Dias e João Nou.

Analisaremos primeiramente as ações dos comunistas no jogo político municipal, seguidas da luta travada na Câmara Municipal pelos representantes dos dois setores, durante a legislatura de 1951 a 1954, que teve como saldo a cassação do mandato de Hidelbrando Dias, em 1952. Por último, abordaremos a crise política instaurada pela agudização dos

conflitos entre os representantes dos trabalhadores e aqueles que defendiam os interesses da classe dominante local, entre os anos de 1955 e 1956.

## **Reminiscências do PCB na política alagoinhense**

Com a morte do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o PCB teve que se juntar às manifestações populares, se aliando aos trabalhadores e procurando minimizar os efeitos de ter sido até então um de seus inimigos declarados. Momentos antes do suicídio, os comunistas caracterizavam o Governo Vargas como serviçal do imperialismo norte-americano e, por isso, defendiam a sua derrubada. Porém, o suicídio do presidente foi o estopim de mudanças de ordem política e ideológica, que acabaram influenciando o partido no sentido de abandonar a linha do *Manifesto de Agosto* de 1950 e se inserir novamente, de forma massiva, no cenário político nacional. É verdade que essa inflexão não se deu automaticamente, mas à medida que o partido foi alvo da fúria popular, a sua política acabou modificada. (SEGATTO, 1995, p. 34-35)

Como foi demonstrado nas seções anteriores, nem sempre a linha oficial do PCB era seguida em sua plenitude, havia sempre espaço para arranjos regionais que, muitas vezes, contradiziam as orientações da direção nacional do partido. Em Alagoinhas, os comunistas não abandonaram o jogo político e as organizações sindicais ligadas ao estado. A linha do *Manifesto de Agosto*, que defendia o absentismo eleitoral e o voto em branco, por exemplo, não foi aplicada a nível local. Nas disputas eleitorais de 1950, os comunistas buscaram apoiar os candidatos do PSD à prefeitura e ao governo do estado da Bahia, Pedro Dórea e Lauro de Freitas, respectivamente. Além disso, os comunistas arriscaram a candidatura à vereança, como foi o caso do líder comunista e ferroviário Petrônio Pereira (pelo PTN), e resistiram como puderam à frente dos trabalhadores, principalmente à frente do Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, da Liga Alagoinhense de Dominó e da Cooperativa de Consumo dos Operários de Alagoinhas.

Nas eleições municipais realizadas em outubro de 1954, os líderes comunistas Otoniel Lira Gomes e Manuel Quinto Ramos candidataram-se

à Câmara Municipal pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT) e pela União Democrática Nacional (UDN), obtendo um total de 38 e 45 votos, respectivamente.

Otoniel Gomes, que era policial militar, tornou-se uma das maiores lideranças do Comitê Municipal de Alagoinhas. Nascido em Igreja Nova, Alagoas, em 03 de setembro de 1907, ao que parece, foi o sucessor do secretário político do CM, Vitorio Pita, que havia sido transferido para a cidade de Aracaju, no início da década de 1950, sob acusação de “agitação comunista”. (CARTA DO CÍRCULO OPERÁRIO, 23 jul. 1952) Apesar de as fontes não revelarem com clareza qual o cargo que Otoniel Gomes assumiu, na década seguinte ele se manteve na liderança do partido no âmbito municipal, ao lado de Aurélio Pereira de Souza.

Observa-se em *O PCB de Alagoinhas e o golpe civil-militar de 31 de março de 1964*, que Otoniel Gomes teve seus direitos políticos cassados uma semana após o golpe de Estado. Naquele ano, o líder comunista estava na suplência da UDN para a Câmara Municipal de Alagoinhas, quando o golpe de estado aplicado pelas Forças Armadas e por setores da sociedade civil se tornou realidade. Anteriormente, em 1962, o militante comunista liderou o Movimento Trabalhista Renovador e candidatou-se à vereança no mesmo ano. (SOARES, 2010, p. 36)

Em 1950, Otoniel Gomes publicou um livro intitulado *Entre nós dois* para homenagear sua família. De fato, a obra se refere fundamentalmente à família, evidenciando seu sofrimento por ter sido órfão de pai e mãe que, segundo o autor, se deu por conta da falta de assistência médica e social: “Na minha terra natal tem uma igreja e um convento bonitos, mas não sei se lá existe assistência social”. O militante aproveita o ensejo para afirmar que sua mãe, pouco antes de falecer, o entregou para um orfanato: “No ato extremo, antes um pouco, entregou-me à Nossa Senhora por não ter a quem me entregar. De abrigo em abrigo, alcancei os 16 anos de idade”. (GOMES, GOMES apud SOARES, 2010) Antes dessa passagem, o autor considera que seu sofrimento poderia ter sido evitado se a sua mãe tivesse recebido os devidos cuidados médicos. Assistência que a salvaria e, conseqüentemente, lhe proporcionaria a condição de ter tido uma vida normal.

Para Otoniel Gomes, aquele benefício deveria ser ampliado, minimizando o sofrimento e o número de órfãos, como ele afirma na primeira página da obra:

Nada de durável presumo do homem que por sugestão ou coisa parecida, procura com o insondável narcotizar seres que poderiam ter suas vidas aumentadas, e, por meio mais humano e real, viessem sofrer menos; e, que o número de órfãos, de luto, de lágrimas fosse reduzido... Creio, porém, no que ele possa fazer em benefício da humanidade. (GOMES, apud SOARES, 2010, p. 1)

Esse trecho revela pistas importantes acerca da atuação política de Otoniel Gomes que, importa lembrar, candidatou-se à vereança em Alagoinhas, ao menos em três oportunidades. Talvez o comunista tivesse nos meios eleitorais um caminho sólido para as reformas do Estado, independentemente da orientação do PCB. Além disso, filiar-se ao Partido Comunista certamente significava estar engajado na luta por melhorias nas condições materiais dos mais necessitados, revelando que o Partido Comunista se apresentava como uma alternativa à política, apesar da clandestinidade em que se encontrava e de sua leitura dos meios eleitorais.

Ainda sobre a obra de Otoniel Gomes, é importante chamar atenção que a autoria de um livro o destacava frente aos demais, garantindo-lhe uma condição de intelectual, haja vista que, na década de 1950, grande parte da população era analfabeta, ou mal sabia ler. Além disso, é possível que a obra tivesse o objetivo de lhe proporcionar votos para as eleições municipais, que se realizariam aproximadamente cinco meses após o lançamento oficial do livro.

Manuel Quinto Ramos, secretário político do Comitê Distrital do PCB em Aramari, e Otoniel Gomes candidataram-se à Câmara Municipal em 1954. Apesar de não terem sido eleitos, nesse caso, é importante considerar que a participação naquele pleito significa uma desconsideração à linha política oficial do PCB, visto que o partido mantinha a linha do *Manifesto de Agosto* de 1950. Convém ainda recordar que em seu IV Congresso, realizado em 1954, os comunistas deixaram claro sua des-

crença no *Manifesto* que pregava a formação de uma Frente de Libertação Nacional e a derrubada do governo. Em Alagoinhas, os comunistas adaptaram a sua situação às orientações dos *Manifestos* de 1948 e de 1950. Os militantes locais se preocuparam em manterem-se vivos no jogo político e ativos entre os sindicatos e instituições operárias de caráter oficial. Nesse contexto, certamente que a linha do partido estava clara e difundida. A defesa da Formação da Frente Democrática de Libertação Nacional foi amplamente divulgada na Bahia em *O Momento*, ao menos desde 1951.

As ações destoantes da linha oficial do Comitê Municipal de Alagoinhas podem ser justificadas pela falta de coesão interna do PCB, que havia sofrido um processo de diminuição em suas fileiras e passava por um momento de readaptação à clandestinidade. Além disso, a política oficial não era adequada às demandas do jogo político local. No entanto, não seria exagero afirmar que em 1954 a linha política oficial deveria estar amplamente difundida, mas que seguia não servindo à orientação dos comunistas alagoinhenses que, além de terem se candidatado, o fizeram sob o abrigo de legendas como a da UDN, como foi o caso do líder do Comitê Distrital de Aramari Manuel Quinto Ramos.

Segundo a documentação consultada, essas foram as únicas participações de membros do PCB naqueles anos. Até porque, ao que tudo indica, o partido passou por uma renovação em seus quadros durante a década de 1950. Desse modo, pode-se afirmar que o partido não deixou de existir, porém se reorganizou para voltar à cena política com mais força na década seguinte, atuando com relativo destaque na política alagoinhense durante os anos que antecederam o golpe de 1964. (SOARES, 2010)

Se os comunistas estavam com sua força política reduzida, seus ex-militantes continuaram pondo em prática grande parte do que tinham aprendido no PCB, principalmente a defesa irrestrita dos interesses mais imediatos dos trabalhadores e das camadas populares, como foi o caso de Hidelbrando Dias. Esse posicionamento de Dias lhe rendeu inimigos políticos e a cassação de seu mandato no ano de 1952, como veremos a seguir.

## O “Ato nº1”: a cassação do mandato do ex-pecebista Hidelbrando Dias

Nas eleições para o quadriênio de 1951 a 1954, o PTB aumentou para quatro o número de cadeiras no legislativo municipal. Naquele pleito, foi eleito um representante dos trabalhadores das indústrias de couro e peles, Romualdo Pessoa Campos, além dos ferroviários Eurico Costa e Tiago Evangelista dos Santos, e do funcionário público Hidelbrando Ribeiro Dias.

O resultado daquele pleito modificou significativamente a linha de atuação do PTB de Alagoinhas. Os neófitos petebistas eram membros da classe trabalhadora, sendo que dois dos quatro eleitos tiveram alguma relação com o PCB: Tiago Evangelista dos Santos, que foi o Secretário de Organização do Comitê Distrital de Aramari; e Hidelbrando Dias, que militou no partido durante o ano de 1946 até se desligar em repúdio ao apoio que o Comitê Estadual ofereceu à candidatura de Otávio Mangabeira.

Esses novos membros do PTB imprimiram em seus mandatos a defesa dos interesses das categorias as quais pertenciam – operários das indústrias de couro e peles e da VFFLB – e, de um modo geral, trouxeram à Câmara o debate acerca das demandas que afligiam a população alagoinhense. Para Moisés Morais (2010), o PTB de Alagoinhas ampliou a sua interlocução naquela oportunidade. Considerando essa observação, pode-se afirmar que foi a partir daquela legislatura que o diretório municipal do partido criado por Getúlio Vargas efetivamente atuou em defesa dos trabalhadores. Por outro lado, a atuação do PCB não ficou somente à sombra de seus ex-membros e ex-militantes, visto que, apesar da clandestinidade e do anticomunismo, os comunistas mantiveram-se ativos politicamente, principalmente quanto ao jogo político-institucional, não aderindo às deliberações da linha oficial, que orientavam os militantes a não se envolverem nas eleições e nos sindicatos oficiais.

Desde o início de seus mandatos que os petebistas Hidelbrando Dias e Eurico Costa empregaram suas forças na oposição ao governo do prefeito Pedro Dórea. Atuação que levou à intervenção do Diretório Estadual, por influência do governador Régis Pacheco, nas ações do PTB de Alagoinhas. Esta ação foi anunciada na primeira página de *O Nordeste*,

publicada no dia 6 de outubro de 1951, com o seguinte título em caixa alta: “VAI SER REESTRUTURADO O PTB: SERÁ ALIJADO O SR. ISRAEL PONTES NONATO”. Manchete de primeira página que informava quanto ao descontentamento da direção estadual do partido frente as ações do diretório alagoinhense. Segundo a matéria, o PTB de Alagoinhas “[...] não está(va) gozando as vantagens de coligado” (O NORDESTE, 6 out. 1951, p. 1), visto que o governo do Estado estava interessado no apoio dos trabalhistas, que em Alagoinhas estavam fazendo oposição ao possedista Pedro Dórea.

O governador da Bahia era do PSD, partido que se coligou com o PTB em apoio à candidatura que levou Getúlio Vargas à vitória, em 1950. E na disputa pelo governo do Estado da Bahia, os trabalhistas ficaram do lado de Lauro de Freitas, também do PSD, frente ao udenista Juracy Magalhães. No entanto, a disputa pela prefeitura de Alagoinhas teve uma configuração diferente do pleito à presidência: o PSD local venceu o pleito frente a UDN e o PTB, representados por Josaphat Paranhos de Azevedo e Carvalho Júnior, respectivamente. (O NORDESTE, 29 out. 1950) Certamente que houve um choque entre os interesses das esferas estadual e municipal, o que explicaria, em parte, a oposição exercida pelos petebistas Hidelbrando Dias e Eurico Costa ao governo do possedista Pedro Dórea.

Régis Pacheco pretendia trazer para a sua órbita os petebistas que estavam se opondo ao governo de seu aliado Pedro Dórea. Para isso, contou com o apoio da direção estadual do PTB, cobrando de Israel Pontes Nonato, presidente do diretório alagoinhense, uma intervenção frente aos petebistas que não estavam seguindo a diretiva estadual. Seguramente que o governador se referia aos vereadores Hidelbrando Dias e Eurico Costa. Segundo *O Nordeste*, Régis Pacheco declarou em discurso que estava interessado em fortalecer os laços com os petebistas e, para articular essa aproximação, o diretório estadual do PTB anunciou que retiraria Israel Pontes Nonato da presidência do partido o substituindo por Joaquim Mascarenhas, membro mais próximo do prefeito, para concretizar o apoio petebista ao governo municipal. (O NORDESTE, 6 out. 1951, p. 1)

Apesar dos esforços do governador, o embate entre os petebistas e o prefeito prosseguiu acirrado e resultou na cassação do mandato de Hidelbrando Dias. Trama que, ao que parece, foi arquitetada pelo prefeito, por influência política de Régis Pacheco, e orquestrada pela bancada governista, principalmente pelos vereadores Horácio Leal Dantas e Coronel Santinho, ambos da UDN. Ou seja, o interesse de livrar-se da oposição fez com que o dirigente do executivo municipal exercesse sua influência política para fazer valer a sua vontade, cassando o mandato de Hidelbrando Dias, em junho de 1952. (MORAIS, 2011)

O petebista havia sido eleito com um total de 340 votos de eleitores residentes em bairros proletários da cidade, como o 2 de Julho, a Baixa do Corte, e as Ruas Castro Alves e 1º de Janeiro, sendo o vereador trabalhista mais votado, o que não foi suficiente para evitar a cassação. Ao que tudo indica, esse ato autoritário foi perpetrado, também, por conta das posições políticas de Hidelbrando Dias em prol de melhorias para os bairros proletários da cidade. Posicionamento que lhe colocava em oposição ao prefeito e, ao mesmo tempo, incluía na Câmara a discussão acerca dos problemas do povo e da classe trabalhadora. (MORAIS, 2011, p. 62)

O petebista concentrou suas ações na busca por melhorias para a Rua 2 de Julho, Baixa do Corte, Rua Castro Alves e para o distrito de Aramari. Postura que, segundo o vereador, visava corresponder à confiança do seu eleitorado e, certamente, ampliar sua influência política. (MORAIS, 2011, p. 62) Segundo Moisés Morais, Hidelbrando Dias buscava corresponder às expectativas de seus eleitores. E, para isso, o vereador visitava as localidades onde se concentravam seus eleitores para procurar atender suas necessidades imediatas.

No entanto, a correlação de forças sofreu uma reviravolta no ano legislativo de 1952. Dois vereadores do PTB, o ex-petebista Thiago Evangelista e o líder curtumeiro Romualdo Pessoa Campos, foram expulsos do partido por conta da aproximação com Pedro Dórea. Ao mesmo tempo, a base aliada do prefeito ficou ainda maior com a adesão dos udenistas, como foi o caso do primeiro secretário da câmara, Horácio Dantas, eleito para o exercício de 1952. Isso selou, definitivamente, a aliança PTB-UDN. A partir de então, o prefeito Pedro Dórea governou com o apoio de quase

todos os vereadores da Câmara, sofrendo oposição somente dos petebistas Hidelbrando Dias e Eurico Costa.

Essa configuração política, formada pela adesão de vereadores do PTB e da UDN à liderança de Pedro Dórea, conduziu a uma situação de evidente cisão e de acirramento dos ânimos de ambos os segmentos: de um lado, os petebistas remanescentes a colocarem-se de forma radical àquela panorama; e do outro, o prefeito Pedro Dórea governava com o apoio de 10 dos 12 vereadores e continuava empenhado em cessar as vozes dos seus dois únicos opositores, como era o caso de Hidelbrando Dias.

Certamente que o petebista não imaginava que as críticas dirigidas aos seus colegas e ao prefeito render-lhe-iam a cassação de seu mandato. A cassação foi uma reação à sua proximidade com as camadas populares e às críticas que vinha fazendo à gestão de Pedro Dórea. A acusação de falta de decoro parlamentar foi apenas um subterfúgio criado para justificar o direito de cassar o mandato do vereador.

Todo o processo teve início no dia 20 de maio de 1952, quando o vereador Horácio Leal Dantas apresentou um requerimento para que Hidelbrando Dias fosse julgado. Em suas palavras, era “[...] incompatível com o decoro desta Câmara o procedimento do Vereador Hidelbrando Ribeiro Dias, pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, nos termos da Lei”. (ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Requerimento n. 16, 29 maio 1952) A leitura daquele requerimento ocorreu em sessão secreta da Câmara Municipal de Alagoinhas, realizada no dia 6 de junho de 1952, às 17 horas. Aquela reunião foi preparada especialmente para justificar e cassar o mandato de Hidelbrando Dias. O vereador não estava presente na reunião que selou o seu destino na Câmara, sendo informado sobre a sua cassação posteriormente, o que foi por ele contestado no mandado de segurança requerido ao judiciário alagoinhense. Ao contrário do que afirma o documento, não houve um debate acerca dos atos por ele cometidos, mas apenas uma torrente de acusações. Os vereadores Horácio Leal Dantas, Romualdo Pessoa Campos e Joaquim Batista Filho se revezaram em relatar atos que caracterizaram a suposta falta de decoro de Hidelbrando Dias.

Após os depoimentos de alguns vereadores sobre a postura de Hidelbrando Dias, o Coronel Santinho decretou:

Na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Alagoinhas, de acordo com a letra f do parágrafo 2º do Art. 48, combinado com a letra f do parágrafo 2º do Art. 59 da Lei estadual nº 140, de 22 de dezembro de 1948, Lei Orgânica dos Municípios, conforme pronunciamento desta Câmara declara cassado o mandato do Sr. Hidelbrando Ribeiro Dias, eleito para esta Legislatura pelo Partido Trabalhista Brasileiro. (ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Requerimento n. 16, 29 maio 1952)

Horácio Dantas aproveitou o franqueamento da palavra, após o decreto do presidente da Câmara, para chamar atenção novamente quanto à Lei nº 1, art. 48 e 59, que, segundo o vereador, dava amparo legal ao ato perpetrado pela Câmara. O vereador Joaquim Batista Filho ainda pediu um aparte para endossar as palavras do seu colega. O presidente declarou encerrada a discussão e deliberou que a votação secreta deveria começar imediatamente. Foi procedida a chamada e os vereadores dirigiram-se à Mesa Diretora com as cédulas de votação. Em seguida, o presidente convocou Altamirano Campos e Joaquim Batista Filho para fiscalizar a apuração que aprovou por unanimidade a cassação do vereador petebista.

Por fim, o presidente, declarou oficialmente o resultado, seguido da leitura do decreto de cassação por parte de Horácio Dantas:

Ato nº 1. A mesa da Câmara Municipal de Alagoinhas, no uso das atribuições que lhe são facultadas por lei, e cumprindo o deliberado por essa Câmara, em sessão secreta realizada em seis de junho corrente, resolve: considerar perdido o mandato, a partir desta data, do vereador deste município Hidelbrando Ribeiro Dias, nos termos e em conformidade com o disposto na letra f, parágrafo 2º, do Art. 48 da Lei estadual 140, de 22 de dezembro de 1948, combinado com o disposto no parágrafo 2º do Art. 48 da Constituição Federal da lei federal nº 211, de 7 de janeiro de 1948. Mesa da Câmara Municipal de Alagoinhas, 6 de junho de 1952. (ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Requerimento n. 16, 29 maio 1952)

Horácio Dantas, imbuído de legitimizar aquela ação, procurou ressaltar o suposto amparo legal para aquela sessão secreta, apresentando “[...] o requerimento verbal, de acordo com o Art. 64 da Lei nº 2 de 15 de outubro de 1949, para que seja incorporada a ata pública, a presente ata, que registra o assunto e as deliberações da presente sessão secreta”. (ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Requerimento n. 16, 29 maio 1952) Requerimento que foi imediatamente aprovado por unanimidade. Finalizada a sessão secreta, o presidente reabriu a sessão para a votação da ata daquela reunião, que foi aprovada por todos os presentes e, em seguida, incorporada à sessão ordinária e registrada no livro próprio.

Assim, percebe-se a preocupação dos vereadores em conferir legitimidade à reunião logo que a finalizaram, visto que este seria um ponto favorável à defesa do réu, logo fosse informado que havia sido cassado secretamente por seus pares. No entanto, as atas anexadas ao processo enviado ao Juiz da Comarca de Alagoinhas, que serviriam de prova para o ato perpetrado pela Câmara, evidenciam que não foi a falta de decoro que fez Hidelbrando Dias perder seu mandato, mas as acusações e denúncias que o vereador direcionou ao prefeito de Alagoinhas, durante o curto espaço de tempo em que ocupou uma cadeira na Câmara Municipal. Afinal, estava em jogo o destino político do prefeito, que havia perdido seu maior aliado, Lauro de Freitas, e precisava firmar-se politicamente com suas próprias forças. Com esse objetivo, o prefeito de Alagoinhas, com a ajuda do governador Régis Pacheco, conseguiu cooptar a bancada da UDN e metade dos vereadores eleitos pelo PTB. Com isso, o pessedista conseguiu maioria absoluta na Câmara Municipal, facilitando a aprovação de seus projetos e o combate aos seus adversários, como Hidelbrando Dias.

Sob outro aspecto, a cassação de Hidelbrando Dias relaciona-se aos interesses das elites abastadas que compunham a classe acostumada em administrar a cidade. Essa classe era a detentora do poderio político e econômico do município e estava interessada em fazer recuar o processo democrático liberal. Fica evidente que as forças políticas hegemônicas de Alagoinhas passaram cada vez mais a temer o avanço da classe trabalhadora no campo político, e para impedi-lo, ela lançou mão de todas as armas à sua disposição.

Importa lembrar que nas legislaturas anteriores, os membros da camada dirigente local só se preocupavam em negociar o poder político entre si. Consequentemente, o alargamento da democracia, após 1945, ofereceu às camadas populares a condição de inserir-se no jogo político oficial. No entanto, na década de 1950, em Alagoinhas, em que pese os esforços e as tramas dos setores que compunham o que podemos chamar de burguesia local, os trabalhadores continuaram o seu processo de consolidação enquanto grupo social e político ativo, conquistando cada vez mais espaços que eram cativos de seus inimigos de classe.

### **As eleições de 1954 em Alagoinhas: currais eleitorais, fraudes e denúncias**

A morte de Getúlio Vargas evidenciou o contexto conflituoso que vivia a democracia brasileira, visto que forças inimigas do ex-presidente falecido agruparam-se para evitar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, presidente e vice-presidente, eleitos em 3 de outubro de 1955. A tentativa de golpe foi impedida pela ação do ministro de guerra do então presidente Café Filho, o general Henrique de Teixeira Lott, em 11 de novembro de 1955. Kubitschek tomou posse e iniciou seu governo com um estado de sítio em curso. Segundo José Antonio Segatto (2010, p. 78), começou, naquele momento:

[...] um novo período da vida política brasileira, um período em que a questão democrática continuava colocada de forma crucial – reforçada pelas novas características da inserção das massas populares no processo político e em que as classes dominantes (excluídos os golpistas) puderam contar com um governo voltado para o desenvolvimento capitalista (Programa de Metas, ‘Cinquenta Anos em Cinco’ etc.).

Em Alagoinhas, Carvalho Júnior elegeu-se para Prefeitura Municipal com 3.013 votos pela UDN. Vítor Nascimento, candidato do PSD, gerente do banco Econômico e considerado favorito, obteve um total de 2.936 votos, ficando com o segundo lugar. Em última colocação ficou o petebis-

ta Israel Pontes Nonato, que teve um total de 695 votos. (MORAIS, 2011, p. 78) A previsão de *O Nordeste*, faltando dois dias para a realização do pleito, era de vitória fácil do pessedista, já que ele tinha o apoio da grande maioria das forças políticas municipais. Segundo o periódico, encontrava-se em posição contrária o *brigadeirista* Carvalho Júnior, que dispunha somente do apoio de Eurico Costa e Tiago Evangelista, ambos egressos do PTB que, assim como o candidato à prefeitura, haviam se filiado à UDN. No entanto, a vitória dos udenistas demonstrou que as previsões do jornal alagoanhense estavam equivocadas. (O NORDESTE, 30 set. 1964, p. 1)

Já em âmbito estadual, *O Nordeste* preferiu não fazer previsões frente à disputa entre Antonio Balbino e Pedro Calmon, apesar do comitê prol candidatura deste último ter reservado a quarta página do jornal, da edição de número 164, para realçar as características positivas de seu candidato. (O NORDESTE, 30 set. 1964, p. 1) Na edição seguinte, publicada em 29 de outubro de 1954, *O Nordeste* pôs na primeira página a seguinte manchete: “Sob clima de corrupção feriu-se o pleito. Por pequena margem, dependendo ainda de pronunciamento do T.R.E., vence Carvalho Júnior”. O jornal afirmava que houve falsos eleitores que, após votar na sede, foram transportados para os distritos para votarem novamente. O autor da matéria dizia que o pleito havia sido o mais corrompido da história. (O NORDESTE, 29 out. 1954, p. 1) Segundo *O Nordeste*, Antonio Balbino venceu de forma esmagadora, “[...] principalmente porque o operariado da Leste, em solidariedade ao seu ex-diretor Dr. Josafá Borges, votou maciçamente no candidato da dissidência pessedista, hoje governador eleito da Bahia”. Em seguida, o articulista informava que Pedro Calmon venceu somente nos distritos de Boa União, por conta da família Azevedo, e no Riacho da Guia, graças a influência do vereador Coronel Santinho. Em Aramari, reduto ferroviário, venceu Antonio Balbino. Essa opção política dos ferroviários demonstra que a categoria era de reconhecida força eleitoral, visto que supostamente se unia na escolha de um candidato. Ou seja, os operários da ferrovia tinham consciência de classe e unidade política. Condição que provavelmente está ligada à experiência adquirida na luta política por melhores condições e à influência do PCB. (O NORDESTE, 30 set. 1954, p. 1)

O jornal elogiou a postura de Israel Pontes Nonato, líder do Diretório Municipal do PTB, por conta de sua coerência ao manter-se na linha trabalhista de seu partido, e também João Batista de Almeida, juiz da comarca, por conta de sua atuação durante a contagem dos votos, quando a animosidade dos pesseditas e udenistas beirou a violência física. No subtítulo seguinte, intitulado “Uma atitude elogiável”, o autor da matéria proferiu elogios a Darcy Carvalho, filho do prefeito eleito, por conta de suas ações junto aos seus correligionários udenistas “[...] que, com o ardor de assalariados, pretendiam transformar o recinto das apurações em palco ou picadeiro de circo”. (O NORDESTE, 30 set. 1954, p. 1) Atitude que, segundo o jornal, lhe rendeu o respeito de seus adversários. Darcy Carvalho que acabou assassinado em uma sessão da Câmara. Situação que se deu devido à oposição que os membros da Frente Popular Democrática fizeram ao prefeito Carvalho Júnior, seu pai. Acontecimento que será analisado à frente.

No tópico seguinte, intitulado “Voltará Hidelbrando Dias”, o jornal fez questão de ressaltar que o vereador foi o mais votado, apesar da cassação de seu mandato, ao contrário de Horácio Dantas, “líder da cassação”, que não conseguiu se reeleger, mesmo com o apoio da família Azevedo. Em seguida, o autor da matéria discorreu sobre o resultado das urnas, afirmando que “[...] mais da metade da futura Câmara será de gente nova”. Por fim, a matéria informa quanto à apreensão de bombas, segundo o jornal, com grande poder explosivo, que estavam na posse de membros da “Passeata Carvalhista”, organizada para comemorar a vitória de Carvalho Júnior; as bombas estariam reservadas à residência dos adversários do grupo, como era o caso do ex-prefeito Pedro Dórea. (O NORDESTE, 30 set. 1954, p. 1)

Na coluna “Pontos nos ii...” do mesmo número, em tom de escárnio, *O Nordeste* publicou que, no Distrito de Boa União, até os mortos votaram e, em Araçás, onde havia um conjunto de autoridades, a eleição foi uma “[...] autêntica goiaba... podre”. (O NORDESTE, 29 out. 1954, p. 1)

Apesar das dúvidas, Carvalho Júnior teve sua votação aprovada pelo TRE e acabou enfrentando, talvez, os tempos mais difíceis na política alagoanhense. O udenista, poucos anos antes, era um dos líderes do PTB e havia sido conselheiro durante a década de 1920 e prefeito entre os anos

de 1937 e 1943. Carvalho Júnior não imaginava que teria que enfrentar um contexto político em que, diferentemente de Pedro Dórea, não tinha a maioria na Câmara. A situação era de empate, haja vista que dos 12 vereadores somente a metade estava disposta a colaborar com o prefeito. O restante, que era formado, em sua maioria, por operários, se organizou em uma única chapa, intitulada de Frente Popular Democrática, de oposição radical ao líder udenista. Era a primeira vez na história da cidade que os representantes dos trabalhadores estavam em condições de disputar com os representantes da burguesia local. Durante os anos de 1955 e 1956, a Câmara Municipal foi o palco da agudização da luta política em Alagoinhas que, ao final do segundo ano de legislatura, teve um saldo de um assassinato, um julgamento e três prisões, como veremos a seguir.

### **“Aguilhoadas” e atentados: os conflitos entre a FPD e o prefeito**

Seis dos 12 vereadores eleitos resolveram constituir uma bancada, intitulada de Frente Popular Democrática (FPD), para a legislatura de 1955 a 1958: Hidelbrando Dias, Hostílio Dias, Romualdo Campos, Amando Camões, João Ramos e João Nou eram seus membros efetivos. Além destes, também fazia parte do grupo o ferroviário José de Araújo Batista, que se encontrava na condição de suplente e, por vezes, assumia uma cadeira no legislativo municipal. (MORAIS, 2011, p. 79)

Chama atenção que a maioria dos membros da FPD era oriunda das camadas populares, como foi o caso dos ferroviários Hostílio Dias, José de Araújo Batista e Amando Camões; além de João Ramos, considerado o vereador do 2 de Julho, Romualdo Campos, operário das indústrias de couro e peles, e Hidelbrando Dias, funcionário público. Somente o líder da Frente, João Nou, destoava do restante, por ser advogado e ter sido primeiro-tenente da Polícia Militar, até pedir a sua exoneração no ano 1950. (MORAIS, 2011, p. 79)

Os membros da Frente Popular Democrática afirmavam que a bancada tinha como objetivo a defesa dos interesses das camadas populares. E foi partir da tentativa de seguir essa orientação que seus membros agi-

ram na Câmara de Vereadores, pelo menos os mais ativos, como foi o caso de João Nou e dos irmãos Hidelbrando e Hostílio Dias.

No início de 1955, João Nou, que se tornaria o líder da FPD em abril daquele ano, era um dos redatores de *O Nordeste* ao lado do jornalista Godinho Carneiro. Na edição publicada em 9 de janeiro daquele ano, o vereador recém-eleito publicou que estava reassumindo a coluna no periódico para afirmar publicamente que, de posse do cargo de vereador, desejava ser a “onça municipal” [...] desempenhando o mandato que uma parcela do povo deste município me outorgou”. Em seguida, afirmou que iria “[...] cuidar das coisas desta terra e não ficaria calado quando acharia que deveria falar”. (O NORDESTE, 9 jan. 1955) O autor declarou que suas posições políticas giravam em torno da defesa dos interesses das camadas populares e que a atividade de colunista naquele jornal seria uma extensão de sua ação legislativa.

A coluna foi batizada de “Aguilhoadas”. Nome que faz jus ao conteúdo dos textos nela publicados, visto que foi através desta sessão que, durante os anos de 1955 e 1956, o líder da Frente fez denúncias sobre problemas municipais e provocações aos seus adversários políticos. Além disso, o vereador aproveitava o espaço no jornal para divulgar informes sobre as ações da FPD e de seus aliados na cidade e no Estado da Bahia. João Nou era um dos líderes de *O Nordeste*, ao lado de Joanito Rocha, que era diretor e proprietário do jornal. Anteriormente, ele havia sido o responsável pela coluna intitulada “Panorama Condensado”, mas, em 1955, quando retornou à posição de colunista, João Nou preferiu modificar o título de sua coluna para *Aguilhoadas*.

Além do vereador, passou a fazer parte da redação do jornal o também membro da FPD, Hildebrando Dias, ao menos, a partir de junho de 1955. Consequentemente, não seria exagero afirmar que o jornal era um dos componentes da ação da Frente, o que pode explicar porque *O Nordeste* foi, por mais de uma vez, alvo da ação de criminosos. Certamente que a linha editorial do periódico seguia as orientações e objetivos da FPD, visto que ambos tinham o mesmo líder. Desse modo, pode-se considerar que aquela bancada de operários, além de ser formada pela metade dos membros da Câmara, tinha *O Nordeste* à sua disposição. O periódico era um tradicional veículo informativo que estava chegando aos oito anos

de ininterrupta publicação semanal em Alagoinhas e sempre publicava matérias de cidades como Rio Real, Entre Rios e Esplanada. Além disso, tudo indica que *O Nordeste* era o maior jornal em atividade na cidade. (SETE DIAS, 1955, p. 6)

Sob essa ótica, temos pistas para compreender por que o jornal foi alvo da ação de criminosos por mais de uma vez. O primeiro assalto ocorreu no dia 23 de fevereiro de 1955, quando sua sede foi invadida, roubada e incendiada. O crime foi analisado nas páginas da edição de 4 de março de 1955, a qual estampava na primeira página a matéria com a manchete: “O ‘O Nordeste’ continua vivo”. O texto informa detalhes sobre o crime, ressaltando, em seguida, que havia pessoas auxiliando na reconstrução do jornal. O articulista aproveitou a oportunidade para reafirmar a postura ideológica do jornal:

[...] (*O Nordeste*) até aqui tem sido – e há de continuar sendo – uma trincheira e uma tribuna indestrutíveis na defesa dos legítimos interesses da coletividade, da honra e da dignidade alagoinhense, e de todos aqueles que trabalhem, progridam e vivam honestamente nesta terra. (O NORDESTE, 4 mar. 1955, p. 1)

Discurso ideologicamente muito semelhante àqueles proferidos pela FPD quando afirmou que o jornal permaneceria atuante contra seus adversários, deixando subentendido que ele permaneceria como um instrumento de luta da Frente.

Ainda no rodapé da primeira página, o jornal pedia a contribuição do público para restabelecer suas atividades, visto que, além do incêndio, o jornal tinha sido furtado em um rádio “Philips mixto” e uma máquina de escrever portátil “Shimit Corona”. Em seguida, o editor realçou o auxílio prestado pelos “forasteiros” da empresa Cine Azi, “[...] que inegavelmente é um orgulho para Alagoinhas, através de seus dignos e ilustres sócios José da Silva Azi – que se elegeu prefeito em 1958 – Alberto da Silva Azi e Lourivaldo da Silva Azi [...]”. O articulista informava, ainda, que os empresários colocaram a renda de seu “[...] moderno e grandioso estabelecimento de diversão pública, para um festival em benefício da

pronta e inadiável circulação, costumeira, deste glorioso hebdomadário”. (O NORDESTE, 4 mar. 1955, p. 1)

Vê-se que foi por conta da ação dos empresários da família Azi que *O Nordeste* conseguiu manter a regularidade na publicação de suas edições. Certamente que essas contribuições estavam eivadas de interesses políticos, visto que *O Nordeste* era um jornal de considerável inserção social na região. Na última página daquela edição, foi divulgada a exibição do filme *O marujo foi na onda* no Cine Azi e, na matéria intitulada “Solidariedade”, consta o nome das pessoas e das instituições que se colocaram à disposição de ajudar na reconstrução do jornal. Por fim, o cinema local é chamado de “orgulho de Alagoinhas”, exaltando aquele que, provavelmente, foi o maior contribuinte para a sua reconstrução.

João Nou, em sua coluna *Aguilhoadas*, aproveitou para enviar um recado aos seus adversários, afirmando que o periódico não tem mágoas quanto aos “ladrõezinhos” que foram os executores daquele crime, mas aos seus autores intelectuais e verdadeiros interessados em prejudicar *O Nordeste*, a quem o autor chamou de “ladroesões”, sugerindo que aquela ação foi articulada pelos adversários políticos da FPD e de *O Nordeste* (4 mar. 1955, p. 1).

Apesar do assalto, o jornal continuou colocando-se como um veículo de denúncia de problemas relacionados ao poder público e noticiando as atividades dos membros da FPD e de seus aliados políticos durante todo o ano de 1955, ano em que se acirraram os ânimos na Câmara Municipal. No dia 31 de dezembro, *O Nordeste* noticiou que havia sido alvo de criminosos mais uma vez. Na matéria intitulada “Roubado o ‘O Nordeste’”, o autor do texto considera estranhas as retaliações que o jornal vinha sofrendo, afirmando que elas têm relação direta com o teor das notícias por ele divulgadas, principalmente denúncias quanto “[...] aos fatos vergonhosos ocorridos nessa cidade [...]”. O autor chama atenção quanto à passividade das forças policiais frente aos delitos, deixando subentendido que essas ações teriam um teor político, visando reprimir o jornal.

Tudo indica que os redatores de *O Nordeste* estavam com razão quando especularam que seus adversários políticos tinham sido os autores intelectuais daqueles crimes. Nesse caso, é fundamental lembrar que o periódico era formado por membros da FPD, excluindo-se o Diretor e

proprietário Joanito Rocha e o jornalista Godinho Carneiro que, provavelmente, eram simpatizantes da Frente. Além disso, durante todo o ano de 1955, o jornal foi, talvez, o maior instrumento de denúncia e crítica à administração municipal.

Já na edição de número 175, João Nou, na coluna *Aguilhoadas*, mandou um recado ao prefeito eleito, que chamou de “Tonico Martins”, afirmando que estaria vigilante às ações de seu governo, para “aplaudir ou combater”, a depender do cumprimento ou não de suas promessas de campanha. (O NORDESTE, 29 mar. 1955) O líder da FPD iniciava sua oposição antes mesmo da bancada ser oficialmente formada.

No número 176, *O Nordeste* publicou uma matéria detalhando as eleições e a posse dos componentes que seriam os responsáveis por dirigir a Câmara Municipal. Segundo o jornal, a disputa pela direção se deu entre as chapas encabeçadas por Hidelbrando Dias e Eurico Costa, que, apesar de terem sido aliados na legislatura anterior, naquele momento, estavam de lados opostos. Houve duas votações: na primeira, venceu o membro da FPD por um voto. No entanto, por ter havido um voto em branco foi realizada outra eleição na qual a situação se inverteu: por um voto, a chapa de Eurico Costa saiu vencedora. Da FPD, somente se elegeu o vereador Romualdo Campos, que assumiu o posto de segundo secretário, após ter sido convencido por João Nou e Hidelbrando Dias a desistir da renúncia. A assunção de Romualdo Campos no cargo de segundo secretário foi fundamental para que a Frente chegasse ao poder, obtendo a direção da “Mesa da Câmara” no ano seguinte. Segundo *O Nordeste*, a direção da Câmara ficou assim constituída: presidente, Eurico Costa (UDN); vice-presidente, Altamirano Campos (PSP); primeiro secretário, Milton Leite (UDN-PDC); segundo secretário, Romualdo Campos (PSD). (O NORDESTE, 16 abr. 1955, p. 1) O jornal chamou de “calmonistas” os membros da chapa que se elegeram naquele momento, em referência ao apoio por eles dado ao candidato Pedro Calmon durante a campanha ao pleito ao governo do estado da Bahia.

Na primeira sessão da Câmara, João Nou fez um longo discurso em que analisou a situação do país naquele momento e, em seguida, retomou as acusações de fraudes ocorridas na eleição anterior que favoreceram Carvalho Júnior. O vereador finalizou sua alocução afirmando que a

sua bancada não faria “oposição sistemática” ao líder do Executivo, mas “[...] estaria sempre vigilante e pronta a colaborar nos atos do interesse geral, advertindo o Prefeito para que não se envolvesse em negociatas e não se deixasse conduzir pelos agentes da corrupção”. Hidelbrando Dias e Romualdo Campos falaram na sequência, “[...] ambos acentuando as suas responsabilidades de líderes populares [...]” e, em seguida, convidaram Carvalho Júnior a se unir com o povo “[...] em busca das soluções para os mais graves problemas do município”. (O NORDESTE, 16 abr. 1955, p. 1)

Ao final, Carvalho Júnior discursou sobre sua plataforma de governo, fazendo, em seguida, um apelo “[...] de paz e trabalho e acentuando que como prefeito, ao fim da vida, não se prestaria a instrumento das paixões de quem quer que fosse”, defendendo-se das insinuações de seus adversários políticos. (O NORDESTE, 16 abr. 1955, p. 4) Provavelmente, Carvalho Júnior se referia às sugestões de João Nou, que havia lhe aconselhado a utilizar-se de sua longa experiência política, em vez de dar ouvidos aos bajuladores, visto que estes acabariam impedindo-o de ter a visão “do homem e das coisas”. (O NORDESTE, 16 abr. 1955, p. 2)

O jornal *O Nordeste* pôs três fotos daquela sessão. Na primeira, vê-se o cumprimento do vereador Hidelbrando Dias ao prefeito recém-eleito; a segunda retrata João Nou discursando; e na última vê-se a Mesa Diretora empossada naquela sessão, sob a direção de Eurico Costa.

Durante todo o ano de 1955, *O Nordeste* publicou matérias denunciando a gestão de Carvalho Júnior. Na edição de número 180, datada de 10 de junho, foi publicada na primeira página a matéria com o seguinte título: “O prefeito está sendo manobrado”. Segundo o jornal, o prefeito não estava cumprindo as suas promessas de campanha e o pior: estava sendo conivente com as ações escusas de seu aliado político Porphirio Leal Araújo. Na edição seguinte, datada de 22 de junho, também na primeira página, constava a seguinte matéria: “Novos monstrenhos serão construídos”, a qual criticava as medidas do prefeito acerca das construções e alterações nas ruas cidade. (O NORDESTE, 10 jun. 1955, p. 1)

Quando o alvo não era o prefeito, o jornal atacava o seu partido, a UDN, como fica evidente na matéria publicada na edição 184, de 21 de julho, intitulada “A UDN foi um partido”. O texto faz um histórico do

partido, afirmando que ele se encontrava em plena decadência devido à heterogeneidade de seus quadros e às ações ilegais adotadas por seus líderes frente aos pleitos anteriores.

O jornal seguiu essa linha durante todo o ano de 1955: a crítica ao prefeito e seus aliados em sua primeira página, ao tempo em que destacava as ações de seus aliados políticos, como era o caso das matérias sobre as ações de Manuel Novais, ou mesmo o comício do então candidato à presidência Juscelino Kubitschek. *O Nordeste* deixava claro as suas preferências políticas nas matérias que publicava. Talvez por isso, no final daquele ano, sua sede tenha sido novamente atacada.

Durante o período legislativo, os membros da FPD colocaram em prática sua perspectiva política de representar as camadas populares. Segundo Moisés Moraes, era comum aos membros da Frente ir até os bairros proletários, a exemplo do 2 de Julho e Baixa do Corte, para conversar com os moradores em busca de reivindicações a serem postas em discussão na Câmara. Além disso, o autor se refere a um comício que os membros da Frente realizaram na Rua 2 de Julho, onde ficou evidente a animosidade entre seus membros e a UDN, visto que Hostílio Dias acusou o prefeito de abusos e o seu partido por apropriação ilegal de terrenos dos tabuleiros. Para Moraes, a FPD foi o maior exemplo de interlocução entre representantes políticos e as camadas populares. (O NORDESTE, 28 ago. 1955, p. 1)

Ao mesmo tempo, os setores que compunham a elite política não admitiam ver seus interesses sendo expostos ao grande público pelo jornal e analisados pelos vereadores oriundos da classe trabalhadora. Nesse ponto, a conquista da direção da Câmara se apresentava como um objetivo da FPD e uma posição a ser mantida para os vereadores governistas. E foi a luta pelo domínio da direção da Câmara que conduziu os vereadores alagoanhenses ao confronto, que resultou na morte de Darcy Carvalho e na prisão de alguns dos principais membros da Frente: João Nou e os irmãos Hidelbrando e Hostílio Dias.

No entanto, os conflitos entre os membros da Frente e os aliados do prefeito tiveram início antes mesmo da sessão de posse na Câmara, no ano legislativo de 1956. No final do ano anterior, *O Nordeste* continuou criticando Carvalho Júnior e as ações de seu partido, a UDN, ao tempo em

que, exaltou as atividades políticas da FPD. Não obstante, em fevereiro, o vereador Hostílio Dias foi atacado por dois homens que, segundo o jornal, tinham ordens do prefeito para assassinar o membro da Frente. O vereador defendeu-se dos atacantes que, segundo *O Nordeste*, o agrediram, mas o líder ferroviário “[...] repeliu corajosamente os seus agressores [...]”. Tratava-se de dois homens que o abordaram na Rua Graciliano de Freitas, local onde está localizado o prédio da prefeitura. Segundo o jornal, um deles estava armado com uma faca “peixeira”. (O NORDESTE, 25 fev. 1956, p. 1)

O periódico chama atenção que, horas depois, os membros da FPD souberam que, desde o dia anterior, a polícia militar procurava Hostílio Dias para revistá-lo e com isso ter a certeza de que ele estaria desarmado, o que facilitaria a ação dos criminosos. Indício de que o delegado municipal teria envolvimento naquele caso, principalmente com o prefeito que, segundo o jornal: “[...] pessoalmente dissera ao vereador Hostílio Dias que seus passos estavam sendo seguidos e que abrisse os olhos”. *O Nordeste* afirma que aquela agressão foi uma retaliação à “campanha de esclarecimento que vem fazendo o vereador [...] contra a onda de ilegalidades que cresce na cidade provinda das ordens absurdas do chefe do governo municipal”. O autor do texto chamou Carvalho Júnior de “recalcado”, por vingar-se do vereador daquele modo pelo sucesso de Hostílio Dias ao fazer o carnaval voltar à Praça Rui Barbosa, onde residia o ex-prefeito Pedro Dórea, inimigo de Carvalho Júnior. (O NORDESTE, 25 fev. 1956, p. 1)

A tentativa de homicídio ao membro da FPD era uma prévia dos fatos que ocorreriam naquele ano, onde a luta pela hegemonia política na Câmara Municipal levou o grupo governista a não hesitar em fazer uso de todas as armas possíveis. No entanto, isso não foi suficiente para impedir a vitória política de seus adversários, que conquistaram o poder político, mas, tiveram que responder pela morte do secretário de governo e filho do prefeito, Darcy Carvalho.

## **A FPD chega ao comando da câmara**

A sessão que deu início aos trabalhos da Câmara Municipal foi marcada para o dia 7 de abril de 1956. O clima de tensão aumentou à medida que se aproximava o momento de início do ano legislativo. Ao longo de 1955, os vereadores estavam divididos em dois grupos, cada um deles com um total de seis membros. Essa equação evidencia o impasse político que a cidade atravessava. Entretanto, em 1956, o vereador Armando Leal optou por abandonar a UDN e apoiar as candidaturas de JK e Jango, deixando evidente que havia rompido com seus aliados que, ao que parece, dividiram-se entre apoiar Adhemar de Barros (PSP) e Juarez Távora (UDN) à presidência do Brasil. Ambos os candidatos, além de Juracy Magalhães (UDN) que discursou em nome de seu correligionário, realizaram um comício em Alagoinhas nos dias que antecederam a eleição daquele pleito.

O impasse político se transformou em conflito aberto entre o grupo situacionista e a FPD na eleição da Mesa Diretora para aquele ano, visto que a bancada de oposição passou a ter ao seu lado o vereador Armando Leal. (MORAIS, 2011, p. 97) A partir de então, a Frente passou a ter seis membros e um aliado, obtendo, conseqüentemente, a maioria das cadeiras da Câmara. Vantagem numérica que proporcionaria a condição de obter aprovação de seus projetos e propostas e embargar os interesses do prefeito e de seus aliados. Para consolidar aquela vitória, cabia à Frente obter o controle da Mesa Diretora da Câmara. Vitória que era uma questão de tempo. Sobre essa questão, fica evidente que a saída de Armando Leal da UDN e a aliança com a bancada havia sido negociada previamente: o vereador udenista abandonaria os seus antigos aliados em troca da sua eleição à presidência da Câmara, visto que a FPD teria a maioria absoluta de votos. Essa estratégia política foi apelidada de “Fórmula João Ramos”, já que havia sido o “Vereador do 2 de Julho” o seu autor. (O NORDESTE, 11 abr. 1956, p. 1)

A estratégia da oposição foi posta em prática no dia 7 de abril de 1956, data de reabertura dos trabalhos do legislativo municipal. O presidente anterior, Eurico Costa, abriu os trabalhos, chamando para compor a mesa as autoridades presentes, dentre as quais o prefeito. Ação que foi contestada por João Nou. Segundo o líder da FPD, cabia ao então pre-

sidente, em primeiro lugar, dar andamento à eleição da Mesa Diretora, que se responsabilizaria em obedecer ao protocolo. Eurico Costa desconsiderou aquelas observações e novamente convidou as autoridades para se acomodarem na sessão. Aquela atitude fez com que os membros da FPD se retirassem da sessão. O presidente aproveitou para encerrá-la por conta da presença da bancada governista. A sessão foi retomada em seguida, devido à reconciliação entre ambos, realizada pelo juiz João da Costa Batista. Retomado os trabalhos, Eurico Costa reafirmou que dava encerrada aquela sessão, visto que a sua bancada estava politicamente derrotada. Consequentemente, o presidente e seus aliados retiraram-se, mantendo o impasse. Os sete vereadores presentes entenderam que não cabia ao vereador Eurico Costa finalizar a sessão, mas ao presidente que deveria ser eleito naquela oportunidade. Com a saída do presidente e do vice, além do primeiro-secretário, cabia ao segundo secretário, o membro da FPD Romualdo Campos que, no ano anterior, quase renunciou àquele cargo, assumir a presidência. Com o reinício da sessão, foi realizada a votação que elegeu Armando Leal à presidência, João Nou foi eleito para a vice-presidência, Hidelbrando Dias ficou como primeiro-secretário, e Romualdo Campos manteve-se como segundo secretário. (MORAIS, 2011, p. 98)

A eleição dos membros da FPD à direção da câmara desagradou a situação, que tratou de usar da força para combater seus adversários. Segundo Moisés Morais, Eurico Costa acionou a polícia militar e a guarda municipal que cercaram a Câmara Municipal. Armando Leal buscou intervir junto ao delegado, o que resultou na retirada das forças policiais do prédio. No entanto, Eurico Costa entrou com uma ação no poder judiciário,

[...] solicitando a busca e apreensão das chaves do edifício da Câmara de Vereadores de Alagoinhas e o envio de outra guarnição para o lugar. O juiz teria acatado a ação e requisitado a referida guarnição policial ao Coronel do Batalhão da Policial, o qual ‘conferenciou longamente com o juiz e mais tarde oficiou negando-lhe a força requisitada’. (O NORDESTE, 11 abr. 1956, p. 1)

O impasse permaneceu, visto que a bancada governista decidiu não comparecer nas quatro sessões anteriores. No entanto, a luta entre as duas forças políticas locais assumiu, em passos largos, a busca pelo confronto. João Nou e Hidelbrando Dias permaneceram em *O Nordeste* criticando as ações de Carvalho Júnior e de seus aliados. A certa medida, a situação tornou-se insuportável para ambos os lados. João Nou em sua coluna chamou o prefeito de desumano e desonesto, por conta da situação da cadeia municipal. Para defender-se, o prefeito distribuiu um boletim que, segundo o líder da FPD, convidava-o para um debate, além de argumentar ao seu favor frente às acusações de João Nou. Ação que foi ridicularizada pelo vereador na sessão da Câmara ocorrida no dia 5 de maio de 1956, onde ele rebateu a proposta do prefeito, convidando-o para um debate no Cine Azi. Ao mesmo tempo, João Nou também desafiou Darcy Carvalho, filho do prefeito, afirmando que ele deveria ter defendido o seu pai, o que teria evitado a sua ridicularização pública. Afirmando, em seguida, que seu fizessem o mesmo com o seu pai, Desembargador em Sergipe, ele trataria de defendê-lo. Ao chamar Darcy Carvalho indiretamente de covarde e omissor, João Nou fez o suficiente para que Darcy Carvalho decidisse partir para a violência física na próxima sessão da Câmara.

## **O Repto de honra e a desarticulação da FPD**

Durante todo o ano de 1956 os representantes das elites locais tiveram que se conformar em ver seus interesses e objetivos sendo postos no mesmo patamar das demandas das camadas populares. Ao mesmo tempo, as denúncias veiculadas na imprensa local e as provocações ao prefeito e a Darcy Carvalho compuseram um cenário de acirramento dos ânimos de ambos os lados que resultou num confronto de consequências funestas.<sup>1</sup>

---

1 Chama atenção que Darcy Carvalho era uma pessoa que gozava do respeito de seus aliados e de seus adversários políticos, o que fica evidente nos elogios de *O Nordeste* ao novo secretário de governo, contidos na matéria de abril de 1956, intitulada “Nomeado o Sr. Darcy Carvalho”: “[...] industrial, comerciante e advogado nesta cidade, onde desfruta a estima geral de seus concidadãos [...]”. O articulista informa ainda que a sua assunção no cargo teve excelente repercussão entre os adversários de seu pai, visto que o seu nome inspirava

O secretário de governo, Darcy Carvalho, compareceu à sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas realizada em 7 de maio de 1956. Era também a primeira reunião em que o grupo governista retornava à Câmara após os embates e interpelações ao poder judiciário e à polícia militar, por conta dos eventos da sessão de posse da Mesa Diretora daquele ano. No entanto, os vereadores governistas logo se agruparam na antessala da Câmara, provavelmente se prevenindo do que poderia acontecer naquele dia. (MORAIS, 2011, p. 103)

João Nou assumiu a presidência por conta da ausência de Armando Leal. Em seguida, fez a leitura da ata da sessão anterior onde estavam anotadas todas as críticas e provocações que o líder da FPD havia feito ao prefeito e a seu filho. A ata foi aprovada, o que gerou o descontentamento de Darcy Carvalho. O secretário de governo levantou-se e protestou ao presidente interino contra a acusação daquele documento. João Nou informou que a assistência não podia se manifestar, atitude que recebeu os protestos do grupo que se encontrava na antessala, que afirmou que a assistência, de fato, poderia se manifestar. Ação que foi imitada pelo restante dos membros da assistência. Nesse momento, Darcy Carvalho pulou o gradio que separava a assistência do plenário de arma em punho e disse ao presidente “isto ainda é para o repto de honra”. Segundo a ata “A partir desse momento, deu-se um tremendo tiroteio e nada mais pode ser percebido”. (LIVRO DE ATAS, 7 maio 1956) Darcy Carvalho acabou assassinado. João Nou e Hidelbrando Dias foram baleados, mas sobreviveram aos ferimentos. No entanto, aquela sessão inaugurou a desarticulação da Frente, visto que o seu líder e dois dos seus principais membros, os irmãos Dias, foram acusados da morte de Darcy Carvalho e

---

confiança “[...] pelas suas altas qualidades de caráter e de primorosa educação [...]” e por ser um “Cidadão morigerado, conhecedor e estudioso dos problemas de nosso município, onde nasceu, o dr. Darcy Carvalho está capacitado a se projetar na função que vai exercer, emprestando-lhe relevo especial”. O jornal fornece elementos para que se possa conjecturar que Darcy Carvalho estivesse sendo preparado para herdar o legado político de seu pai e, talvez, aquele cargo fosse o passo para a sua consolidação no cenário político local, visto que ele era respeitado, inclusive, por seus adversários. Talvez João Nou tivesse noção disso e enxergasse em Darcy Carvalho um adversário em potencial nas eleições futuras, o que explicaria a mudança de postura quanto ao filho do prefeito da por parte do líder da FPD e de *O Nordeste* que, inclusive, nem mesmo noticiou o seu falecimento.

acabaram presos preventivamente, julgados e, posteriormente, absolvidos. Com efeito, os membros da FPD presos acabaram substituídos por José de Araújo Batista, Hugo Dantas Luna e Osvaldo Matos, o que desarticulou a Frente e, conseqüentemente, apaziguou os ânimos na cidade. Segundo Moisés Morais, dos membros da FPD remanescentes, apenas Romualdo Campos e João Ramos mantiveram “[...] uma postura de contestação frente ao governo municipal, mesmo assim sem força política na Câmara de Vereadores”. (MORAIS, 2012, p. 105)

Não seria exagero afirmar que aquela situação acabou abrindo espaço para uma nova conjuntura política em Alagoinhas, onde novos atores sociais se aproveitaram das vagas abertas com aquela crise e chegaram ao poder. Até porque João Nou e Darcy Carvalho eram pessoas com condição de disputar as eleições seguintes à prefeitura municipal. No entanto, o primeiro foi assassinado e o segundo acabou preso preventivamente, o que abriu espaço à prefeitura para atores sociais de menor expressão, como José Azi e Murilo Cavalcante – respectivos prefeitos de Alagoinhas nas legislaturas seguintes.

A FPD foi uma experiência política que mesclou uma representação direta dos interesses imediatos dos trabalhadores e das camadas populares, a exemplo do que os comunistas propuseram a partir de 1945 e o fizeram quando possível, apesar da clandestinidade. Como exemplo, devemos evocar a participação de Almiro Conceição que, ainda imbuído da experiência política de dirigente comunista, assume o cargo de vereador e uma postura em defesa dos trabalhadores dentro do PSD, o que gerou o seu expurgo da política local. Outro exemplo pode ser visto nas ações de Hidelbrando Dias. Este outro ex-membro do PCB, que deixou o partido por não concordar com o apoio dos comunistas a Otávio Mangabeira quando da eleição ao governo do Estado da Bahia, em 1947, elegeu-se à vereança no início da década de 1950. Sua ação na defesa dos interesses das camadas populares e dos trabalhadores resultou numa conspiração por parte dos seus adversários políticos na Câmara que, por sua vez, resultou na cassação do mandato do vereador, em 1952. Nesses casos, fica evidente que as forças políticas formadas por setores das elites locais utilizaram-se das armas da democracia burguesa para limitar a ação e, em seguida, excluir os seus inimigos de classe, derrotando-os no

campo da luta de classes. Nesse sentido, a FPD se apresenta como uma oposição organizada, investida da experiência das derrotas anteriores, colocando em ação um modo de fazer política que reconhecia a necessidade de fazer uso de táticas adotadas por seus adversários de classe. Aliás, a própria liderança da Frente por João Nou – ator social com larga experiência política e não pertencente à classe trabalhadora – demonstra que a FPD mesclou a defesa das camadas populares com elementos do jogo político da democracia burguesa. O que, certamente, lhe garantiu tamanho avanço na política alagoinhense, mas que fora neutralizada pela violência política, barrando a existência de um setor de esquerda na Câmara de Vereadores, evidenciando os limites da democracia burguesa no interior da Bahia.

## *Considerações finais*

Este trabalho investigou a formação e a militância do PCB na cidade de Alagoinhas. O recorte temporal proposto inicialmente estava situado entre os anos de 1937 e 1950, pois tínhamos como pistas a aglutinação de um sem-número de militantes comunistas na cidade de Salvador, após os levantes comunistas de 1935, e a busca de inserção nos municípios baianos proposta por esse grupo. No entanto, o avanço nas investigações indicou que o núcleo comunista alagoinhense havia, de fato, se inserido entre as camadas populares, principalmente após o fim do Estado Novo – um exemplo regional de um fenômeno nacional, que pode ser facilmente observado na historiografia brasileira.

Apesar de o recorte temporal incluir o período, que vai de 1937 a 1945, não tive o sucesso que intentei no início da pesquisa. Desse modo, o período a ser estudado foi modificado, efetivamente, pela ausência de fontes para este período. Desde então, decidimos focar nossa análise a partir do final da ditadura varguista, em 1945, ano em que o PCB teve o seu registro eleitoral e se tornou uma agremiação de massas no país. Sobre esse ponto, vale informar que houve dificuldade no mapeamento de fontes sobre o partido após a cassação de seu registro em 1947.

As fontes utilizadas no primeiro tópico foram principalmente de ordem literária e memorialística. Diálogo que, aliás, perpassa todo o trabalho e foi fundamental para captar aspectos culturais da relação entre o partido e o município.

Com a legalização, o PCB se tornou uma entidade de vulto em Alagoinhas, de modo semelhante ao que ocorrera em todo o país. Nesse momento, os membros do partido gozaram de prestígio frente a população e junto aos membros do poder público. Essa aceitação lhes garantiu liberdade de atuação, principalmente nos períodos eleitorais, o que se

verifica com o destaque alcançado pelo núcleo local por conta dos votos que os candidatos comunistas receberam naquele contexto.

Esse momento áureo foi de fundamental importância para o enraizamento do partido na vida política da cidade. Apesar de a linha de União Nacional prezar pela aliança de classe paradoxalmente foi na vigência dessa linha que os comunistas se tornaram os principais responsáveis pela formação e organização da cultura política de esquerda em Alagoinhas.

Certamente que essa cultura política não se formou somente pela ação dos comunistas. Trabalhistas e getulistas, por exemplo, também contribuíram ideologicamente e foram igualmente influenciados. Porém, percebemos que esses atores sociais só se tornaram atuantes politicamente após a década de 1950. Até então, o operariado alagoinhense estava acostumado a se utilizar do Centro Operário Beneficente como um interlocutor junto ao poder público, haja vista que estava à margem dos parlamentos e das prefeituras. Com a abertura democrática em 1945, a classe trabalhadora e as camadas populares foram inseridas efetivamente no jogo político, contexto no qual o PCB capitaneou seus anseios aproveitando-se da popularidade que a luta antifascista havia lhe garantido durante o Estado Novo.

No que diz respeito aos trabalhadores alagoinhenses, esse processo se deu principalmente a partir trabalhadores ferroviários que, desde o final do século XIX e início do século XX, tem se mobilizado em prol de melhores condições materiais de sobrevivência. São estes os primeiros a experimentar e perceber a desarmonia entre capital e trabalho e a buscar por caminhos por superá-la.

Nesse ponto, não desvendei se a criação do PCB de Alagoinhas se deu por obra dessa categoria ou a partir de uma deliberação da direção do partido, visando aproveitar a capacidade e a consciência de classe que os ferroviários possuíam. Para além da opção correta, ambas as hipóteses fortalecem a tese de que os operários da Leste Brasileiro foram, de fato, os protagonistas da formação da classe operária alagoinhense. Assim, o PCB atuou como um catalisador de seus anseios e interesses, aglutinando-os à luta antifascista e ascendendo a categoria da superação do simples associativismo e do espontaneísmo para a compreensão do nó

irrefutável que existe entre os interesses da classe e de seus patrões. Em outros termos, podemos afirmar que houve uma junção entre os interesses do proletariado local e os interesses do Partido Comunista.

Em Alagoinhas, o PCB local foi pioneiro a inserir no jogo político oficial os interesses dos trabalhadores. Parte desse sucesso se deu por conta da relação com os operários, que o partido sempre buscou construir, e graças à sua legalização após o Estado Novo, quando a entidade se tornou uma agremiação de massas capaz de publicizar as reivindicações de suas bases, transformando-as em capital político e, assim, capaz também de disputar eleições em condição de obter sucesso. Ou seja, o PCB foi agraciado pelas curvas da história, optando por se tornar um partido popular e de largo interesse no jogo político-institucional, haja vista que as ações humanas na história são condicionadas pelas condições materiais de cada contexto, e os comunistas preferiram manter uma atuação próxima da linha de União Nacional, que havia lhes rendido relativo poder e prestígio durante a Segunda Guerra Mundial.

A consequência dessa postura para o município foi a formação de uma cultura de esquerda capaz de influenciar no jogo político e incidir sobre as decisões das personalidades locais. Entendemos que essa cultura política tem influência direta das táticas da classe trabalhadora local. No entanto, é preciso reconhecer que foi o Partido Comunista o responsável por transformar a simples luta econômica em luta política, direcionando a ação para a conquista de espaço dentro do estado e para o acúmulo de capital político. Com isso, os comunistas demonstraram ser possível a obtenção de sucesso político por uma nova via: a esquerda. Uma fenda por eles aberta que teve, em seguida, uma crescente quantidade de adeptos, obviamente, fugindo ao controle do partido, mas sendo de fundamental importância para destronar a oligarquia, instaurando uma crise de hegemonia na cidade, e que se tornou parte fundamental da cultura política local, sendo evocada até a atualidade em diversas instâncias.

Antes de finalizar essas ilações, preciso referir-me a alguns personagens desse trabalho, como é o caso de Arabela, Almiro Conceição e Hidelbrando Dias. Essas são pessoas comuns que até o momento estavam nos subterrâneos da história e este trabalho vem, de certo modo, reconhecer suas contribuições e respeitar seus erros.

No caso de Arabela, devo afirmar que não obtive maiores detalhes sobre o seu paradeiro. Porém, essa personagem ainda causa furor quando seu nome é tocado na cidade. Ouvi rumores que ela escandalizava a cidade com o seu comportamento, utilizava lâmpadas no corpo em suas performances, e esteve presente nos comícios do PCB na cidade. Sua trajetória merece, sem dúvida, um maior aprofundamento.

Almiro Conceição continuou, sem sucesso, uma carreira política, na década de 1950. No entanto, nos cabe falar da coragem de um vereador negro e operário em inserir reivindicações na pauta da Câmara, como esgotamento sanitário e a iluminação da Rua 2 de Julho. No entanto, sabemos que um dos papéis da história é reorganizar a memória, logo, esse trabalho acaba contribuindo para esse reconhecimento.

Quanto a Hidelbrando Dias, o ex-vereador prosseguiu no campo político e atualmente goza de uma aposentadoria de coletor do estado. Em 2012, lançou o livro *História de uma vida*, no qual narra a trajetória de um grande amigo, o ex-prefeito José Azi, amizade cultivada na oposição entre esquerda e direita.

Em relação às contribuições dos comunistas para a classe trabalhadora de Alagoinhas, precisamos de alguns esclarecimentos. Primeiramente, entendemos que classe é uma categoria histórica. Desse modo, sua formação se dá num processo de percepção de uma identidade coletiva, onde cada indivíduo, após se relacionar com as condições materiais de sobrevivência, delineia sua estratégia, considerando os seus interesses, o de seus pares e de seus antagonistas, os filtra em sua consciência e constrói o seu modo de vida. Em outras palavras, homens e mulheres são compelidos a criar consciência e sentimento de pertencimento a uma determinada classe quando se dão conta do conflito em que estão inseridos.

Por fim, concluímos que as ações do PCB contribuíram para que as demandas da classe trabalhadora de Alagoinhas fossem tratadas como demandas legítimas, contribuindo à inserção da classe no âmbito da política e, por conseguinte, na democracia que se estabelecia no país.

## Referências

- AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade: os ásperos tempos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- BARROS, Salomão de. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979.
- BATISTA, Eliana Evangelista. *A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo (1937-1945)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- CARONE, Edgard. *A república liberal: 1. instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.
- FALCÃO, João. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário: meio século de história política do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *A formação das tradições: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. (As Esquerdas no Brasil, v. 1).
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. (As Esquerdas no Brasil, v. 2).
- FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 7-44.
- LEYDET, Dominique. Crise da representação: o modelo republicano em questão. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1986.
- LIMA, Maria da Guia. *Coronel Santinho do Riacho da Guia*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.
- LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- MALINA, Salomão. *Cadernos do militante comunista: questões históricas e atuais do PCB: entrevista com Salomão Malina*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- MATOS, Rafaela Gonzaga. *Greves ferroviárias em Alagoinhas*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à, Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*. Tradução J. Silva Dias, Maria C. Torres. 2a ed. Porto: Escorpião, 1974.
- MORAIS, Moisés Leal. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948-1964*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.
- MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim. In: SILVA, Paulo Santos (org.). *Desarquivamento e narrativas: história, literatura e memória*. Salvador: Quarteto, 2010. p. 31-46.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. *Traços da Cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930-1949)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRESTES, Anita. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

- REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 237-278.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000.
- SILVA, Paulo Santos (org.). *Desarquivamento e narrativas: história, literatura e memória*. Salvador: Quarteto, 2010.
- SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 101-140.
- SOARES, Ede Ricardo de Assis. *O PCB de Alagoinhas e o golpe civil-militar de 31 de março de 1964*. 2010. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2010.
- SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Max, 1979.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

## OUTRAS FONTES

### **Fontes jornalísticas**

*Alarma*, 1932

*Correio de Alagoinhas*, 1929-1930

*Alagoinhas Jornal*, 1958-1965

*Jornal de Alagoinhas*, 1938-1939

*O Momento*, 1945-1946

*O Nordeste*, 1948-1956

*Sete Dias*, 1945-1950

### **Fontes manuscritas**

Livro de atas, correspondências, ofícios, requerimentos, moções e telegramas da Câmara Municipal de Alagoinhas

Atas da Liga Desportiva de Alagoinhas

Carta do Círculo operário de Alagoinhas da Fundação Clemente Mariani

Relatório de Martins referente à organização do PCB (1937)



Formato: 17 x 24 cm  
Fontes: Source Serif e Source Sans  
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m2  
Capa: Cartão Supremo 300 g/m2  
Impressão: Gráfica 3  
Tiragem: 300 exemplares



**Ede Ricardo de Assis Soares nasceu em Alagoinhas, na Bahia. Graduou-se em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e fez mestrado e doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoinhas (Gepea), além de professor da Faculdade Santíssimo Sacramento.**

O empenho e o compromisso da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo de Alagoinhas possibilitaram empreender a produção de um conjunto de tratados que viesse a promover a redução da enorme lacuna de obras historiográficas que ensejem trazer conhecimento da história dessa cidade, para o público em geral, a despeito da existência de um curso de licenciatura em História e de um programa de pós-graduação nessa área. São sete volumes que integram esta coleção, cujo terceiro volume contempla um texto autoral de Ede Ricardo de Assis Soares.

**Professor José Jorge Andrade Damasceno**  
*Coordenador da Coleção*

